



1919

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MATO GROSSO

Número 63

IHGMT / Cuiabá

2005

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MATO GROSSO

Número 63

IHGMT/Cuiabá
2005

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso / Instituto
Histórico e Geográfico de Mato Grosso. n. 63. Cuiabá, 2005

178 p. : 16 cm.

Anual

Inclui bibliografia, índice e ilustração

ISSN 1677-0897

1. Casa Barão de Melgaço
2. Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso

CDD 981.72

Editoração

Rinaldo Araújo de Almeida

Impressão e Acabamento

Gráfica Print

Revisão

Comissão Editorial do IHGMT

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MATO GROSSO

DIRETORIA

Presidente de Honra
Lélio Borges Nogueira

Presidente

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MATO GROSSO

2º Vice-Presidente

1º Vice-Presidente

1ª Secretária

2ª Secretária

1ª Secretária

2ª Secretária

Número 63

1º Tesoureiro

2º Tesoureiro

1º Tesoureiro

2º Tesoureiro

IHGMT/Cuiabá

2005

Conselho Fiscal

1º Membro

2º Membro

3º Membro

Curador do Museu e Arquivo

1º Curador

Coordenador das Publicações Avulsas

Paulo Roberto Costa e Silva

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MATO GROSSO

DIRETORIA

Presidente de Honra

Blairo Borges Maggi

Presidente

João Carlos Vicente Ferreira

1ª Vice-Presidente

Anna Maria Ribeiro Fernandes Moreira da Costa

2ª. Vice-Presidente

Isis Catarina Martins Brandão

1ª Secretária

Nilza Queiroz Freire

2ª Secretária

Elizabeth Madureira Siqueira

1º Tesoureiro

Aníbal Alencastro

2º Tesoureiro

Benedito Pinheiro de Campos

Orador Oficial

Elizabeth Madureira Siqueira

Conselho Fiscal

Weller Marcos da Silva

Aecim Tocantins

Domingos Iglesias Valério

Curadora do Museu e Arquivo

Elizabeth Madureira Siqueira

Coordenador das Publicações Avulsas

Paulo Pitaluga Costa e Silva

Conselho Editorial

Elizabeth Madureira Siqueira
Sônia Regina Romancini
Suíse Monteiro Leon Bordest
Weller Marcos da Silva

IHGMT

Rua Barão de Melgaço 3.869 (Centro)
Cuiabá / MT
(65) 3624-2029 (65) 3624-6782
www.ihgmt.org.br

A publicação desta edição da Revista IHGMT foi possível graças ao apoio do Governo de Mato Grosso, através da Secretaria de Estado de Cultura, que reconhece sua importância no contexto cultural mato-grossense. Nessa medida, externamos os nossos agradecimentos.

SUMÁRIO

ARTIGOS

Notícia de uma pena e possibilidades de um crime em Cuiabá no século XVIII.....11

Paulo Pitaluga Costa e Silva

Uma bandeira russa nos sertões de Mato Grosso25

Carlos Gomes de Carvalho

A formação do território Chiquitano35

José Eduardo Fernandes Moreira da Costa

Os festejos do Senhor Divino Espírito Santo e São Benedito em Vila Bela da Santíssima Trindade-MT79

Josiane Rosa da Silva, Maria Sobrinha Souza de Jesus, Patrícia Christan, Sibeli Ritter e Sônia Regina Romancini

O papel das plantas medicinais, no contexto diário de moradores do bairro Lixeira em Cuiabá - MT95

Miramy Macedo, Isanete Geraldini Costa Bieski e Sirley Aparecida Rodrigues Leite

Reorganização da estrutura fundiária no Pantanal Mato-grossense: os assentamentos da reforma agrária Corixinha, Katira, Água Boa e Bom Sucesso em Cáceres-MT.....109

Onélia Carmem Rossetto e Miley Batista de Souza

COMUNICAÇÕES

Deus sempre existe133

Moacyr Freitas

Filosofia Positivista Igreja Positivista do Brasil - RJ145

Joel Leão

Forte Príncipe da Beira151

Joel Leão

NICE KUIOTO e a tradição da arte oleira bororo157

Anna Maria Ribeiro Fernandes Moreira da Costa

Querida mamãe, ANA PINTO DE QUEIROZ163

Nilza Queiroz Freire

Interpretando o patrimônio ambiental na bacia do córrego Barbado167

Suíse Monteiro Leon Bordest, Lina Márcia de Carvalho da Silva Pinto e Maria Ester Godoy

Pereira Maekawa

RESENHA

História da Literatura de Mato Grosso: Século XX175

Lidiane Álvares Mendes

EDITORIAL

O Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso foi fundado, por Dom Francisco de Aquino Corrêa, em 1.º de janeiro de 1919 e instalado em 08 de abril do mesmo ano.

Desde a sua fundação, o IHGMT congrega intelectuais e profissionais comprometidos com a cultura, com o patrimônio natural e cultural e com a memória do Estado de Mato Grosso, desenvolvendo pesquisas científicas em diferentes áreas do conhecimento. Como um dos veículos de divulgação dessa produção cultural, o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso conta com a revista criada no mesmo ano de sua fundação e que, para a presente edição, além dos artigos e comunicações elaborados pelos membros de seu quadro efetivo, conta com a colaboração de pesquisadores da sociedade mato-grossense.

No primeiro artigo, **“Notícia de uma pena e possibilidades de um crime em Cuiabá no século XVIII”**, o historiador *Paulo Pitaluga Costa e Silva* chama a atenção para a notícia de uma pena aplicada no século XVIII pelo Juiz de Fora de Cuiabá. Pesquisando as Ordenações do Reino, o autor coloca em discussão as probabilidades do crime cometido por duas mulheres, mãe e filha, condenadas ao mesmo tempo ao degredo perpétuo na África.

O segundo artigo, **“Uma bandeira russa nos sertões de Mato Grosso”**, é uma contribuição do advogado e historiador *Carlos Gomes de Carvalho* que aborda a expedição científica chefiada por George Heinrich Von Langsdorff, Barão de Langsdorff, que aportou em Cuiabá no dia 30 de janeiro de 1827.

No terceiro artigo denominado **“A formação do território Chiquitano”**, *José Eduardo Fernandes Moreira da Costa* analisa, sob a perspectiva da Geografia Cultural, a configuração do território Chiquitano e as estratégias de resistência indígena frente ao processo de des-territorialização decorrente da ocupação da fronteira oeste mato-grossense.

No quarto artigo, denominado **“Os festejos do Senhor Divino Espírito Santo e São Benedito em Vila Bela da Santíssima Trindade-MT”**, as autoras *Josiane Rosa da Silva, Maria Sobrinha Souza de Jesus, Patrícia Christan, Sibeli Ritter e Sônia Regina Romancini* investigam o espaço sagrado e o espaço profano na festa popular de Vila Bela da Santíssima Trindade-MT.

O quinto artigo intitulado **“O papel das plantas medicinais, no contexto diário de moradores do bairro Lixeira em Cuiabá-MT”** é uma contribuição das pesquisadoras *Miramy Macedo, Isanete Geraldini Costa Bieski e Sirley Aparecida Rodrigues Leite*, que identificam o importante papel das plantas medicinais no contexto diário

dos moradores do bairro Lixeira em Cuiabá, que utilizam e cultivam em seus quintais, preservando o conhecimento tradicional e popular das plantas medicinais.

O sexto e último artigo **“Reorganização da estrutura fundiária no Pantanal Mato-grossense: os assentamentos da reforma agrária Corixinha, Katira, Água Boa e Bom Sucesso em Cáceres-MT”**, elaborado por *Onélia Carmem Rossetto e Mileny Batista Queiroz*, caracteriza os assentamentos resultantes do processo de reforma agrária no Pantanal de Cáceres-MT com base em estudos de caso realizados em assentamentos localizados na faixa da fronteira Brasil-Bolívia.

A primeira comunicação **“Deus sempre existe”**, escrita por *Moacyr Freitas* constitui uma reflexão, pautada nos ensinamentos bíblicos, sobre a existência de Deus e a importância da fé.

O cineasta *Joel Leão* na comunicação a **“Filosofia Positivista: Igreja Positivista do Brasil-RJ”** esclarece os preceitos da Religião Positivista.

Na comunicação **“Forte Príncipe da Beira”** o cineasta *Joel Leão* destaca que **“O Real Forte Príncipe da Beira”**, localizado à margem direita do Rio Guaporé no Estado de Rondônia, é uma majestosa relíquia da arquitetura militar luso-brasileira.

Com a comunicação **“NICE KUIOTO e a tradição da arte oleira bororo”**, a historiadora *Anna Maria Ribeiro Fernandes Moreira da Costa* relata as oficinas organizadas pelo artista plástico *Frede Fogaça* na Terra Indígena Perigara, às margens do rio São Lourenço, no Pantanal Mato-grossense, cujo resultado culminou com uma exposição que teve como objetivo divulgar a tradição da arte oleira dos índios Bororo, no Palácio da Instrução, no período de 17 a 24 de abril de 2006.

Querida mamãe, ANA PINTO DE QUEIROZ é uma bela carta escrita por *Nilza Queiroz Freire*, destacando os ensinamentos e as qualidades morais e espirituais de sua estimada mãe.

Na comunicação **“Interpretando o patrimônio ambiental na bacia do córrego Barbado”** as pesquisadoras *Suíse Monteiro Leon Bordest, Lina Márcia de Carvalho da Silva Pinto e Maria Ester Godoy Pereira Maekawa* destacam as pesquisas ambientais realizadas na bacia do córrego Barbado, com a finalidade de atuar na comunidade para formar multiplicadores preocupados com a transformação social e ambiental.

Esta edição apresenta ainda a resenha do livro **“História da Literatura de Mato Grosso: Século XX”** de autoria de *Hilda Gomes Dutra Magalhães*, por *Lidiane Álvares Mendes*, que evidencia a importância da obra na literatura mato-grossense, conceituando a história e a historiografia, catalogando grandes autores, numa mostra clara da importância deles no contexto social do Estado de Mato Grosso.

**NOTÍCIA DE UMA PENA E
POSSIBILIDADES DE UM CRIME
EM CULABÁ NO SÉCULO XVIII**

Paulo Pitaluga Costa e Silva

INTRODUÇÃO

Muitas vezes a falta de registro histórico mais preciso deixa uma lacuna muito difícil de ser preenchida. Com isso, a história fica incompleta, pois falta um elo imprescindível na seqüência cronológica dos fatos. É muito comum o historiador encontrar o registro de um acontecimento, mas sem a existência de dados concernentes às suas causas ou seu término.

Mas o pesquisador atento, em pesquisa acurada, pode ao menos, senão completar essa lacuna, inferir, sugerir e tentar reconstruir o ocorrido. Pela análise documental e bibliográfica, a história pode ter os seus acontecimentos definidos e completados com uma grande probabilidade de acerto.

E isso o que ora nos propomos.

Encontramos a notícia de uma pena aplicada no século XVIII pelo Juiz de Fora de Cuiabá e em pesquisando as Ordenações do Reino, podemos inferir as probabilidades do crime cometido, no caso, por duas condenadas, mãe e filha.

E o que chama a atenção é justamente isso. Mãe e filha condenadas ao mesmo tempo ao degredo perpétuo na África. Um fato inusitado nos anais judiciais e que merece realmente ser pesquisado e procurarmos saber que crime tão grave elas praticaram para receber pena tão dura.

A NOTÍCIA DA PENA

O historiador e genealogista Aduino Dias de Alencar, em sua obra *Roteiro Genealógico de Mato Grosso*¹, assim nos noticia a pena que a Junta de Justiça de Cuiabá aplicou a MARIA BERNARDA DO ROSÁRIO e à sua filha CATARINA MARIA FORTE.

Senão vejamos:

A família Poupino Caldas teve início em Mato Grosso com o Capitão Joaquim Lopes Poupino, cuja naturalidade, nascimento e data de nascimento não encontramos, em razão do descaso com os autos de inventários na fase colonial e até mesmo até o final do segundo quartel do século XIX. Encontramos fragmentos de alguns autos de inventários e um deles era do Capitão Joaquim Lopes Poupino, que teve início em 1797. Casou-se ele com Maria Bernarda do Rosário, e tiveram cinco filhos. Além de Capitão de Milícias, foi Joaquim Lopes Poupino vereador em Cuiabá em 1776.

Mas antes de declinarmos os filhos deste casal, passaremos a narrar a tragédia de Maria Bernarda do Rosário e de sua filha Catarina Maria Forte. Consta de um processo movido pela Coroa Portuguesa, através do Capitão General de Mato Grosso ou pela Ouvidoria Geral de Mato Grosso²; não encontramos a denúncia e por isso desconhecemos as causas.

¹ ALENCAR, Aduino Dias de. *Roteiro Genealógico de Mato Grosso*. Cuiabá: s.n.t., v.2, p.1

² Certamente o inquérito fora aberto e o processo julgado pelo Juiz de Fora de Cuiabá. Nem o Capitão General, nem o Ouvidor poderiam abrir tal procedimento, e sim, tão somente, o Juiz de Fora.

Consta que foram condenadas pela Junta de Justiça de Mato Grosso, a degredo perpétuo na província de Benguela, na África. Consta ainda na documentação oficial da Secretaria do Governo, o seguinte documento: "O Ajudante de Milícias Manoel Rebello Leite comunica ao Capitão General Caetano Pinto de Miranda Montenegro, que o bote Santo Antonio seguia para o Forte Príncipe da Beira, e nele seguiam Maria Bernarda do Rosário e sua filha Catarina Maria Forte, degredadas por toda a vida para a Província de Benguela. Vila Bela, 25 de setembro de 1800".

Diz o referido ofício que iriam até a povoação de Jamari e de lá para o Pará. (...)

Eis, portanto, a notícia da pena. O Ajudante de Milícias mencionado comunica de Vila Bela a 25 de setembro de 1800 que Maria Bernarda do Rosário e sua filha Catarina Maria Forte, estavam seguindo de Vila Bela, certamente presas, para o Forte Príncipe da Beira e daí rumariam para o Pará, de onde seguiriam para a África, para cumprir a pena de degredo perpétuo em Benguela.

AS CONDENADAS

Maria Bernarda do Rosário, provavelmente cuiabana, era casada com o Capitão Joaquim Lopes Poupino. Este, em 1797, já havia falecido, pois nesse ano fora aberto seu inventário. Conforme o autor Adauto de Alencar, já acima referido, teve o casal os seguintes filhos:

- 1 - José Lopes Poupino, nascido por volta de 1757, pois faleceu em Cuiabá a 8 de outubro de 1824, com 67, solteiro e sem filhos;*
- 2 - Izabel Antônia Poupino, faleceu solteira e sem filhos; era demente;*
- 3 - Catarina Maria Forte, faleceu solteira e sem filhos em 30 de janeiro de 1833;*
- 4 - Maria Bernarda Poupino, cuja data de nascimento não encontrei, mas faleceu bem nova, a 16 de julho de 1797; casou-se com o médico prático Francisco de Paula Azevedo, cuja naturalidade não encontramos e nem quando faleceu³.*

Colocados estes dados, temos que, ao serem presas a mãe e a filha, Joaquim Lopes Poupino, o marido e pai, já era falecido e não teve ele o ensejo de presenciar o julgamento, a condenação, a prisão e o envio de ambas para cumprimento da pena de degredo perpétuo na África.

Maria Bernarda já não era jovem quando da data desses acontecimentos, pois em 1757 já era casada e mãe de seu primeiro filho. Portanto, quando fora presa, se tivesse casado com 15 a 17 anos, como era normal à época, em 1800 estaria com cerca de 60 anos.

Com relação à filha Catarina Maria Forte, não se tem a data de seu nascimento, mas o seu falecimento ocorreu em 1833.

³ ALENCAR, Adauto Dias de. *Roteiro Genealógico de Mato Grosso*. Cuiabá: s.n.t., v.2, p.2

A PRISÃO DA OUTRA FILHA, MARIA BERNARDA POUPINO

Maria Bernarda Poupino, a filha mais nova do casal Joaquim Lopes Poupino e Maria Bernarda do Rosário, passou as agruras de um triste acontecimento em certa época de sua vida. Em março de 1797 estava presa, recolhida à cadeia pública de Cuiabá, por um crime não bem registrado pela história judicial, mas sendo que alguns documentos nos dão pistas interessantes para sua elucidação.

Essa prisão de Maria Bernarda Poupino pode ter muito a ver com o degredo perpétuo de sua mãe Maria Bernarda do Rosário e de sua irmã Catarina Maria Forte.

Em 21 de março de 1797, seu advogado entrou com um recurso ao Capitão General Caetano Pinto de Miranda Montenegro, contra a sua prisão, nos termos seguintes:

Da lúgubre e funesta situação de horror de uma enchovia, recorre e busca amparo e proteção de V.Excia. uma infeliz e desditosa mulher, Maria Bernarda Poupino, filha de um benemérito servidor de S.M., o capitão Joaquim Lopes Poupino, por cuja falta (ilegível) a suplicante contraiu um invicto consórcio com seu marido Francisco de Paula Azevedo, de que hoje lhe serviu das péssimas conseqüências, que já antes pessoas prudentes e discretas vaticinavam, sendo a suplicante alvo em que se empregam os perniciosos efeitos daquela primeira causa, até se ver reduzida à estreiteza de uma rigorosa e indelicada prisão a que procedeu o Reverendo Vigário da Vara de Cuiabá, sem conhecimento de causa, usurpando a jurisdição régia, contra uma vassala de Sua Majestade, de quem lhe não pertence outro conhecimento diferente do que lhe prescrevem os sagrados cânones e concílio tridentino, nunca aos termos de prisão. E como este procedimento seja uma completa violência contra a perfeita e genuína inteligência da soberana Lei a quem V.Excia. é obrigado a proteger, de sorte que não padeçam transgressões nem violências, nem menos que os direitos dos vassallos sejam violentados e oprimidos, tirando-se-lhe a liberdade. Nestes termos recorre à incomparável proteção de V.Excia., a quem já fez presente os incômodos que padece, para que a vista destes tão excessivos, seja servido mandar que o Juiz de Fora daquela vara de Cuiabá mande soltar a suplicante da prisão em que se acha, por não ser cadeia pública (ilegível) de juízo eclesiástico, nem menos casa de depósito de mulher grávida.⁴

Recebendo tal recurso, por despacho de 21 de março de 1797 do Capitão General, o mesmo é remetido para o Juiz de Fora de Cuiabá, Dr. Luiz Manoel de Moura Cabral, que exarou o seguinte despacho no processo:

Em cumprimento à respeitável portaria de 21 de março de 1797, posta no incluso requerimento de Maria Bernarda Poupino, informa V.Excia. que o vigário da vara de Cuiabá veio pessoalmente apresentar-me os autos de justificação de sevícias intentadas pela recorrente, com a sentença neles proferida, segundo a qual devia recolher-se a mesma recorrente à casa de seu marido ou à cadeia. E porque ela se recusava a tornar para a dita casa, pediu-me o vigário da vara de lhe desse auxílio para prendê-la a fim de reduzi-la ao seu dever. Eu, tendo em vista o tal processo e sentença nele proferida, que me pareceu justa, concedi-lhe o auxílio pedido, mandando meu alcaide que fosse conduzi-la à cadeia, que

⁴ALENCAR, Adauto Dias de. *Roteiro Genealógico de Mato Grosso*. Cuiabá: s.n.t., v.2, p.2

ela preferia à casa de seu marido, como consta da certidão do reverendo vigário do juízo eclesiástico que lhe intimara da sentença. A razão que eu tive para conceder o auxílio foi o de estar persuadido que, aos juizes eclesiásticos pertencem o conhecimento das ações de divórcios e que por isso, se eles podem separar os cônjuges, havendo e provando-se motivo justo (ilegível) é coerente que eles tenham o direito e o poder para fazê-los reunir, quando injustamente querem subtrair-se às obrigações que se impuseram, pois que do contrário seguir-se-iam o escândalo da Igreja e a desordem da sociedade. Eu entendi assim, e para que V.Excia. seja se obrei com acerto, ponho na respeitável presença de V. Excia. o traslado das referidas sevícias que eu pedi daquele juízo eclesiástico para melhor informar V.Excia. Tendo pois a corrente sido presa pelo meu alcaide por auxílio concedido por mim, não me julgo autorizado para por a mesma em liberdade. Visto não ser esta a determinação de V.Excia., dependendo da condição que se não verifica de ter sido presa sem a ajuda do braço secular. Portanto, ela fica no mesmo estado, pois que a mim não é lícito exceder. Ante o exposto, V. Excia. mandará o que for justo, como costuma. Luiz Manoel de Moura Cabral - Juiz de Fora.⁵

Tendo o processo retornado para Vila Bela, o Capitão General Caetano Pinto de Miranda Montenegro determinou a soltura de Maria Bernarda Poupino. Em ofício posterior, o Juiz de Fora, Moura Cabral, assim se dirigiu ao Capitão General:

(...) Em execução do que V.Excia. foi servido determinar-me em carta de 6 de maio de 1797, tenho mandado soltar da cadeia em que se achava Maria Bernarda Poupino e a mandei depositar em casa de sua mãe (...).⁶

Logo depois de ter saído da prisão, Maria Bernarda Poupino veio a falecer, em 16 de julho de 1797, deixando um filho de 2 meses de idade, que recebeu o nome de Albano de Souza Osório. Este, mais tarde, na qualidade de 1º Vice-Presidente, chegou a ser Presidente da Província de Mato Grosso pelo espaço de 10 meses, de 1857 a 1858.

Pelos indícios e pelas pistas que nos dão os documentos levantados pelo historiador Adauto de Alencar, temos alguns pontos a ponderar e seguramente podemos inferir algumas conclusões.

1 - Maria Bernarda Poupino estava separada do marido; 2 - nunca o casamento havia se consumado; 3 - agrediu fisicamente o marido e, ainda por cima, 4 - estava grávida de outro e daí, obviamente, um grande escândalo em Cuiabá.

Parece que o motivo de sua prisão eclesiástica não fora tanto a agressão física ao marido, mas sim a recusa em retornar à casa conjugal, iniciativa essa determinada pela sentença do Vigário da Vara, baseada no Direito Canônico.

E com isso, temos uma clara seqüência de fatos.

A “fama” de Maria Bernarda já não era das melhores em uma Cuiabá colonial e extremamente conservadora, pois *pessoas prudentes e discretas vaticinavam, sendo a suplicante*

⁵ ALENCAR, Adauto Dias de. *Roteiro Genealógico de Mato Grosso*. Cuiabá: s.n.t., v.2, p.3

⁶ ALENCAR, Adauto Dias de. *Roteiro Genealógico de Mato Grosso*. Cuiabá: s.n.t., v.2, p.3

alvo de comentários os mais picantes na vila cuiabana. Mesmo assim, Francisco de Paula Azevedo casou-se com ela. O casamento não se consumou de fato, tendo a *suplicante* *contraído um invicto consórcio*. Talvez por estar grávida de outrem, não quis saber do marido e por isso não teve qualquer relação conjugal com ele. O marido obviamente descontente, a teria obrigado a retornar para a casa, ocasião em que deva ter sido agredido pela esposa Maria Bernarda Poupino, que teria *intentado sevícias* contra o mesmo. Daí o processo, o julgamento eclesiástico e a ordem de prisão.

Tudo indica, essa a seqüência dos fatos realmente havidos.

DO DEGREDADO PERPÉTUO PARA A ÁFRICA NAS ORDENAÇÕES DO REINO

As Ordenações do Reino são compilações codificadas de toda a legislação portuguesa. Foram três essas Ordenações. As *Ordenações Afonsinas*, foram escritas por iniciativa de Dom João I (1385-1433) e continuadas por ordem de Dom Duarte (1433-1438), e entraram em vigor em 17 de julho de 1446, sendo publicadas nessa data por ordem de D. Afonso V, daí advindo o seu nome. Por Carta Régia de 9 de fevereiro de 1506, Dom Manuel nomeou uma comissão de juristas para atualizar as Ordenações. Estas receberam o nome de *Ordenações Manuelinas* e entraram em vigor em 1521. As últimas Ordenações foram compiladas e atualizadas por um certo Dr. Jorge Cabedo e receberam o nome de *Ordenações Filipinas*, vigindo a partir de 1603, mandadas publicar por Dom Felipe, III da Espanha e II de Portugal.

As Ordenações, em seu todo, são abundantes em cominações de pena um sem numero de tipos de delito. Os religiosos, os administrativos e as infrações criminais propriamente ditas. E dentre essas penas, além da cadeia, açoites, morte, declarações de infâmia, etc, encontramos com abundância, o degredo para a África se o culpado fosse morador no Brasil ou no Reino; e para o Brasil, se morador no Reino ou nas colônias da África.

E os crimes passíveis de degredo que as Ordenações disciplinam? Eis apenas alguns:

Degredo de um ano, aquele que blasfemar contra a Santa Fé ou benzer cães e outros bichos; de dois anos, aquele que fizer práticas supersticiosas, dizer mentiras em juízo, dormir com freiras fora dos mosteiros, o homem que se vestir com trajes de mulher; de três anos aquele que abrir correspondência d'El Rey, os que mantiverem outros em cárcere privado; de cinco anos aquele que dormir com mulher virgem, que arrendar a terceiros propriedade que não é sua ou aquele que comprar colméia para vender a cera e matar as abelhas; de dez anos, aquele que fizer moeda falsa, dormir com tia ou prima ou que resistir às ordens dos vereadores, almotacéis, juizes ordinários e oficiais da Justiça.

Além desses, outros delitos mais graves faziam o "criminoso" incorrer em pena

de degredo perpétuo para a África ou para o Brasil, dependendo onde morasse o mesmo.

Para os crimes de assassinato, em inúmeras variantes, as Ordenações cominavam a pena de morte. Todavia havendo algum atenuante, o criminoso podia ter a sua pena transformada em degredo perpétuo para o Brasil ou a África.

Dentre os vários crimes passíveis de degredo perpétuo, temos também aqueles praticados estritamente por funcionários da Coroa, no cumprimento de suas atribuições legais e administrativas.

E dentre os crimes previstos com essa pena humilhante, quais os passíveis de serem cometidos por duas mulheres, mãe e filha, nos confins da colônia portuguesa, na Capitania de Mato Grosso?

Em princípio excluimos todos aqueles praticados por funcionários da Coroa, pelo simples fato de que, mulheres não eram nunca empregadas em funções públicas, portanto, não podendo praticar crimes típicos do exercício desses cargos. Com relação ao crime de morte, cuja pena possa ter sido transformada em degredo, não é de todo impossível que, mãe e filha, tivessem se unido para praticar algum assassinato. Mas são tais as variáveis de dolo, culpa e atenuantes, aliadas a um sem números de exceções contempladas nas Ordenações, que fica de todo impossível fazer-se qualquer conjectura a respeito do crime cometido ter sido o de assassinato. Mas pode ser.

Todavia, dentre os crimes passíveis de serem cometidos por duas mulheres, excetuado o crime de morte, podemos selecionar os abaixo relacionados⁷, que serão depois analisados.

1 - Título II - Dos feiticeiros

Outrossim não seja alguma pessoa ousada para adivinhar lance de sortes, nem varas para achar tesouro, nem veja em água, cristal, espelho, espada ou em qualquer coisa luzente, nem em espada de carneiro, nem faça para adivinhar figuras ou imagens, nem trabalhe de adivinhar em cabeça de homem morto ou de qualquer alimária, nem traga consigo dente, nem baração de enforcado, nem, com outra espécie de feitiçaria ou para adivinhar (...) seja degredado para sempre para a África.

2 - Título XXX - Das barregãs dos Clérigos e outros Religiosos

Toda a mulher que for barregã de clérigo, ou frade, ou de qualquer outra pessoa religiosa, sendo-lhe provado que está ou esteve por sua barregã teúda e manteúda fora de sua casa, havendo dele mantimento e casa, (...) e assim e espaço de seis meses contínuos foi visto o clérigo ou religioso entrar em sua casa ou ela em casa dele sete ou oito vezes (...) e depois tornar ao dito pecado, seja degredada para sempre para o Brasil.

⁷Os títulos abaixo estão em: *Código Philipino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal, recopiladas por mandado d'El Rey D. Philippe I.* Rio de Janeiro: Instituto Philomático, 1870, 2 v.

3 - Título XXXII - Dos alcoviteiros e dos que em suas casas consentem a mulheres fazerem mal de seus corpos

Se alcovitar alguma moça virgem ou viúva honesta e de boa fama, ou consentir que em sua casa faça mal de seu corpo (...) se depois cometer outro qualquer malefício da sobredita qualidade de alcovitaria, sendo por ele pela segunda vez acusada e lhe for provado, seja degradada para sempre para o Brasil.

E a pessoa que alcovitar filha ou irmã daquele ou daquela com quem viver ou for apaniguado (...)

E a pessoa que alcovitar alguma sua parenta ou afim de quarto grau, contado segundo o Direito Canônico, que tem guarda das portas adentro daquele com quem viver, vá degradada para sempre para o Brasil.

4 - Título XL - Dos que arrancam em Igreja ou Procissão

Mandamos que qualquer pessoa de qualquer qualidade e condição que seja, que dentro em Igreja ou Mosteiro, arrancar espada ou punhal para ferir outrem, ou em Procissão ou outro lugar onde o Corpo do Senhor estiver, seja degradado para sempre para Brasil.

5 - Título XLIV - Dos que resistem ou desobedecem aos Oficiais da Justiça ou lhes dizem palavras injuriosas

E qualquer pessoas que resistir contra algum Corregedor das Comarcas de nosso Reino, ou Ouvidor, que por nós seja posto ou Ouvidor dos Mestrados e seus Meirinhos e Escrivães que com eles servem, e na resistência o ferir (...) será degradado para o Brasil para sempre.

6 - Título LV - Dos partos supostos

(...) toda mulher que se fingir ser prenhe sem o ser, e der o parto alheio por seu, seja degradada para sempre para o Brasil (...) e as mesmas penas haverão as pessoas que a tal crime derem favor, ajuda ou conselho.

7 - Título LXIII - Dos que dão ajuda aos escravos cativos para fugirem ou os encobrem

Nenhumas pessoas levem para fora de nossos reinos escravos para os porem a salvo e saírem de nossos reinos, nem lhes mostrem os caminhos por onde se vão (...) nem os encubram. E qualquer pessoa que o contrário fizer, mandamos que sendo achado levando algum cativo para o por em salvo (...) será degradado para o Brasil para sempre.

8 - Título LXXX - Arcabuzes

Defendemos outrossim, que pessoa alguma em todos nossos reinos não traga nem de dia nem de noite nem tenha em sua casa arcabuzes de menos comprimento que de quatro palmos em cano (...) seja degradado para o Brasil para sempre.

9- Título LXXXII - Dos que jogam dados ou cartas, ou as fazem e vendem e de outros jogos defesos

Defendemos que pessoa alguma, de qualquer qualidade que seja, em nossos Reinos não jogue cartas, nem as tenha em sua casa e pousada, nem as traga consigo, nem as faça nem as venda.

(...)

E se for provado que alguma pessoa fez dados ou cartas por qualquer maneira falsificados, ou que com dados ou cartas sabendo que eram falsos jogou (...) e sendo o ganho de vinte cruzados, será degredado para sempre para o Brasil.

DA POSSIBILIDADE DO CRIME

Condenadas ao degredo perpétuo para a África - já que moravam no Brasil - Maria Bernarda do Rosário e sua filha Catarina Maria Forte devem ter necessariamente cometido um ou mais daqueles nove crimes acima arrolados.

Analisando cada um dos crimes apresentados, temos que realçar que o ato criminoso deveria ser passível de ser executado por duas mulheres, no caso, mãe e filha.

Em sendo assim, achamos muito difícil as mesmas terem cometido os crimes de arrancar arma em Igreja, parto suposto, ajuda a escravo, andar armadas com arcabuz e jogar dados e cartas. Realmente estas hipóteses estão definitivamente deixadas de lado.

Se tivessem sido enquadradas nos crimes de Feitiçaria e Barregã de Clérigo, tais episódios teriam uma repercussão tal em Cuiabá, que fatalmente a história teria deixado pistas. Nunca se registrou nenhum caso de feitiçaria, com pessoas presas, julgadas e condenadas ao degredo perpétuo na África. Houve muitos casos em Cuiabá de *Barregãs* de padres, com alguns clérigos vivendo amancebados, deixando uma imensa prole de filhos. A história e a genealogia mato-grossenses são fartas nesses episódios. Mas nunca se noticiou que a barregã tivesse sido presa e condenada. E as duas, mãe e filha, concubinas de algum padre? Muito difícil a Igreja à época permitir tal julgamento, tal escândalo!

Resta-nos dois casos, “Dos Alcoviteiros” e “Resistência a Oficiais de Justiça”.

Em ambos os casos, temos que nos lembrar sempre que a filha mais nova de Maria Bernarda do Rosário, a Maria Bernarda Poupino, esteve presa por motivos não bem esclarecidos e perdidos na poeira dos séculos.

Há que se notar que a moça, em março de 1797, já estava presa e a condenação ao degredo perpétuo da mãe Maria Bernarda e de sua outra irmã Catarina Maria, só ocorreu em 1799 ou 1800. Realmente bem provável que no fato da prisão de Maria Bernarda Poupino pode estar imbricado o motivo da condenação de ambas ao degredo na África. Dos acontecimentos envolvendo a prisão da filha mais nova pode ter decorrido a abertura de mais um processo, agora contra as duas, que só foi julgado cerca de dois anos depois. Bem provável.

Em analisando o crime de alcovitaria (Título XXXII das Ordenações) à luz dos fatos já expostos, temos alguns pontos a ponderar.

Alcovitar, para as Ordenações, seria proporcionar encontros amorosos entre duas pessoas, em especial, estando envolvida moça virgem, mulher casada, filha, irmã ou parenta em até o quarto grau. Não devemos nos esquecer que Maria Bernarda Poupino, segundo documento transcrito, já não era moça de boa fama, pois *peessoas prudentes e discretas vaticinavam, sendo a suplicante* objeto de comentários. Pode ser então, que a mãe alcovitava a filha com algum cidadão e o fato, na época, na pequena vila de Cuiabá, era público e notório. E mais, quando a filha ficou grávida, sem ter consumado o casamento com o marido, o tal invicto consórcio mencionado, obviamente ficou patente que a mãe e a irmã a tinham alcovitado com alguém, encoberto o seu romance de que teria resultado a gravidez. Daí a prisão da moça Maria Bernarda Poupino e a abertura do inquérito criminal contra a mãe, Maria Bernarda do Rosário e a outra irmã, Catarina Maria Forte, por alcovitaria.

A comprovação de toda a verdade, certamente, foi a recusa de Bernarda Poupino em não ir morar com o marido. Preferiu ser presa a viver com ele. E finalmente, o parto de um filho tido com outro que não o marido, era a prova cabal que a Justiça necessitava para condenar mãe e filha ao degredo perpétuo para a África. Estava provada a alcovitaria de ambas com a filha - e a irmã - mais nova.

Por outro lado, em se analisando o crime de resistência ou desobediência a oficiais de justiça (Título LXIV das Ordenações), temos também algumas ponderações a fazer.

A filha mais nova Maria Bernarda Poupino, grávida, havia agredido o próprio marido - *intentado sevícias* -, então vivendo uma situação delicada de desespero, fora sentenciada pelo Vigário da Vara para se recolher à prisão ou a retornar à casa conjugal. Ante sua recusa em voltar ao marido o Vigário solicita e obtém do Juiz de Fora uma ordem de prisão. Os meirinhos foram mandados pelo Juiz Moura Cabral para conduzir a moça e, no desespero do momento, no calor das discussões, os oficiais de justiça são desacatados e agredidos pela mãe, Maria Bernarda do Rosário e pela irmã da prisioneira, Catarina Maria Forte. Fora uma vã e infrutífera tentativa de evitar a prisão. Face os acontecimentos, certamente lavrado o termo de resistência e agressão às autoridades, promoveu-se um inquérito criminal, pelo qual a Justiça colonial, dois anos depois, as condenaram ao degredo perpétuo na África.

Por outro lado, dentro de um quadro de difícil compreensão, passados mais de duzentos anos, podemos ter mais uma hipótese altamente viável para elucidarmos o caso. Mãe e irmã, acompanhando de perto o rumoroso caso de Maria Bernarda e seu marido, constatando fatos que à época ocorreram, poderiam perfeitamente, na defesa da filha, terem ambas assassinado o marido da filha. No caso, ao invés de terem sido condenadas à morte, com o atenuante de uma possível legítima defesa de Maria Ber-

narda, essa pena foi comutada para degredo perpétuo na África. Bem provável também essa hipótese.

CONCLUSÃO

Em se analisando detidamente os fatos que chegaram até nossos dias relatando os problemas havidos com Maria Bernarda do Rosário e suas duas filhas, junto à justiça colonial portuguesa na Capitania de Mato Grosso, podemos afirmar que a prisão da filha mais nova, Maria Bernarda Poupino, está em seu todo intimamente ligada à condenação de sua mãe Maria Bernarda e de sua irmã mais velha Catarina Maria.

A prisão da moça, com os registros históricos disponíveis, em se analisando ainda dados indicativos de que mãe e filha em outro processo foram condenadas ao degredo perpétuo na África e também numa pesquisa sobre as penas cominadas no seio das Ordenações do Reino, podemos chegar a algumas conclusões bem interessantes:

1 - Maria Bernarda Poupino tinha em Cuiabá uma vida um tanto desregrada, a ponto de casar-se, não deixar consumir o seu casamento, agredir o cônjuge, preferir a prisão ao lar conjugal e ter um filho de outro que não o marido. A sua morte, logo ao sair da prisão, certamente livrou-a de uma pena posterior maior e definitiva;

2 - Maria Bernarda do Rosário, sua mãe, e Catarina Maria Forte, sua irmã mais velha, por alcovitarem sua vida desregrada e por resistirem aos oficiais de justiça que vi-eram prendê-la, foram também processadas e condenadas ao degredo perpétuo na África;

3 - Ambas, em outra hipótese, para defenderem Maria Bernarda Poupino das sevícias do esposo, em legítima defesa da mesma, talvez pudessem ter mesmo assassinado o seu marido. Daí a prisão e a condenação de ambas não à pena de morte, mas com o atenuante mencionado, ao degredo perpétuo na África.

4 - Ao passarem por Vila Bela em 28 de setembro de 1800, já estavam viajando rumo ao Pará e daí seguiriam para a África, para cumprirem a pena de degredo.

5 - Todavia, não se sabe como, Catarina Maria Forte, veio a falecer em Cuiabá em 1833, deixando crer que não fora para a África cumprir a sua pena. Talvez tivesse sido posteriormente esta pena comutada ou mesmo perdoada. Tal perdão poderia ter sido dado pelo Rei de Portugal, em Lisboa ou pelo Vice-Rei, no Rio de Janeiro;

6 - Não se sabe do destino da mãe, Maria Bernarda do Rosário, não tendo a história nos deixado registros nem tampouco pistas de seu paradeiro.

BIBLIOGRAFIA

ALENCAR, Adauto de. *Roteiro Genealógico de Mato Grosso*. Cuiabá: snt, v.2

CÓDIGO Philipino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal. Rio de Janeiro: Instituto Philomático, 1870, 2v

UMA BANDEIRA RUSSA NOS SERTÕES DE MATO GROSSO

Carlos Gomes de Carvalho

Quando ao sonho se junta a firme determinação de alcançá-lo temos uma revolução ou uma explosão de loucura. Uma força poderosa que busca mudar a ciência ou a sociedade, ou ambas, ou então a terrível incandescência de uma mente que se entre devora. E os predestinados da ciência, das artes ou da política, não raro, se equilibram na fronteira que separa a genialidade da loucura.

Era o dia 30 de janeiro de 1827. Os primeiros raios do sol apareciam quando desembarcaram no porto da Vila de Cuiabá os membros de uma das expedições científicas mais importantes e de existência definitivamente dramática entre as tantas que percorreram o interior brasileiro entre o final do século XVIII e meados do século XIX. Era chefiada por George Heinrich Von Langsdorff, Barão de Langsdorff.

Depois de sete meses e oito dias de uma viagem tormentosa, num percurso ainda grandemente desconhecido e imprevisto, aportava em Cuiabá a Expedição Langsdorff. Havia navegado por sete rios, vadeando 144 cachoeiras, muitas delas tormentosas. Em muitas ocasiões, andando em terreno de mata fechada, fora obrigada a atravessar quilômetros a pé com canoas e mantimentos nos ombros. Além do mais vivera sob o permanente temor do ataque dos ferocíssimos Paiaguás, Guaicurus e Coxiponés, sendo acuada por feras a cada passo da floresta, perseguida de forma implacável por invencíveis exércitos de mosquitos e sufocada por uma canícula abrasante, a Expedição percorrera cerca de quatro mil quilômetros rumo ao mais distante Oeste. O chefe da expedição registra em seu diário: *“Pensamentos diversos passaram pela minha cabeça a noite toda e não me deixaram dormir. Foi uma noite agitada, mas me levantei bem cedo, assim que o guia gritou para nos chamar. Ainda estava escuro, mal amanhecera quando avistamos, ao longe, algumas casas que nos disseram ser o porto da cidade. Começaram, então, a soar as salvas das duas canoas grandes e continuaram, sem parar, até a nossa chegada. Chegamos lá por volta das 9h e desembarcamos cercados por uma multidão de curiosos que vieram ao nosso encontro. O Inspetor do porto nos recebeu na Intendência da Coroa. Logo depois chegaram os srs. Riedel e Taunay, dois filhos do Presidente José Saturnino da Costa Pereira e um oficial, sr. Navarro Cadete, filho do homem mais rico da Província, que me deu as boas vindas como ajudante de ordens em nome do Presidente. Ele também nos enviou cavalos para nos levar ao palácio, onde fomos recebidos da forma mais amigável possível, maravilhosamente bem servidos e hospedados”*.

Uma verdadeira epopéia já tinha sido escrita até aquele momento. Mas o pior estava por vir.

O OBJETIVO DA EXPEDIÇÃO

O Barão de Langsdorff, cônsul plenipotenciário da Rússia no Brasil e cientista pesquisador já reconhecido, de há muito sonhava em penetrar o interior do Brasil realizando pesquisas científicas sobre a fauna e a flora. Em 1820 foi à Europa procu-

rando conseguir financiamento para a custosa empreitada da viagem. Voltou ao Brasil depois de ter obtido o entusiasmado apoio do Czar Alexandre I. Aproveitara a estada para fazer contatos com cientistas e pesquisadores que se interessassem em acompanhá-lo na jornada. Amigo de José Bonifácio de Andrada, de quem havia sido colega na Universidade de Freiburg e que freqüentava a sua casa no Rio de Janeiro, onde era costume receber pessoas influentes e cientistas estrangeiros de passagem, Langsdorff esperava receber o beneplácito do governo brasileiro, que nunca vinha. Só depois da declaração da Independência a autorização foi concedida. A situação do país, no entanto é ainda instável. Entrementes Langsdorff continua persistindo no seu propósito e vai tomando as providências necessárias. Enquanto a fazenda Mandioca, a propriedade rural que o cônsul possuía na região de Petrópolis, ia de mal a pior, sua dedicação total era para os planos da Expedição. Nesse sentido, os ventos estavam sendo favoráveis. Em 10 de janeiro de 1825 recebera um despacho do ministro Nesserold informando que lhe foram concedidas novas verbas para o empreendimento. O entusiasmo do cientista não tinha limites. Confiantemente escreve em seu diário: *“O plano desta viagem madurou há muito tempo, e agora não tenho o direito de duvidar da possibilidade de sua realização, uma vez que este empreendimento científico depende única e exclusivamente de mim. Não tenho limitações de tempo ou de qualquer outro tipo de instruções.”* Se põe então a trabalhar freneticamente para organizar a Expedição.

Tendo reunido uma equipe de trinta e nove pessoas, entre pesquisadores, escravos, remadores e guias, em 3 de setembro de 1825 finalmente põe-se a caminho a Expedição Langsdorff. Partiu-se de navio para Santos, daí, em lombo de burro, para São Paulo, em seguida Jundiaí e depois Itu, aonde chega em 7 de novembro.

O projeto inicial era, a partir de São Paulo, ir a Goiás e a Mato Grosso, por terra, para em seguida descer os rios Madeira ou Tocantins até ao Pará, e daí regressar ao Rio de Janeiro, passando pelo Maranhão, Piauí, Pernambuco, Bahia e por regiões não desbravadas de Minas Gerais. Meses depois, porém, o barão resolve alterar os planos. Depois de longas conversas com um seu compatriota residente em Itu, o médico e mineralogista Karl Engler, Langsdorff modifica o roteiro da viagem. Está convencido de que poderia fazer observações científicas mais valiosas se o deslocamento da expedição se fizesse pelos rios. Até Mato Grosso seguiria o antigo caminho das monções. Este percurso nenhuma outra expedição científica fizera antes.

Em 22 de junho de 1826 a comitiva parte de Porto Feliz, às margens do Tietê. Em oito canoas e batelões, Langsdorff comandava uma equipe de trinta e nove pessoas, reunindo, além de escravos, remadores e guias, também pesquisadores, alguns dos quais vindo da Europa com a finalidade específica para participarem da viagem científica ao interior do Brasil. Entre estes estavam o zoólogo francês Eduard Ménétriès, o astrônomo russo A.N.Rubtsov, o botânico alemão Ludwig Riedel e o pintor Johann Moritz Rugendas. Este último, pouco tempo depois de ter chegado ao

Brasil, e antes mesmo do início da viagem, romperia ruidosamente com o chefe da Expedição. Em consequência, dois novos desenhistas seriam contratados Aimé-Adrien Taunay e Hercule Florence, de origem francesa, mas já residentes no Brasil.

EM CUIABÁ

A Expedição, que deveria permanecer em Cuiabá até o mês de junho ficou até 5 de dezembro. A permanência foi prolongada desnecessariamente, segundo alguns dos membros, tendo gerado desavenças entre eles e o chefe. Muitos anos depois, escrevendo sobre a expedição, o Visconde de Taunay escreveu que a Expedição tanto se demorara porque Langsdorff relutava *“em recomençar com os aborrecimentos das grandes viagens (e) pelo atrativo da comodidade e gozos que se encontrava em Cuiabá”* e porque o barão teria gostado da vida que levava na cidade *“entregando-se às irregularidades de uma vida que se encontrava fácil expansão nos costumes, então bastante livres, na cidade de Cuiabá”* e que isso, *“não só se tornara motivo de desgostos para seus companheiros, senão também fazia recear que, como infelizmente se realizou, estivesse caminhando para um estado deplorável de perturbação nas faculdades mentais.”*¹ Nesse julgamento pode estar embutido certo ressentimento do historiador. É que seu tio, o jovem Adrien Taunay, havia tido sérias desavenças com o chefe da Expedição, tendo mesmo chegado ao rompimento formal. No entanto, essa opinião é amplamente contraditada por um outro estudioso da Expedição, Boris Komissarov, que escreveria já no século XX, que os diários de Langsdorff no período que esteve em Cuiabá testemunham pesquisas tão extensas, minuciosas e completas como raramente se viram em outras obras de viajantes europeus. *“Não se encontram, em obras de viajantes europeus, narrativas tão extensas e minuciosas sobre diferentes ramos da lavoura, da pecuária, produção artesanal e manufatureira que, naquela época, começavam a surgir nas fazendas. (...) Langsdorff, como fazendeiro, tinha o seu interesse voltado para diversos setores da produção. Seus diários concentram anotações de caráter especial, dados estatísticos, planos e desenhos técnicos. Ele comparava a situação econômica entre diferentes fazendas, criticava proprietários e administradores e elaborava planos de desenvolvimento. (...) Sobre o estilo de vida e costumes dos fazendeiros, Langsdorff foi de uma objetividade rigorosa.”*

O fato é que a longa estada em Cuiabá proporcionou a equipe fazer inúmeras pesquisas sobre a fauna, a flora e a mineralogia, chegando, inclusive, o Barão até a tentar a sorte no garimpo. Várias incursões a Chapada dos Guimarães, a Diamantino, a Vila Bela e aos arredores da baixada cuiabana foram feitas. Langsdorff enviou para a Rússia, a partir de Cuiabá, inúmeros exemplares da fauna e da flora, além das anotações científicas dos demais membros da Expedição. As abordagens meticulosas das pesquisas eram sobre o local de procedência dos fazendeiros, o tempo em que se

¹TAUNAY, Alfredo D'Escragnolle. A Expedição do Cônsul Langsdorff ao interior do Brasil. In: Florence, Hercules. Viagem Fluvial do Tiête ao Amazonas. São Paulo: Cultrix / USP, 1977.

encontravam ali, se a fazenda foi comprada, herdada ou fundada pelo proprietário atual, o valor da propriedade em diferentes datas, quais eram os lucros ou os eventuais prejuízos, qual o número dos escravos e as condições de sua manutenção e de trabalho, enfim buscava oferecer uma radiografia a mais completa possível da região, pois observava não apenas a botânica e a fauna, como igualmente os aspectos sócio-econômicos. Assim o severo julgamento de Taunay perde um tanto de sua validade. No período os pesquisadores percorreram perto de oito mil quilômetros.

Nesse meio tempo, o Barão era insistentemente procurado para consultas e aproveitava para fazer anotações sobre as doenças nos trópicos. No dia 19 de setembro anota em seu diário: *"Vieram doentes das redondezas para me pedir consulta médica. Eram meninos com 8, 10 anos, de várias idades, que só queria que eu os olhasse e lhes desse uma receita. Os moradores pensam que sou um Doutor em Medicina, que tenho uma coleção de receitas prontas e que eu só preciso tirar uma do bolso para curar o doente."* As notas dos dias seguintes seguem apontando: *"Os habitantes exibem uma cor amarelada, pouco saudável. Muitos contraíram febres, principalmente febres intermitentes, e procuraram a minha ajuda. A causa principal, e única, dessa doença degenerativa, às vezes fatal, está em um lago pantanoso próximo, de onde os habitantes tiram água para beber. A água tem uma cor amarelo-esverdeada pois, além de impregnada de urina de gado, cavalos e jacarés, ela está carregada de detritos de folhas, árvores, térmitas e raízes. Seria de admirar se não provocasse doenças"*.

A EXPEDIÇÃO SE PÕE A CAMINHO

Dez meses e cinco dias depois de ter chegado a Cuiabá, em 5 de dezembro, Langsdorff põe-se a caminho. A Expedição é dividida em dois grupos. Um primeiro, do qual fazem parte Riedel e Taunay, segue para Vila Bela, tendo por meta chegar a Manaus, seguindo pelos rios Guaporé, Mamoré, Madeira e Amazonas. O outro grupo, chefiado pelo Barão e contando com Florence e Rubtzov, rumo para a região de Diamantino, buscando as nascentes do Cuiabá e do Paraguai, para atingir o Arinos, o Juruena e o Tapajós, e finalmente alcançar Santarém. Daí Langsdorff pretendia despachar para São Petersburgo, através da Inglaterra, o relatório da viagem e as coleções da fauna e da flora que havia formado. O encontro dos grupos se daria em Manaus. A intenção era explorar o rio Negro ou o Amazonas e depois voltar a Belém em fins de 1828 para então regressarem ao Rio de Janeiro. Langsdorff traçou o objetivo da última etapa do percurso: *"Depois da chegada a Santarém, pretendo atingir a cidade principal da Província do Pará e de lá despachar a São Petersburgo, através da Inglaterra, as coleções constituídas e o relatório da nossa viagem. Espero receber ajuda do presidente da Província e seguir depressa o Amazonas acima para as nascentes do rio Negro onde, depois de seis ou oito meses de separação, suponho encontrar Riedel e Taunay. Daí, juntos ou separadamente, partiremos para explorar o rio Negro ou o Amazonas (ou, talvez, ambos os rios) em direção das possessões espanholas e regressaremos ao Pará (Belém), em fins de 1828"*. O destino, mãe de todas as surpresas, no entanto disporia de forma diferente.

No dia 13 de dezembro, a comitiva chega a Diamantino. Devido às grandes chuvas que caíam, fica por lá algum tempo e os seus membros fazem diversas incursões pela região, pesquisando a flora, a fauna e visitando garimpos. Langsdorff aproveita para concluir um relatório, em dezoito capítulos, denominado 'Trabalhos e Pesquisas sobre Materiais Estatísticos da Província de Mato Grosso, Levados a Efeito nos Anos 1826-1827'.

A TRAGÉDIA ABATE

Os percalços foram inúmeros. Já no dia 14 de fevereiro o Barão recebe a notícia da trágica morte de Adrien Taunay que, na afoiteza de seus vinte e cinco anos, tentara atravessar o Guaporé a nado e fora tragado pelas águas. No dia 9 de março a Expedição segue viagem dirigindo-se ao rio Preto, daí desce até o rio Arinos, de onde navegaria em direção ao Amazonas. Em meados desse mês chega a Porto Velho. Chuvas torrenciais impedem o avanço da expedição que fica parada em Porto Velho semanas e semanas seguidas, impossibilitada de seguir viagem. As doenças atacam indiscriminadamente todos os viajantes. A febre palustre, a febre amarela e o tifo fazem vítimas. Dias depois, com a diminuição das chuvas, o Barão anotaria desalentado: *"Deixamos o lugar que se pode chamar nada menos do que o buraco do inferno."* O chefe da Expedição começa a fraquejar. O seu diário é registro fiel das tormentas físicas e morais que ele atravessa, como dá mostra o seguinte trecho de meados de maio: *"Desde o dia 24 de abril, tenho estado, dia e noite, praticamente inconsciente, em torpor, tenho sonhos fantásticos. Tenho apenas alguns minutos por dia de consciência, que aproveito para preparar ou mandar preparar os remédios que julgo apropriado para o meu caso. (...). Eu passava o dia inteiro fora de mim; não tomei conhecimento do que se passou nesses dias. Todos à minha volta também estão doentes."* Langsdorff perde a saúde e o ânimo e dá crescentes mostras de debilidade mental. No dia em que fez cinquenta e cinco anos escreve em seu diário: *"Com a ajuda de uma bengala e de um guia, consegui, não sei como, arrastar meu corpo cansado até a canoa. Tive febre alta o dia inteiro; estava cansado de viver, delirava, quase inconscientemente. (...). Tive muita febre, passava horas suspirando, gemendo, gritando."* E assim foi durante toda a longa e interminável jornada. Não é sem certa mórbida ironia que anota: *"Em vez de um diário de viagem, preciso escrever, isto sim, uma história de doenças."*

Chegaram a Belém em 16 de setembro. Todos estavam gravemente enfermos. Riedel só chegaria a Belém quatro meses depois. No dia 24 de janeiro de 1829 um grupo de homens, física e mentalmente em frangalhos, embarca para o Rio de Janeiro, onde chegaria em 26 de março.

O BARÃO E O VALOR DAS PESQUISAS

George Heinrich - Grigóri Ivanovitch, na expressão russa - Von Langsdorff, alemão de nascimento, naturalizado russo e cônsul plenipotenciário da Rússia no

Brasil. Nascido em 18 de abril de 1774, em Wöllstein, principado de Mainz, filho do advogado Johann Gottlieb Emilius e de Anna Khatarina Koch, pertencentes à nobreza alemã empobrecida. Em 1793 entrou para a Universidade de Göttingen, que na época era um dos principais centros do pensamento Iluminista na Alemanha, cursando Medicina. Em 1797 terminou o doutorado com uma tese sobre a “Arte da Obstetrícia”. Foi nomeado médico da Corte e lá conhece o príncipe e general Christian Von Waldeck, que, pouco depois, seria contratado para organizar e comandar o exército de Portugal. Langsdorff segue com ele para Lisboa.

Em 1800, publica, em português, livro sobre organização hospitalar, no qual explica sobre a necessidade da purificação do ar para a sanidade do ambiente. No ano seguinte, Portugal é atacado e derrotado pela Espanha. A Inglaterra, aliada de Portugal, se prepara para atacar a Espanha e Langsdorff se alista, na condição de cirurgião, nas tropas inglesas. Com a assinatura do Tratado de Paz de Amiens, o médico retorna a Portugal e, nesse período, trava contato com vários cientistas russos, mantendo com eles intensa correspondência de teor científico. Como conseqüência do respeito angariado, em 7 de janeiro de 1803, é eleito sócio correspondente da Academia de Ciências de São Peterburgo. Em 1805 publica, em russo, um trabalho sobre como empalhar peixes. Nesse mesmo ano retorna à Alemanha. É quando toma conhecimento de uma expedição russa que partiria em viagem de circunavegação ao redor do mundo. Através dos amigos cientistas, tenta se engajar na comitiva, mas a permissão lhe é negada. No entanto, não desiste. Sabendo que a expedição necessariamente faria uma escala técnica na Dinamarca, abandona todos os compromissos e parte às pressas para Copenhague. Lá chegando, procura o comandante da expedição e, após abrir mão de todas as regalias a que teria direito, incluindo a remuneração. Em 1808, já vivendo em São Petersburgo, o Czar Alexandre I o faz conselheiro e o eleva à condição de nobre, em sinal de reconhecimento pela contribuição dada à ciência russa. No ano seguinte, Langsdorff conclui o seu relato, em dois tomos, sobre a viagem ao redor do mundo. Em 1812 é nomeado cônsul geral da Rússia no Brasil, aonde chega em 5 de abril do ano seguinte. Vinha com a missão de exercer funções diplomáticas, visando principalmente apoiar os comerciantes russos na facilitação da abertura de um novo mercado comercial. Poucos como Langsdorff teriam tão excelentes condições de cumprir essa missão. Além da admirável cultura geral, com uma sólida formação acadêmica, falava alemão, russo, francês e português. Seus biógrafos, no entanto, ressaltam que Langsdorff se empenhou muito para conseguir o cargo não foi por outras razões que a de poder se dedicar com afinco às pesquisas científicas, cujas lembranças do potencial do Brasil tinha sido aguçadas quando da sua estada quase uma década antes. Com efeito, o entusiasmo do cientista pelo Brasil era realmente muito grande. Em 1825, um ano antes de partir a Expedição, em carta ao ministro Nesserold, homem chave da administração czarista, escreveria: “*Quanto mais eu conheço*

o Brasil, mas aumenta o meu interesse pelos seus lugares desconhecidos”, e concluía, “O Brasil é realmente um novo mundo.”

Ao terminar o dramático périplo pelos sertões do Brasil o estado físico de Von Langsdorff era deplorável e suas faculdades mentais estavam seriamente comprometidas. Em maio de 1830 embarca com destino a sua velha Alemanha para lá ser sepultado, num evento que todos supunham se avizinhava. Não foi isso o que aconteceu. Estabeleceu-se em Freiburg, no sul da Alemanha, onde consegue aos poucos recuperar suas forças físicas, porém já não mais tinha capacidade de raciocínio, a amnésia persistia e agravava. Curiosamente, lembrava-se de suas viagens anteriores à Expedição, mas nada do que acontecera nos últimos anos. “*Os anos passavam, mas para o cientista era como se o tempo tivesse parado*” - escreve o seu biógrafo Komissarov². As suas forças mentais estavam abaladas para sempre, comprometendo definitivamente a sua produção intelectual e, ainda que se esforçasse muito para retomar o trabalho, na maior parte do tempo, a sua vida se constituiu em memórias difusas, de imagens atormentadas.

O Barão só viria a falecer vinte e dois anos depois, em 29 de junho de 1852, aos 78 anos de idade. Morreu prestigiado pelo governo russo que, mesmo sem nada produzir lhe concedia uma pensão anual de onze mil rublos, e respeitado pela comunidade científica internacional.

Georg Henrich Von Langsdorff em oito anos de Brasil realizou uma caminhada de mais de 17 mil quilômetros, percorrendo terras ínvias desde o Rio de Janeiro, passando por São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso, Amazonas e Pará. Todos os que estudaram a Expedição Langsdorff são unânimes em reconhecerem que, sob um aparente malogro, realizaram-se pesquisas de enorme importância para o conhecimento científico: “*Um valor ilimitado apresentam os materiais da expedição relacionados com a história sócio-econômica e étnica do Brasil, à geografia histórica, econômica e física, à estatística, às línguas indígenas*”, escreveu Boris Komissarov. O valor das coleções formadas por Langsdorff e pelos participantes da Expedição é incomensurável. Fazem hoje parte de museus da Rússia vastas coletâneas entomológicas, heperpetológicas, ictiológicas, ornitológicas, mamíferos empalhados, mas de mil plantas vivas, sementes e espécies de madeira, mostras de minerais, desenhos, mapas e diários, registros de vocabulários e cartas. Existem inúmeras informações sobre geografia, botânica, zoologia, economia, estatística, história, etnografia, lingüística e outros ramos do conhecimento. Enfim, um dos documentários mais fabulosamente completos sobre o Brasil e, em particular, sobre Mato Grosso se encontra na Rússia.

Em 1988 uma breve mostra da documentação da Expedição Langsdorff existente no Museu de São Petersburgo veio ao Brasil visitando apenas quatro cidades,

²KOMISSAROV, Boris. Expedição Langsdorff - Acervo e Fontes Históricas. São Paulo: UNESP, 1994.

entre elas Cuiabá. Sob a denominação de “Langsdorff de volta”, por uma semana, entre 27 de julho e 7 de agosto, o salão nobre do Palácio da Instrução recebeu mais de mil visitantes que se maravilharam com a beleza do extraordinário acervo da expedição Langsdorff.³

Os Diários de Langsdorff e vários documentos referentes à Expedição ficaram esquecidos, por mais de cem anos, em suas embalagens originais, tais como saíram do Brasil, numa sala fechada do Jardim Botânico de São Petersburgo. Foram encontrados em 1930. Os Diários têm 1.388 páginas, cobrindo um período que vai de 8 de maio de 1824, quando partiu para Minas Gerais, até 20 de maio de 1828, quando, no rio Juruena, com febre e dores generalizadas, já não tinha mais forças para prosseguir nos registros.⁴

Cientista, naturalista, médico, autêntico bandeirante da ciência, Georg Von Langsdorff juntou ao sonho a firme determinação de alcançá-lo. E, quando isso acontece, tem-se uma revolução ou uma explosão de loucura.

³O autor era então o Presidente da Fundação Cultural de Mato Grosso e responsável pela vinda a Cuiabá do excepcional acervo e dos curadores da exposição, entre eles Boris Komissarov.

⁴Os Diários de Langsdorff se encontram publicados em mais de dez idiomas. No Brasil foram publicados em 1998, em três volumes, numa co-edição da Associação Internacional de Estudos Langsdorff, Casa de Osvaldo Cruz - Fiocruz e Editora Fiocruz, organizado por Danuzio Gil Bernardino da Silva.

A FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO CHIQUITANO

José Eduardo Fernandes Moreira da Costa

RESUMO

O presente trabalho estuda, sob a perspectiva da Geografia Cultural, a configuração do território Chiquitano. A delimitação da fronteira no período colonial entre as Coroas Ibéricas incorporou no território luso-brasileiro parte da Província de Chiquitos, encapsulando, no Brasil, algumas comunidades Chiquitano. Trata-se de pensar as estratégias de resistência indígena frente ao processo de des-territorialização decorrente da ocupação da fronteira oeste mato-grossense.

O ORIENTE BOLIVIANO

O mito da *Serra da Prata* que, em tempos anteriores, impulsionou a aventura do português Alejo Garcia com os Guarani do litoral catarinense às terras altas andinas (GANDIA, 1929, p. 29 e 85), motivou a vinda de Pedro Mendoza da Espanha em 1534 com a incumbência de povoar a região do *Rio da Prata* e descobrir os lendários tesouros. Enfermo, o seu sucessor, Juan de Ayolas, assumiu a empreita e adentrou o rio *dos Payaguás* para fundar, em 1537, o primeiro assentamento permanente que viria a se transformar depois na cidade de Assunção. Ao continuar viagem, a expedição encontrou seu fim no Porto da Candelária ou San Fernando, sob o ataque dos índios Payaguás e Mbayas.

Ao efetuar as entradas a partir das vias naturais que conduzissem ao *El Dourado*, os exploradores buscaram os caminhos de menor resistência, lugares seguros para se aprovisionarem. A instauração de portos fortificados, situados juntos ao rio Paraguai ou em afluentes próximos a ele, se mostraram imprescindíveis ao estabelecimento de uma rede dendrítica (CORRÊA, 1997, p. 308) que assegurasse o domínio das terras interioranas, a defesa de ataques de índios hostis e a logística necessária às expedições seguintes. Dentro dessa lógica, a fundação do *Puerto de los Reyes* na região do alto Paraguai (GANDIA, 1929, p. 103), em 1543, por Domingos Martinez de Irala, propiciou o suporte adequado para negociar com os índios Xarayes¹ a obtenção de informações seguras e apoio à penetração rumo ao oriente.

***Graduado em Geografia, Especialista em Antropologia Social, Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso e Indigenista da Fundação Nacional do Índio.**

¹Os Xarayes habitavam ao norte da confluência dos rios Paraguai e Jauru e eram constituídos por um complexo sistema de confederação que incluía diferentes grupos indígenas, inclusive etnicamente diversos. Com base em relatos de 1587 de Portocarrero, Susnik (1978, p. 29-30), constata a existência de 6 grandes *pueblos-aldeas*: *Yererorumi*, *Vacayucure*, *Baybatari*, *Uticate*, *Aucu* y *Urebare-Parabazan*, sendo que a aldeia *Aucu* era formada por oito *barrios-cacicatos* das etnias *Aucus*, *Xarayes* e *Paresses* com aproximadamente 7.500 índios.

O segundo governador, Alvar Nunez Cabeza de Vaca, a partir de Puerto de los Reyes, tentou, sem sucesso, chegar ao *El Dourado*. Ao passar privações e sofrer fortes ataques dos índios, teve de regressar a Assunção, sendo deposto por Irala. Depois de repatriar Alvar Nunez, o capitão Irala organizou nova expedição, em companhia de Nuflo de Chavez, remontando, assim, por volta de 1547, o trajeto indicado pelos Xarayes. Em seu caminho por terra, a expedição cruzou os territórios² dos Mbayás, Chanés, Toyanas, Payonos, Mayákenos, Moronos, Pornis, Simenos, Guorkonos, Karkonos, Siberis, Paysunos, Gorgotis para, finalmente, atingir o rio Guapay³ ou Grande, morada dos Tamakosis (KREKELER, 1995, p. 40-41).

A incursão, depois de cruzar o rio Grande, se deparou com índios que dominavam o idioma castelhano, fato esse que deixou os espanhóis surpresos. Na ocasião, perceberam que a região estava sendo também explorada pelo vice-reinado do Peru. Diante da situação, Irala, após enviar Nuflo de Chavez à cidade de Lima, regressou para Assunção. Com o falecimento de Irala, Nuflo de Chavez recebeu a incumbência, em 1557, de estabelecer um povoado⁴ na região dos índios Xarayes, como forma de consolidar o caminho de Assunção à cidade de Lima. Entretanto, acalentando a idéia de constituir uma província independente e de encontrar *terras ricas*, retornou ao rio Grande, local em que enfrentou *un terrible combate con más de veinte mil indios tupuimíries o chiquitos, posuedores del secreto de la yerba* (GANDIA, 1929, p. 122). Findo o combate, uma parcela significativa da tropa se sublevou e retomou, sem êxito, o plano de se estabelecer em Xarayes, o objetivo original da missão. Mesmo acompanhado de pouca gente,

²As primeiras informações sobre as populações da região vieram de Pedro Hernández e do alemão Ulrico Schmidel, cronistas que compuseram as expedições espanholas. A ortografia das etnias relacionadas consiste naquela proposta por Krekeler (1995) elaborada com base na adequação feita por Métraux. Contudo, para os casos específicos das etnias Terena, Guaikuru, Guató e Paresi, parte ainda do presente etnográfico nacional adotar-se-á a sugerida pela Associação Brasileira de Antropologia. Isto é, pela convenção os nomes das sociedades indígenas se apresentam escritos de forma invariável no que diz respeito à flexão e gênero. Nos demais contextos, serão mantidas as grafias encontradas na bibliografia estrangeira especializada sobre o assunto. Gandia (1929, p. 58-59) explica que nos documentos da época a etnografia assinalava o nome do lugar, gerando a toponímia da região. Esclarece ainda que as diferentes grafias para a designação da mesma etnia e seus grupos locais devem ao tomarem para si *el nombre de su cacique o del lugar en que se hallaban situados, siendo por consiguiente sus apelativos tan variables como sus migraciones y duraderos como sus jefes. Además, cada horda teria tantas designaciones como número de idiomas en que era conocida*.

³Guapahy: água que bebe todas as águas; morada dos índios Tomacuacis (Tomakosis), inimigos dos Chiriguanes (GANDIA, 1929, p. 65).

⁴Aliados dos Guató e inimigos dos Payaguás, os Perabazones se situavam na margem ocidental do rio Paraguai *com su necleo principal en frente de la desembocadura del r. Jaurú, el lugar denominado el Pto de los Perabazones, fundado por Nuflo de Cháves em 1557 al iniciar su travesía transchiquitana* (SUSNIK, 1978, p. 29).

Nuflo de Chavez permaneceu no local fundando, em 1559, *Nueva Asuncion*, a primeira povoação em território Chiquito, próxima ao rio Grande e da lagoa de Mapá.

O problema de jurisdição sobre um amplo território entre Lima e Assunção iniciado por Irala com a descoberta do caminho do Paraguai ao Peru se agravou a partir do encontro das tropas de Nuflo de Chaves com as do capitão Andrés Manso, oriundas de Lima e também dispostas a fundar uma povoação no Oriente boliviano. O capitão Nuflo de Chaves, utilizando-se de habilidades persuasivas e da relação de parentesco de sua esposa com o vice-rei do Peru, conseguiu o fim definitivo da disputa, sendo nomeado tenente-general do governo de Moxo. Em seu retorno de Lima, expulsou o Capitão Manso da povoação de *La Barranca*, subjugou os índios Tamakosis e os Gorgatokis, instalando mais ao sul, em fevereiro de 1561, a cidade de Santa Cruz de La Sierra, próxima ao lugar que viria a ser, dois séculos depois, a Missão de San José dos Chiquitos⁵.

Pretendendo explorar economicamente as terras descobertas e as possíveis riquezas da província de Moxos, estabeleceu numerosas *encomiendas* submetendo milhares de índios de diferentes etnias ao regime forçado os indígenas estavam repartidos em duas formas de *encomienda*. Na *encomienda originária* os índios eram submetidos a trabalhos realizados diretamente nas casas e fazendas, incumbidos, principalmente, pelos serviços domésticos e trabalhos agrícolas. Devido à carência de mulheres européias, as índias eram tomadas como concubinas. O sistema de *encomienda mitaya* permitia aos índios viverem em suas terras originárias, porém, obrigados a trabalhar, regularmente, nas propriedades dos *encomiendados*, além de pagar tributos em forma de tecidos, dentre outros produtos. Contribuíam, ainda, com os trabalhos de limpeza da cidade, construção de prédios públicos, transporte de carga e de proteção contra as tribos inimigas.

Embora a lógica de ocupação evidenciada por Nuflo de Chavez fosse marcante, no sentido de buscar o *El Dourado*, o qual julgava se encontrar ao norte da Província (BALZA, 2001, p. 131), pretendia estabelecer um governo próprio, sustentado pela formação de uma rede de povoação organizada de acordo com um padrão *christalleriano* (CORREA, 1997, p. 310) que assegurasse também a comunicação e uma relação permanente ante a Lima e Assunção, os dois principais pólos políticos e econômicos da Coroa espanhola na região. O enfrentamento sistemático dos índios retardou e criou dificuldades substanciais à ocupação e à consolidação dessas intenções, como ficariam evidenciadas no decurso da colonização.

⁵Atribuído pelos europeus, no século XVI, o termo *Chiquito* é a designação genérica de diversas etnias distintas que habitavam uma vasta região compreendida ao norte pelo paralelo 15, ao sul pelo Chaco, a leste pelo rio Paraguai e, pelo rio Grande, a oeste. Ver D'Orbigny, 1944. Segundo Parejas Moreno e Salas (1992, p. 313), D'Orbigny deixa estabelecido, desde a sua visita, que se chamariam de *Chiquitanos a todos los indígenas del continente admitidos en la comunidad de la provincia de Chiquitos*.

A história do Oriente boliviano se mistura e se confunde com a história de Santa Cruz de la Sierra e ao destino de dezenas de etnias, muitas das quais extintas nesse processo. Contudo, Santa Cruz padecia de uma trajetória um tanto quanto movediça, carregada de tensão e disputas até encontrar o seu local definitivo. O sítio escolhido para a sua localização inicial mostrou-se impróprio devido à crescente beligerância indígena e a grande distância de *La Plata*, atual cidade de Sucre, sede da Audiência de Charcas, fundada em 1559, impossibilitando o desenvolvimento das relações comerciais.

Segundo Gandia (1929, p. 129 e 138), a destruição, em 1563, de *San Domingo de la Nueva Rioja*, povoação estabelecida por Andrés Manso no rio Parapeti pelos índios Chiriguanos, que pouco tempo depois também assolaram a povoação de *La Barranca*, deixou desguarnecida a rica Província de Charcas e as Minas de Potosí. A situação de isolamento se agravou ainda mais com a morte, em 1568, de Nuflo de Chavez, assassinado pelos índios rebeldes do assentamento de *El Itatin*, localizado cerca de cento e cinquenta quilômetros de Santa Cruz, no caminho para o rio Paraguai.

Diante desses acontecimentos, a ocupação do Oriente boliviano tomou outro rumo associado à racionalidade defensiva e militar com a conseqüente nomeação pelo vice-rei do Peru, de Juan Pérez de Zurita, como novo governador da Província de Moxos. Contudo, não chegou a ser empossado, por resistência dos moradores de Santa Cruz, fato só ocorrido em 1575.

Com Pérez chegaram os primeiros sacerdotes seculares e a ordem de transladar a sede do governo, porém sem sucesso, pois parte da população havia se remetido para o noroeste em busca das riquezas de Moxos e fundado, em 1582, Santiago del Puerto, cuja existência foi efêmera face à oposição indígena. Diante do isolamento da Província de Charcas e a de Santa Cruz, o marquês de Cãnete, vice-rei do Peru, ordenou em 1590 a fundação, a meio caminho, da cidade de San Lourenço el Real, na margem oriental do rio Guapay, também chamada de *San Lourenço de la Fronteira ou San Lourenço de la Barranca* (PAREJAS MORENO e SALAS, 1992, p. 58).

Um ano mais tarde, a cidade foi transladada para a outra margem do rio, nas imediações de Cotoca. Entretanto, em 1595, San Lourenço foi novamente removida em direção ao altiplano, se fixando nas planícies de Grigotá, próxima a Punta de San Bartolomé.

Santa Cruz de la Sierra, a *vieja* como passou a ser conhecida mais tarde, ainda alimentada pelos ideais de Nuflo de Chavez de uma província independente, em busca dos tesouros de Moxos, viu seu sonho ruir face ao abandono crescente. Com o tempo foi cedendo ao inevitável e acabou por se transferir em duas etapas, nos anos de 1601 e 1604, para o sítio de Cotoca. Na ocasião da última transferência, uma parcela de seus habitantes se dirigiu novamente para Moxos e tentou restabelecer a antiga povoação de Santiago del Puerto, sob a denominação de San Francisco de Alfaro.

Durante muitos anos, *Santa Cruz la Nueva de Cotoca* conviveu nas proximidades de *San Lourenço de la Frontera*, somente em 1622 as duas cidades se fundiram em Grigotá e o nome de Santa Cruz de la Sierra prevaleceu, cabendo a San Lourenzo o título de Patrono da nova cidade. A Figura 1 retrata a saga da *cidade andarilha*⁶ e, conseqüentemente, o processo de ocupação espanhola do Oriente boliviano até a primeira metade do século XVII.

A mudança de Santa Cruz para as proximidades do altiplano a afastou em definitivo da esfera de influência de Assunção e um outro território começou a se desenhar em oposição ao anterior. Nesses termos, a organização do espaço responde à demanda de consumo representada pelo mercado mineiro de Charcas, conseqüentemente de um sistema econômico agrícola ligado principalmente ao fornecimento de escravos indígenas, bem como à comercialização do algodão e da cana-de-açúcar. Paradoxalmente, os esforços despendidos pelos Chiquitos em se oporem à presença dos espanhóis no seu território, expulsando-os de San Francisco de Alfaro em 1620 e, em seguida, forçando a transferência de Santa Cruz de la Sierra para a margem Ocidental do Guapay, trouxe dificuldades enormes para a obtenção de instrumentos metálicos pelos diferentes grupos locais dispersos em uma vasta região.

A resistência dos Chiquitos nesse início da colonização, efetivada muitas vezes de forma isolada e, em outras ocasiões, articulada em amplas alianças político-militares⁷ entre os vários grupos e mesmo com inimigos tradicionais como os Guaikuru e os Chiriguano conferiu-lhes a fama de guerreiros temidos, respaldados nas suas flechas envenenadas e na coragem. No período que compreende a desocupação espanhola do território Chiquitano até o estabelecimento das primeiras reduções jesuíticas, os índios se viram obrigados a se dirigir às encomiendas dos entornos de Santa Cruz, a nueva, para obter as ferramentas desejadas a todo custo. Os assaltos constantes praticados pelos indígenas serviram como mais um motivo para os espanhóis escravizá-los e vendê-los no altiplano, o que era feito de forma amparada pelo governo da Província. De acordo com Krekeler (1995, p. 187), no princípio do século XVII, a descoberta pelos espanhóis de um antídoto para o veneno das flechas representou um duro golpe para os Chiquitos, que se viram também perante os

⁶É possível observar a existência de divergência entre diversas fontes quanto às localizações exatas das povoações e suas datas de fundação e extinção. Entretanto, este estudo optou por Parejas Moreno e Salas (1992) e Finot (1978) por parecer mais apropriado, após consultas a Gandia (1929), Krekeler (1995) e Balza (2001). A figura foi elaborada com base nos mapas apresentados por Balza (2001, p. 134-135) e Parejas Moreno e Salas (1992, p. 98).

⁷Para Susnik (1978, p. 28) os Chiquitos detinham uma estrutura sócio-política confederativa, a exemplo da adotada pelos *Xarayes*, *Paressis* e *Mojo-Arawak* levando os primeiros explorados à nominá-la de Província ou Reino face à sua complexidade e extensão. Como estratégia para escaparem dos europeus, os grupos que constituíam essas grandes aldeias se dispersaram adotando a tática de guerrilha.

*mamelucos*⁸, um novo e poderoso oponente vindo do oriente.

Diante dessa situação e do alarmante descenso populacional decorrente das epidemias, das expedições punitivas e das dificuldades de obterem ferramentas para melhorar a subsistência, não restou alternativa senão a de tentar aliar-se ao espanhol para fazer frente a um inimigo em comum.

Los chiquitanos no podían resistir a estes ataques, tanto así que los zumbikis, kozos, pakara y pinokos enviaron en 1690 una delegación al gobernador de Santa Cruz, Agustín de Arze, pidiendo la paz (KREKELER, 1995, p. 51).

O governo de Santa Cruz viu nesse episódio uma oportunidade para implementar as missões de Chiquitos como forma de conter *los excursiones de los bandeirantes amenazaban la seguridad de Santa Cruz, y aun apodearse de Chuquisaca, Potosi y sus contornos* (GANDIA, 1929, p. 152), além de poder fazer frente aos Chiriguanos.

O avanço dos bandeirantes constituiu num elemento importante para mudança da política de ocupação do Oriente boliviano, por colocar em risco a possessão espanhola naquelas paragens. Assim, os Chiquitos apresentaram-se como aliados estratégicos na defesa do espaço colonial, capazes de obstar uma possível expansão dos domínios portugueses. Mesmo porque a Coroa não estava em condições de enviar tropas regulares para guarnecer uma fronteira tão ampla. Diante dessa situação adversa, forçou o governo de Santa Cruz a alterar, em parte, a lógica econômica local, fundada no escravismo indígena, ao convencer o jesuíta José Arce, do Colégio de Tarija, em se incumbir primeiro da catequese dos Chiquitos, postergando sua pretensão de trabalho missionário com os Chiriguanos. Evangelizar e armar os índios Chiquitos, transformando-os em súditos efetivos da Coroa Espanhola, passou a nortear a política de defesa do território que culminou na organização das reduções como forma de conter a ação dos invasores.

Desde 1635, a Audiência de Charcas já havia autorizado a conquista espiritual dos índios das províncias pelos jesuítas que *iniciaran em 1668 las primeras misiones de Mojos y Chiquitos por el P. Julián de Aller* (GANDIA, 1929, p. 149). Na realidade, a Chiquitania não se apresentava apenas como um lócus estratégico de proteção territorial, um espaço tampão apropriado à contenção das ações dos mamelucos. Para os jesuítas era percebido como um espaço de convergência capaz de interligar as

⁸ Termo atribuído ao filho originado das relações entre o branco e o índio que compunham as bandeiras paulistas. Gandia (1929, p. 152) afirma que a ação dos mamelucos remonta ao século XVI.

missões jesuíticas do altiplano andino com as da bacia platina. E, no momento, reunia as condições favoráveis à ação religiosa, devido ao possível arco de aliança entre índios Chiquitos e a Coroa Espanhola, em detrimento dos índios Chaquenhos que se mostravam ainda muito hostis.

AS MISSÕES DE CHIQUITOS

O grande nexos causal para o domínio da exploração econômica existente no período de colonização do Oriente boliviano foi o tráfico indígena. Embora a historiografia tradicional associe este dado às ações de escravagistas espanhóis, a fim de suprir de braços as minas de Potosí e os *encomienderos* de Santa Cruz, é importante considerar o mito dos diversos reinos fantásticos como um fator impulsionador da conquista de um amplo território, quando não o preponderante. O historiador boliviano Enrique Finot comenta que

Chaves [Nuflo], entretanto, había conseguido pacificar em gran parte a las belicosas tribus que destruyeron la Barranca y la Nueva Rioja y que amenzaban la estabilidad de Santa Cruz de la Sierra. Al mismo tiempo se preocupaba de comprobar en su territorio la existencia de ciertas minas, convecido de que sin tal aliciente había de ser difícil que se arraigaran núcleos de población española permanente en aquellos pobres tierra de Chiquitos (FINOT, 1978, p. 201).

A idéia das riquezas de Payititi e Moxos existentes ao norte de Chiquitos, e do ouro e prata em Itatin, mais ao sul da Província de Chiquitos, região habitada pelos Chiriguano, movimentou Santa Cruz desde a sua fundação, esforços oficialmente reconhecidos por um *edicto real del 22 agosto de 1573 los cruceños obtenían los derechos exclusivos para la conquista de la region* (KREKELER, 1995, p. 66-67). Um sonho não esquecido, mesmo após a morte do capitão Nuflo de Chavez, seu principal articulador.

Parejas Moreno e Salas (1992, p. 60) informam, baseados em dados da Igreja, que até meados do século XVII, Santa Cruz era praticamente a única povoação do Oriente boliviano, e estava em franco declínio *em cuenta epidemias y otros desastres, resulta demasiado rápido el índice de disminución, pues mientras em 1629 los españoles, por ejemplo, constituían el 12% de la población total del obispado, em 1654 só lo llegaban al 1,5%*. Entretanto, ressaltaram que os bispos podem ter adulterado os números, pois tinham interesse na remoção do Bispado para a cidade de Mizque.

Balza (2001, p. 138) confirma essa situação de falência de Santa Cruz, carregando dados em relação aos índios que, de uma população aproximada de 16.000 *encomien-*

dados em 1575, restava cerca de 1.000, em 1620. O autor atribui esse declínio populacional à ocorrência de fugas, epidemias, engajamento forçado nas guerras dos espanhóis contra outros índios e principalmente ao próprio regime escravista.

A entrada efetiva da Companhia de Jesus na Província de Chiquitos se, por um lado, desagradava a maioria da população de Santa Cruz que via em sua presença um obstáculo ao tráfico indígena, por outro, acalentava a ilusão de alcançar a Província de Moxos e atendia aos interesses do governo em defender o território. Não restou alternativa aos colonos senão a de continuar capturando os índios, mesmo contra a vontade dos jesuítas que, sistematicamente, reclamavam a proteção da coroa, no sentido de proibir a entrada de não-índios na região das missões, sem o prévio consentimento.

Passados cerca de 40 anos, os missioneiros, seguindo o caminho do norte, trilhado pela última expedição, a de Gonzalo Solis Holguín, que alcançou os rios Baures e Itonamas, terras dos Toros e Chapacuras, estabeleceram em 1690 a missão de *Nuestra Señora de la Presentación*, a primeira escala para Gran Moxo e início da reconquista do território Chiquitano.

Los PP. Arce, Gonzáles, Cea y Centeno, que habían abierto un colegio en Tarija, fundaron a orillas del Guapay, en 1690, una reducción llamada Nuestra Señora de la Presentación. Desde su fundación vieron se obligados a defenderse contra los Mamelucos, que después de haber despoblado el Guairá, iban en busca de neófitos por el Noroeste del Chaco, para venderlos como esclavos en el Brasil (GANDIA, 1929, p. 152).

Birgit Krekeler (1995, p. 186) sustenta que os Chiquitos, mais numerosos, prevaleciam, de certa maneira, sobre os demais grupos étnicos do Oriente boliviano por disporem de uma agricultura desenvolvida e superioridade militar devido ao domínio da técnica de utilização de planta venenosa. Ressalta que, antes da chegada dos espanhóis, possuíam um sistema de comércio⁹ estabelecido com os Chanés e com os índios do altiplano, o que lhes conferia uma capacidade enorme de articulação.

Diante da colonização, eventualmente, se organizavam formando grupos maiores de resistência e celebravam alianças temporárias com outras etnias para a defesa do território em comum. Hábeis guerreiros, os Chiquitos surpreenderam os

⁹ De acordo com diferentes autores, dentre eles Susnik (1978, p. 39), *los Chiquitos mantenían activas relaciones de Trueque con los Payzunos y los Chanés vecinos suroestinos, especialmente por adornos de metal*. O sistema de trocas possibilitou a presença da prata entre os Xarayes e os Orejones do Alto Paraguai, cambiados, em especial, pelos mercadores ambulantes Chanés.

invasores ao adotarem táticas de guerrilhas, como a contaminação de mananciais de água e a utilização de estrepes envenenados, inclusive, capazes de edificar paliçadas em madeira, dotadas de torres, fossos e circundadas por plantas espinhosas.

Finalmente, a antropóloga conclui que os Piñocas e outros grupos de Chiquitos da região da antiga povoação de Santiago del Puerto, somente ao perderem a eficácia das flechas envenenadas e diante da crescente ameaça portuguesa e espanhola é que deliberadamente tiveram de alterar a estratégia frente aos invasores e consentir a presença dos jesuítas em seus domínios, se adaptando à nova realidade.

Em 1691, o padre José de Arce, acompanhado do irmão Antonio de Rivas, avançou ainda mais no território Chiquito para fundar a redução de San Francisco Javier entre os Piñocas, próxima à antiga povoação de San Francisco de Alfaro, constituindo, assim, a terceira tentativa européia de ocupar a última escala para as terras dos Moxos. Mesmo contando com a proibição do comércio escravo indígena, os Inacianos ainda entraram em choque com os escravagistas cruzenhos que viam nesta atividade ilegal a sua única forma de sustentação. Por essa razão, dentre outras, a Missão de San Javier teve de ser transferida de local algumas vezes, até se fixar definitivamente anos depois.

Acuados por constantes ataques dos espanhóis e dos portugueses, os índios já não se sentiam seguros nas missões e acabaram por rebelar-se contra os jesuítas que se mostraram incapazes de defendê-los.

En 1696, los mamelucos del Brasil asaltaron las misiones de los Chiquitos, y los indios de la Presentación del Guapay se alzaron contra los PP. Felipe Suárez y Lucas Caballero y quemaron la iglesia y la casa de los misioneros, obligando a los dos jesuitas a retirarse a San Francisco Javier, en los Chiquitos (GANDIA, 1929, p. 54).

Tal dado denota a determinação dos indígenas em perceber a missão como um local de proteção, pois se entendiam seguros sob a tutela da Companhia de Jesus, fato que se constituiu em um importante elemento no desenlace da política de ocupação do Oriente boliviano. Para defender suas possessões, ao poder colonial espanhol não restou alternativa senão a de permitir o uso de armas de fogo nas missões e preparar os índios para manuseá-las, porém, com o controle dos jesuítas [...] *porque los neófitos son singular privilegio de nuestros católicos reyes y pueden usar armas de fuego con que fácilmente podrán quebrantar el orgullo de estos corsários* [...] (FERNANDEZ apud KREKELER, 1995, p. 76).

Pouco tempo depois da fundação de San Javier, os mamelucos atacaram uma rancharia dos Piñocas, sendo repelidos no primeiro assalto. Os índios, temendo um segundo ataque, recorreram à missão; o padre Arce se dirigiu à Santa Cruz solicitando

auxílio. O apoio das tropas do governador e a derrota dos portugueses infundiram confiança nos Chiquitos e facilitaram o trabalho de redução dos índios. Segundo Balza (2001, p. 147), o missioneiro é *visto como protector, proveedor de herramientas metálicas y como un ser mágico* [...] estabelecendo uma nova ordem, tanto em relação aos indígenas como aos europeus. Os jesuítas, durante as visitas às rancharias, ofereciam a proteção da cruz, distribuíam roupas, anzóis, machados, celebravam missas e batismos. Como os xamãs, curavam enfermidades e, eventualmente, por um golpe de sorte, atendendo aos reclames dos índios, faziam chover, salvando as plantações graças à interveniência de um novo deus.

Dando continuidade à atividade missioneira, os padres Juan Bautista Zea e Francisco Hervás estabeleceram, em 1696, a Missão de San Rafael, no vale do rio Jacopó. Na realidade, formalizaram o trabalho iniciado pelo padre Arce que organizou os índios das *rancharias*, a oeste de San Javier, em local estratégico para enfrentarem os mamelucos. Depois de San Rafael, os inicianos voltaram sua atenção para o sul da província e fundaram, em 1698, a Missão de San José dos Chiquitos, a dois quilômetros do extinto povoado de Santa Cruz, *la vieja*. No ano seguinte, instalaram, mais a sudeste, em direção ao rio Paraguai, a Missão de San Juan Bautista, logo extinta, sendo reinstalada somente em 1716, a 20 léguas a oriente de San José, em um sítio conhecido por *Naranjal*.

A Missão de Concepción também teve início em 1699, com o trabalho de padre Lucas Caballero, porém não durou muito. Em 1707, os padres Caballero e Hervás insistiram no trabalho de redução e instalaram novamente a missão. No mesmo ano, o padre José Ignacio de la Mata fundou a Missão de San Ignacio de Boococas, próxima à de Concepción. Pouco tempo depois, ambas as missões foram removidas para um mesmo local e, assim, Concepción absorveu San Ignacio. Os índios da região mantiveram-na sob constante tensão: em 1711 os Puyzocas acabaram matando o padre Caballero. Finalmente, para fugir dos conflitos, o padre Juan Benavente, em 1722, fez a transferência de Concepción para o lugar atual.

As fundações das missões de San Miguel, em 1721, San Ignacio de Chiquitos, em 1748, San Tiago, em 1754, Santa Ana, em 1755 e San Corazón, em 1760, ocorreram após um significativo período do estabelecimento das primeiras missões de Chiquitos. Os padres puderam dispor do auxílio de um verdadeiro exército de índios convertidos ao cristianismo, sob o auspício de um entrosamento sólido dos missionários com os índios, construído ao longo de décadas de convivência nas reduções. Nesse período, o sistema missional já se encontrava organizado social e economicamente, em pleno desenvolvimento, sendo, ainda, mais fortalecido com a chegada de uma quantidade significativa de novos jesuítas com sólida qualificação sacerdotal e universitária.

San Rafael desempenhou um papel estratégico nas campanhas evangelizadoras

dos grupos indígenas situados nas cabeceiras dos rios Guaporé e Paraguai, na rota de um possível caminho para Assunção. Edificada inicialmente às margens do riacho Jacopo e depois trasladada mais para leste, em 1701, para o rio Gabis, que os jesuítas acreditavam ser afluente do rio Paraguai, como forma de facilitar os trabalhos de aproximação das missões de *Chiquitos* com as do *Paraguay*. Quanto mais intensificavam as ações dos mamelucos e a presença luso-brasileira, mais fluíam índios para San Rafael, decorrente de intensas atividades missioneiras, muitas das quais levadas a efeito por membros de etnias já *catequisadas* desejosos de impedir a captura de seus parentes e os Chiquitos em exhibir sua coragem.

Estos indígenas, muchos de los cuales se habían escapados de los mamelucos, daban noticia de muchísimas naciones: merejones, guijones, tabicas (bacusones), betaminis, que son muchos y trabajadores, aripuires, lipes y Fedes; además por el norte habia diez casales de guarayos, y um pueblo numeroso de subarecas que confinaban con los parisis (Anua, 1718). De todas estas etnias había nativos en San Rafael, lo cual facilitaba la conversión (CHARUPÁ, 2002, p. 545).

As missões se apresentavam, antes de tudo, como um reduto seguro e em 1721, San Miguel foi fundada com parte da população de San Rafael e destinada a receber mais índios. Dessas reduções saíram muitas excursões em busca dos *Guarayos*, *Xarayes*, *Parabacas*, *Curuminas* e *dos Parisis*, dentre outras etnias, congregando uma parcela significativa de grupos com filiação lingüística Aruak¹⁰ e Otuque¹¹ existentes ao nascente. Posteriormente, devido ao crescimento populacional, San Miguel teve de se dividir, concorrendo para a origem de San Ignacio e San Corazon. San Rafael, em 1755, contribuiu mais uma vez com uma parcela de seus habitantes para instalação da Missão de Santa Ana, que, além dos propósitos administrativos, estava incumbida de recepcionar as etnias de língua Aruak.

Segundo Charupá (2002, p. 281-292) as reduções tiveram quatro períodos distintos considerados como importantes. O período de fundação, de 1691 a 1709,

¹⁰ Os índios da etnia Aruak-Paresi que contribuíram para a composição dos atuais Chiquitano já eram conhecidos desde as primeiras expedições espanholas. Conforme relatos do mercenário alemão Ulderico Schmidel, *caminbamos hasta llegar a los indios Parecis, semejantes a los yayares* (apud FINOT, 1978, p. 35). Lourenzo Juarez de Figueroa, *governador de Santa Cruz entre os anos de 1580-1595, dá também notícias do Paresi ao afirmar que el governador [Figueroa] intento después personalmente, una entrada a los Jarayes, sin resultado. Tuvieron más suerte sus capitanes, que llegaron a la provincia de los Parichis, la sometieron y empodronaron* (FINOT, 1978, p. 228).

¹¹ Susnik (1978, p. 48) crê que os Otuquis sejam o ramo ocidental dos Bororo.

teve início com os grupos Chiquitos e os Cozocas (Kozos), de língua Aruak, ao solicitar a paz com o governo espanhol, formando a primeira missão.

Em seguida, foram reunidos outros grupos, entre eles, os Taus, que legaram o seu dialeto como base para a língua Chiquitano. Em 1702 foram reduzidos, em San Rafael, os primeiros Guarayos, os Curuminas e os Quies, todos com tradição de remadores. O segundo período, de 1709 a 1724, o de assentamento, caracteriza-se pelo ingresso de grupos indígenas com grande diversidade cultural e lingüística. Data dessa época a incorporação dos Manasis, Parabas, Xarayes, Guató, Aripuires, Otuquis e outros. O terceiro, o de consolidação, de 1724-1754, apresenta um período marcado pela preocupação dos jesuítas em distribuir algumas parcialidades entre as reduções, em especial, os Chiquitos, com a finalidade de garantir uma uniformidade lingüística e cultural. O destaque é o ingresso nas reduções dos Paresi (Parisis ou Parresies) que, conforme Charupá (2002, p. 261 e 265) eram próximos geograficamente dos Xarayes (Zarabes, Saravecas) com quem tinham muitas semelhanças culturais. Foram também agregados os Terena (Terenás), Quiriquios, Zamucos e uma quantidade maciça de índios de língua Aruak e Guarani.

Branislava Susnik (1978, p. 36) explica que os Paiconecas, Paunacas, Jaramais e os *Pitaguari*, estes localizados nas cabeceiras do rio Sepotuba, *pertenecian al estrato etnico de Saravecas, un ramal de los Paressís mattogrossense* que pressionados pelos Otuque-Bororo¹² seguiram em direção a San Inácio e Santa Ana. A autora situa o território dos Saravecas entre as atuais fronteiras do Brasil e Bolívia, ocupando *las tierras desde la nascentes del R. Guaporé hasta la periferia de los Orejones, concentrándose luego al norte sobre el medio R. Paranaguá.*

O último período, o de maturidade, de 1754 a 1767, consta como a consolidação dos grupos Chiquitos como base sócio-cultural das missões. Porém, pode-se notar uma difusão das etnias de língua Zamuca (Chamococo), Otuqui e Guarani pelas reduções. Nessa época, foram retidos em Santo Corazón *casi trescientos indígenas, entre guaicurus, payaguas, tobas y terenás* (CHARUPÁ, 2002, p. 291), depois distribuídos entre as demais missões como forma de neutralizá-los.

Concomitantemente ao trabalho de fundação das reduções, os jesuítas retomaram uma série de expedições iniciadas em 1691 pelos Padres Arce e Pedro Lascamburu que tentaram, sem sucesso, se encontrar a meio caminho de Santa Cruz e Assunção. Outras missões exploratórias se seguiram a esta, mas também não lograram êxito, fato só ocorrido em 1715, quando o padre Arce alcançou San Rafael depois de dois meses de caminhada procedente da lagoa de Mandioré, no Alto Paraguai.

¹²Susnik (1978, p. 20) atenta para os constantes fusionamentos interétnicos, exemplificando com o caso Umutina que apresenta traços culturais dos Paresi e Bororo.

Hasta llegar a un lugar de máximo avance fluvial, donde Blende se quedó a cargo de la embarcación, y Arce, con la compañía de cinco indios, se internó en la selva, hasta que finalmente después de dos meses casi perdidos y abandonados a su suerte fueron avistados por indios chiquitanos que lo condujeron a la misión de San Rafael donde se encontró con el padre Cea (PAREJAS MORENO e SALAS, 1992, p. 297).

Apesar de a expedição de 1715 ter sido bem-sucedida no sentido de encontrar um caminho do rio Paraguai para as Missões de Chiquitos, teve um fim trágico. O padre Arce, em seu retorno de San Rafael, deparou-se com os corpos do padre Blende e seus seguidores decapitados pelos índios Payaguas que, em seguida, também o executaram. Morria com eles o sonho de estabelecer um porto no alto curso do rio Paraguai.

Os sacrifícios dos padres Arce e Blende em restabelecer a comunicação da Província de Chiquitos com Assunção através do rio Paraguai se mostraram em vão, pois a *pedido del cabildo de Santa Cruz de la Sierra, el año 1717 se emitio una real Provisión mandando cerrar el camino y comercio entre las misiones de Chiquitos y las del Paraguay* (PAREJAS MORENO e SALAS, 1992, p. 100). Tal atitude foi atribuída ao temor das províncias de Santa Cruz e de Tucumán de ficarem alijadas da rota comercial que forçosamente viria a se estabelecer entre as missões jesuíticas. Uma via direta e segura para a venda da erva mate dos Guarani e dos produtos de Chiquitos para os centros mineiros de Potosí.

Mesmo diante da desaprovação de Santa Cruz, a Companhia de Jesus continuou a buscar a aproximação das missões de Chiquitos com as do Paraguai. Partindo em 1716 da Missão de San Juan Bautista, os Inacianos, depois de seis tentativas conflituosas, conseguiram, finalmente, fundar, no ano de 1723, a Missão de San Ignacio de Zamucos. Devido a uma série de embates entre os índios Zamucos e os Ugarones, inimigos históricos, os jesuítas tiveram de abandonar a missão no ano de 1743. Contudo, firmes no propósito de se aproximarem do Paraguai, os padres Antonio Guasp e José Chueca, no ano de 1760, fundaram Santo Corazón nas margens do rio Tucabaca, a mais oriental das missões de Chiquitos. No mesmo ano, os jesuítas do Paraguai instalaram a Missão de Nuestra Señora de Belén entre os índios Mayas (Mbayas), nas margens do rio Iponé-guazú, a última de uma série de quatro missões implantadas ao norte de Assunção, um esforço conjugado dos jesuítas em estabelecerem um caminho terrestre.

Finalmente, após meio século da morte de Arce, o padre Sanchez Labrador¹³,

¹³Parejas Moreno e Salas (1992, p. 307) apresentam um mapa manuscrito contendo informações detalhadas da região do alto curso do rio Paraguai, retirado do Diário da Expedição de Belén-Santo Corazón, do Padre José Sánchez Labrador, com destaque para a localização das missões e dos índios Xarayes, na embocadura do Rio Jauru.

pároco da Missão de Belén, empreendeu uma nova expedição com o auxílio dos índios e, em 1767, alcançou a missão de Santo Corazón, ano da expulsão da Companhia de Jesus dos reinos de Espanha.

A organização territorial da Chiquitania estava perfeitamente conectada ao vice-reinado do Peru. Entretanto, o monopólio do comércio, a circulação de bens e de pessoas eram gerenciadas exclusivamente pela Companhia de Jesus, uma empresa dinâmica e expansionista, centrada em seus próprios interesses econômicos, políticos e religiosos. As tentativas de implementar um caminho para as missões guaraníticas, ao sul, sugerem a pretensão dos jesuítas em repetirem, se possível, a experiência de um centro comercial portuário já estabelecido por eles ao norte da Província de Chiquitos, expandindo, assim, a sua zona de influência.

O Porto de Pailas, administrado pelos missionários, constituiu um elemento-chave para a compreensão das intenções dos Inacianos quanto à estratégia de controle e de integração das populações indígenas à economia de mercado. A lógica de organização sócio-espacial pretendida pelos jesuítas se apoiava na criação de missões especializadas na produção de artigos com alto valor agregado, ligado aos grandes centros consumidores da época. Localizado a cerca de setenta quilômetros de Santa Cruz de la Sierra, às margens do rio Guapay, os jesuítas detinham o controle absoluto de Pailas, via de acesso exclusiva para as missões de Moxos e Chiquitos.

Com função comercial, administrativa e de serviços, os jesuítas dispunham no Porto de Pailas de uma sólida infra-estrutura e de apoio logístico para promoverem o intercâmbio comercial desse importante entreposto mercantil com o altiplano andino. Em virtude de sua localização estratégica em relação à cidade portuária, a Missão de San Javier, para onde convergia uma rede axial, caracterizada pela disposição de *uma única via de tráfego linearmente disposta* (CORRÊA, 1997, p. 311), desempenhava a tarefa de centro coletor e distribuidor de mercadorias para as demais missões de Chiquitos. Intencionalmente, os jesuítas mantinham obstruído o antigo caminho de Nuflo de Chavez, que permitiria a ligação da Missão de San José a Santa Cruz de la Sierra (A Nueva), evitando o intercâmbio com as missões por outro acesso, senão o de San Javier.

O estabelecimento das primeiras missões de Chiquitos tinha como um dos objetivos consolidar um arco de segurança territorial, aproveitando os locais de antigas povoações datadas do início do período colonial, delimitando os pontos avançados da fronteira. Num segundo momento, pretenderam com o assentamento de outras missões diminuir as distâncias entre elas, facilitando a defesa das bandeiras luso-brasileiras, bem como a circulação de bens materiais e culturais, efetivando uma relação de comando e controle da Província de Chiquitos.

A Figura 2 mostra detalhe da carta intitulada *Paraquarie Provinciae Soc. Jesu* atribuída a Mattheo Seuttero, e anterior a 1730, destacando a divisão político-

administrativa da colônia Ibérica. Geograficamente, os grupos indígenas *Garesis*, *Xaymes*, *Nambiquas*, dentre outros que se encontram no atual território mato-grossense, estão inseridos na antiga Província de Chiquitos. Encontram-se plotadas nesse documento cartográfico as missões mais antigas de Chiquitos, além da lendária lagoa de Xarayes.

A CHAVE DO SERTÃO

Chegou a informação, em 1740, a Cuiabá, por *Bororos domesticados*, que os jesuítas estavam catequisando os índios *Goarapáre* nas cabeceiras do rio Cuiaba. A Câmara de Cuiabá decidiu montar uma estratégia: travar relações de amizade com os *Aycurú* e, por esse meio, incentivar a antiga rivalidade desses com os *Payogoa*; usar os bororos domesticados para atrair, de novo, para o lado português os índios *Goarapáre* catequizados; investigar as missões e estabelecer comércio com os jesuítas; dissuadir os missionários de fornecer armas aos *Payogoa* em troca das mercadorias pilhadas das monções.

Partio Antonio Pinheiro desta villa no mês de Abril com tres homens brancos Manoel Dias Crasto, Iozé Gonçalves, Bernardo Tavares de doze Indios Paresizes, pasou os Rios Paragoia, e Iaurú no Lugar chamado as pitas adonde acharaó caminho seguido dos Missionarios que já de antes costumavaó pasar da provincia de Santa Crus cá para a nossa parte a reduzir os gentios destes nossos distritos; chegou a huma Aldeya de Indios Catholicos institullada de Sam Rafael adonde rezidião tres Padres Missionariosz da Companhia de Jesus, de quem faraó os Portuguezes recebidos com grandes aplausos, sahindo-os a receber debaixo de hum Pallo cantadolhes a Magnífica (BARBOZA DE SÁ, 1975, p. 39).

Os *bororos domesticados* conseguiram reconquistar os *Goarapáre*. Os missionários aceitaram os presentes da comitiva, retribuindo em vacas e cavalos. Quanto aos *Payogoas*, responderam que, no entender de Sua Magestade Católica, os *Payogoas* guardavam as fronteiras dos portugueses e que o comércio só poderia ser realizado por permuta de bois e cavalos, pois o uso da prata estava proibido. Mais tarde, em outras viagens, os cuiabanos tiveram notícias por índios, que os missionários foram substituídos e os novos receberam determinações de não mais acolher os portugueses.

Ao que se presume, a fronteira era bem permeável, em especial aos índios que transitavam entre as duas esferas de poder colonial, ainda sem limites definidos e sem destacamentos militares ou fortificações. O comércio, impulsionado por *algumas*

peças principais que concorrerão com ouro e fazendas mais interessados em estabelecerem negócio com os castelhanos que era o projeto da empresa, do que impedir desfavor a Payogoaizes (BARBOZA DE SÁ, 1975, p. 39) e pela constante carestia que existia nas minas, poderia garantir o lucro fácil através do contrabando.

O relato de Barboza de Sá (1975, p. 39) revela dados importantes do percurso da comitiva que *passou os Rios Paragoia, e Iaurú no Lugar chamado as pitas adonde acharão caminho seguido dos Missionários*. É bastante sugestiva a palavra *Lugar*, como quem se referisse a um núcleo funcional e nominá-lo as *pitas*, para marcar o início do caminho que já de antes costumava passar para a Missão de San Rafael, como que fosse uma rota já bem consolidada pelos Chiquitano. Provavelmente as pitas fosse um lugar estratégico constituído para o apoio *dos missionários para reduzir os gentios destes nossos distritos*. Vale lembrar que a referida região era também rica em *salinas*, essenciais para a atividade pecuária e que os jesuítas dispunham de guardas avançadas para controle, tendo o Padre Arce e o Padre Blende perecido, em 1715, não muito longe dali, sob o ataque dos índios Payaguás, necessitando, portanto, de redobrada vigilância.

A localização de as *pitas*¹⁴, nas proximidades do Jauru, o modo que tomaram conhecimento do nome do lugar, a escolha dos índios Paresi (Aruak)¹⁵ para acompanhar a viagem, em vez dos Bororo da expedição anterior, são indícios para supor que os portugueses foram bem informados sobre a ocupação dos missionários naquela região, levantando dados sobre as populações indígenas, forças militares, rotas de acessos às missões e outras informações estratégicas.

Anteriormente à fundação de Vila Bela, Manoel Felix Lima, morador do arraial de São Francisco Xavier, fugindo dos credores, resolveu, juntamente com um grupo de amigos, explorar o rio Guaporé. Encontrou inúmeras aldeias em ambas as margens desse rio e, no percurso, hospedou-se na Missão de San Miguel, Província de Moxo. Continuando a viagem pelo Madeira, chegou a Belém, no Pará. Diante das notícias da viagem, partiu uma pequena expedição de Cuiabá, a fim de explorar a região.

A descoberta de ouro, em 1734, pelos irmãos Paes de Barros no rio Galera, afluente da margem Oriental do Guaporé, ocasião em que se encontravam imbuídos em capturar índios Paresi, bem como a crescente presença espanhola nas proximidades das posses pretendidas por Portugal, mudariam a geopolítica regional. Era

¹⁴Conforme Severiano da Fonseca (1880, p. 378), *Petas - nome dos muitos kagados*, em Chiquito, Nopetar, conforme informação de Miguel Tomichá. Segundo Ferreira (1971, p. 1104), o termo pita, do vocabulário Quíchua, quer dizer o fio da folha da piteira. *Petas* figura, ainda, como designativo de uma etnia aldeada na missão de San Juan Bautista (FINOT, 1978, p. 340; CHARUPA, 2002, p. 281); atualmente nome de uma pequena comunidade boliviana Chiquitano, próxima à fronteira brasileira.

¹⁵Segundo Fernandes (1965, p.153), o dialeto falado pelos Paresi se assemelha muito mais ao dos Saraveca, aldeados em São Rafael, do que outros dialetos Aruak.

necessário, com urgência, evitar o contrabando com a Província de Chiquitos e a evasão do ouro. Para tanto, a Coroa Portuguesa precisava ocupar e controlar espaços, sendo a aliança com os índios e, em especial, com os Guaikuru, estratégica para alcançar esses objetivos.

As notícias da proximidade das Missões de Chiquitos e de Moxos, bem como a necessidade de proteger as minas de ouro de São Francisco Xavier desencadearam a decisão de consolidar a presença luso-portuguesa no alto curso dos rios Paraguai e Guaporé. Conforme Vitor Hugo (1959, p. 82), *um dos primeiros passos dados pelos portugueses a fim de garantir o domínio sobre as águas do Rio Guaporé, foi a criação por Provisão de 1743, do Distrito de Pouso Alegre, no alto daquele mesmo rio.*

A criação da Capitania de Mato Grosso em 1748, com o conseqüente desmembramento da Capitania de São Paulo, teve como ato contínuo o estabelecimento de Vila Bela da Santíssima Trindade, em 1752, para ser a sua sede. A recém-criada capitania consistiu na concretização da geopolítica portuguesa e na chave para assegurar as possessões. E o seu guardião, D. Antonio Rolim de Moura, o primeiro capitão-general, incumbido por Cartas Régias a implementar políticas públicas para atrair os índios e assegurar mão-de-obra. A navegação que viria ser estabelecida para Belém, via Guaporé e Madeira, teve o interesse de criar povoações na margem do rio Guaporé para a provisão dos viajantes e a garantia do abastecimento de Vila Bela, tomando para os luso-brasileiros o domínio de uma ampla região.

Por força do Tratado de Madri¹⁶, celebrado em 1750, os jesuítas espanhóis foram compelidos a abandonar a Missão de Santa Rosa, fundada à margem direita do Guaporé. A Missão de Santa Rosa foi rapidamente ocupada por tropas portuguesas para assegurar a integridade da fronteira e a comunicação permanente com Belém. A Guarda de Santa Rosa Velha logo se transformou no forte de Nossa Senhora da Conceição para, pouco depois, ser substituído pelo Forte de Príncipe da Beira. A presença lusa no Guaporé patrocinou a fundação de diversos povoados e aldeias ao longo de suas margens, muitas com vidas efêmeras. Iniciou-se um período marcado por constantes beligerâncias e conflito armado com a Coroa Espanhola e os missionários de Moxos para assegurarem a Capitania de Mato Grosso o domínio da margem oriental do Guaporé.

O ouro promoveu um florescente comércio e o crescimento populacional em torno das minas do Sutil (Cuiabá) e de Vila Bela. O transporte era efetuado por canoas impulsionadas, em geral, por braços indígenas. A princípio, para atingir Vila Bela, o caminho era apenas fluvial, subindo o Paraguai e, posteriormente, o Jauru, até o Registro, onde se cobravam os impostos das fazendas (mercadorias), que chegavam com as monções. Era preciso incentivar e organizar a implantação de um eficiente

¹⁶ Gandia (1929, p. 28) supõe ter origem em Guilquirogotá, cuja tradução na língua dos índios Yuracaré seria tierra (del cacique) Grigotá.

sistema de intendência e de proteção das minas e de seus caminhos. Tornava-se necessária a cobrança do fisco e o controle do contrabando.

Segundo Corrêa Filho (1994, p. 368), Mendonça Furtado, irmão do Marquês de Pombal, que fora nomeado para proceder a demarcação estipulada pelo Tratado de Madri, logo se apercebeu do inconveniente de se fixar a fronteira, por um traçado retilíneo da boca do rio Jauru ao sul da barra do rio Sararé. O comissário, orientado por Rolim de Moura, intencionava avançar, se possível, a linha divisória pelos rios *Aguapeí e Alegre*. Em virtude do Tratado de El Pardo, de 1761, os trabalhos não foram concluídos, dando por nulo o tratado anterior de limites.

Mesmo extinto, o Tratado de Madri (BIBLIOTECA NACIONAL, 1969, p. 399-400), que em seu Art. II, delimitava a fronteira *desde a boca do Jauru, pela parte ocidental até a margem austral do rio Guaporé, de frente da baía do rio Sararé e em seu Art. XVIII determinava ainda que nos rios cuja navegação for comum as duas nações, em todo ou em parte, não se poderá levantar ou construir por alguma delas, Forte, guarnição ou registro*, os luso-brasileiros desconsideraram estas cláusulas e foram avançando os seus domínios. O Tratado de Santo Ildefonso, de 1777, não alterou a situação fronteira de Mato Grosso, preconizada pelo Tratado de Madri; na prática a demarcação da divisa foi sendo protelada indefinidamente até o advento do Tratado de Badajoz, que também não saiu do papel, porém, preservou o princípio do *uti possidetis* (GUILHERME, 1959, p. 20-21).

A povoação de Vila Bela, além de ser considerada a *chave* para o sertão brasileiro, possuía uma região excelente para pastagens naturais e sal, este último, considerado recurso estratégico¹⁷. Os portugueses na região circunvizinha de Vila Bela foram dilatando e consolidando as suas posses. Essa vasta área, compreendida pelos rios Barbado, Verde e Paragau, tributários da margem esquerda do alto Guaporé e, teoricamente, de domínio de Castela, era habitada por diversos grupos de índios (SERRA, 1884, p. 189).

Em Carta Régia de 1749, D. Antonio Rolim de Moura recebeu instruções da Coroa que vão balizar a política portuguesa em relação à fronteira e aos índios: reprimir o contrabando, pois a Coroa Espanhola demonstrava grande preocupação nesse aspecto, em particular; evitar conflitos com as Províncias de Moxos e Chiquitos, porém promover descobrimentos; tomar posse do que for possível; dissimular as verdadeiras intenções portuguesas, quando em respostas às esperadas reclamações do governador de Santa Cruz de la Sierra ou do presidente de Chuquisaca; castigar os predadores de índios; aldear, se possível, em seus territórios de origem, os índios que se encontrarem dispersos, inclusive distribuindo, também, sesmarias para os novos grupos localizados. E, finalmente, que os sacramentos nas aldeias fossem administra-

¹⁷ O núcleo habitacional surgido a partir do Registro do Jauru, criado por Luiz de Albuquerque, ficou conhecido por Salitre, tendo a Comissão Rondon mudado o seu nome para Porto Esperidião (RONDON, 1949, p. 118).

dos pela Companhia de Jesus do Brasil, não permitindo aí a presença de particulares por mais de três dias. Para tanto, instruiu que as missões deveriam receber anualmente ajuda pecuniária da Real Fazenda (REVISTA DO IHGMT, 2001, p. 11-20).

Para implementar a política indigenista, Rolim de Moura, preocupado especialmente em aldear os índios e mantê-los na capitania, incumbiu os padres jesuítas Agostinho Lourenço e Estevão de Castro, que vieram em sua comitiva para catequizar os índios. De passagem pela vila de Cuiabá, onde permaneceu de 12 de janeiro a 3 de novembro 1751, Rolim de Moura inteirou-se do que sucedia no tocante aos silvícolas.

Havia-os de várias procedências: bororos e parecis, em sua maioria, distribuídos pelos sertanistas que os tinham capturado em assaltos às suas aldeias. Bando de 27 de janeiro proibiu que fôsse alguém mover guerra ao gentio, sem licença prévia, e, mais, que índio algum saísse da Capitânia (CORRÊA FILHO, 1994, p. 338).

Logo a política¹⁸ rendeu os frutos desejados e os limites da fronteira foram ganhando contornos mais definidos e muitas aldeias fixaram-se e, junto a elas, destacamentos militares, fortificações ou povoados. Luiz de Albuquerque, substituto de Rolim de Moura, desapropriou uma enstância (Fazenda Nacional de Casalvasco), na beira do rio Barbado e adquiriu uma boa fazenda de gado¹⁹ (Fazenda Nacional da Caiçara e Caitê) na margem oposta de Vila Maria para abrigar as famílias de Chiquitos evadidas das missões espanholas, confrontantes com a Província de Mato Grosso.

Os portugueses tinham como pretensão o *Rio Paraguá* como limite da capitânia, *rio próprio para extremo entre as 2 confinantes nações* (SERRA, 1884, p.191), cujas nascentes têm origem entre as missões Chiquitano de San Ignácio e de Concepción. Próximo da foz do *Rio Paraguá*, na margem esquerda do Guaporé, deságua o Ribeirão dos Guarajús, onde os portugueses exploravam a mina de Santo Antonio²⁰, o que explica o interesse de Luiz de Albuquerque pela região.

¹⁸ Os aldeamentos de índios obedeciam a demanda por mão-de-obra. Podiam fixá-los em rotas de tropeiros ou por caminhos fluviais, e mesmo junto aos destacamentos militares. Ver Carneiro da Cunha (1992, p. 19) e Caldas (1887, p. 45-46).

¹⁹ Segundo Corrêa Filho (1994, p. 421), *com o gado que lhe venderam os guaicurús, fundou-se as fazendas de criação do Caitê e Casalvasco.*

²⁰ A região compreendida pelo Ribeirão Guarajús, tributário do rio Guaporé até a proximidade do rio Sararé, é território dos Guarajós, pertencentes ao tronco lingüístico Guarani. Consultar Severiano da Fonseca (1881, p. 166-167). A coleção Casa de Ínsua (GARCIA, 2000, p. 120) mostra a *Carta Geographica do Governo e Capitania de Matto Grosso e Cuiabá*, de 1780, destacando o limite oeste, segundo a pretensão do capitão-general Luiz de Albuquerque, tornando privativa da Coroa Portuguesa a navegação do alto curso dos rios Paraguai e Guaporé.

Os índios das reduções manifestaram um descontentamento geral em relação à expulsão, em 1767 dos jesuítas das Missões Espanholas²¹ e a sua substituição pelos padres seculares que passaram a permitir a utilização de mão-de-obra indígena pelos *encomiendeiros*. Várias levas de índios procuraram abrigo em território português contra as perseguições dos novos patrões e atraídos também pelas benesses da Coroa Portuguesa, que se interessava em povoar a região com mão-de-obra, seja indígena ou europeia. Parejas Moreno e Salas atribuem o rápido estabelecimento de povoações luso-brasileiras na região oeste, em função da expulsão da Companhia de Jesus, que comprometeu cabalmente a segurança e controle de todos os territórios espanhóis fronteiriços.

En este sentido la provincia de Chiquitos, luego de 1767, será objeto de un selectivo como sistemático avance luso-brasileño, que en forma libre y con una débil oposición, por primera vez se establecerán en forma definitiva en el margen derecha del rio Paraguay (PAREJAS MORENO e SALAS, 1992, p. 290).

Objetivando uma melhor organização político-administrativa da América espanhola, o Rei Carlos III criou, em 1776, o Vice-reinado do rio da Prata e, um ano mais tarde, os Governos Militares de Moxos e Chiquitos, subordinados ao Governo de Santa Cruz. Entretanto, tais medidas não se mostraram suficientes para conter a expansão luso-brasileira e a decadência da Província de Chiquitos.

Com o pretexto de prover segurança e alimentação para Vila Bela, Casalvasco²² foi fundada, em 1783, na margem do rio dos Barbados, *junto da fazenda de gado chamada do Custódio e perto do sítio de João Corrêa, ainda que sempre com alguns disfarces, um pequeno quartel e outras casas* (ALBUQUERQUE *apud* CORRÊA FILHO, 1994, p. 411), conforme explicou o então capitão general Luiz de Albuquerque, em carta a Martinho de Melo e Castro, a origem da povoação. Tudo indica que a ocupação só foi possível, sem resistência aguerrida dos espanhóis como ocorrera em Santa Rosa e, assim mesmo, levada a termo *sempre com alguns disfarces* em função de ter sido efetivada após a expulsão dos jesuítas²³ e,

²¹ As missões, anteriormente administradas pelos jesuítas, passaram para a responsabilidade dos padres seculares, segundo Parejas Moreno e Salas (1992, p. 151), que se encontravam totalmente despreparados para darem continuidade ao trabalho dos missionários.

²² Casalvasco contava com uma infra-estrutura própria para abrigar os índios conforme é possível observar na *Planta da Nova Povoação de Casal Vasco*, atribuída como de autoria de Ricardo Franco de Almeida Serra, onde se pode identificar *casas dos índios que vieram d'Espanha emigrados para estes Domínios*. (GARCIA, 2000, p. 306-307)

²³ Refletindo a opinião do governo português, ao se referir sobre os esforços dos sacerdotes em compelir os espanhóis para retomarem a margem oriental do Guaporé, o segundo capitão-general, João Pedro Câmara, tomava os jesuítas *como os motores desta alteração para efeito de dilatarem o seu ambicioso Império* (CÂMARA *apud* CORRÊA FILHO, 1994, p. 383).

ainda, a implementação de uma política favorável aos indígenas da região, que perdurou aproximadamente até a delimitação da fronteira com a Bolívia no período do Império brasileiro.

Na região dos rios Verde e Paragau, junto ao rio *dos Barbados*²⁴, conforme consta da Carta Limítrofe do País de Matto Grosso e Cuyabá [...] ²⁵ habitava o *gentio Barbado que fala a língua Brasília*, possivelmente o documento se refere aos Guarajus ou Guarayos. A informação sobre a origem do nome do rio dos Barbados ser atribuída a um grupo indígena também é corroborada por Severiano da Fonseca (1880, p. 385 e 395) sustentando ainda que os *parecis e cabichys têm por vezes levado suas depredações até Casalvasco e sítios vizinhos á cidade, deixando reconhecida a necessidade de vigiar esses pontos*.

O autor da *Viagem ao redor do Brasil (1875-1879)*, por ocasião de sua vinda à Província de Mato Grosso, encontrou os *Guarayos*, cuja população estimou em 800 índios, ocupando ambas as margens do rio Guaporé, no trecho compreendido pelos seus afluentes, os rios Verde e Paragau. Os *Guarajuz* ou *Pau-cerne*, como são também conhecidos, pertencem ao tronco lingüístico Guarani, que falam a *língua Brasília*, do mesmo grupo indígena dos *Barbados*, porém, habitavam, em terreno contíguo, mais ao norte, na região das minas de *Santo Antonio dos Guarajus*²⁶ que Luiz de Albuquerque em 1779 fez explorar (SEVERIANO DA FONSECA, 1881, p. 81).

A referida povoação mineira situava-se na *Serra dos Guarajus*, ao ocidente do rio Guaporé, portanto, na Província de Moxos, em terras castelhanas e teve de ser removida, a contragosto, por Luiz de Albuquerque. Tudo indica que, ao removê-la, tenha colaborado para principiar a povoação de Casalvasco, criada na mesma ocasião da desativação das *Minas de Guarajus*, sob a égide da política de ocupação da fronteira.

O major Frederico Rondon sinaliza para a transferência dos índios da Província de Moxos para Casalvasco, em 1783, bem como a existência de índios no local, anterior a essa data, pois fora planejada de modo a aldeá-los.

Na relação do sucesso de 1783 contam os Anais em referência a Casalvasco:

'Mandou o general levantar alguns edificios no lugar já mencionado da fazenda de gado de Custódio da Silva sobre o ribeirão dos

²⁴ Gandia (1929, p. 183) refere-se a este rio como *rio Barbados de Chiquitos*, mas não aprofunda na explicação.

²⁵ Carta limítrofe do país de Matto Grosso e Cuyabá desde a foz do rio Mamoré até o Lago dos Xarayies e suas adjacentes levantada pelos oficiais da Demarcação das redes domaniais de Sua Magestade Fidelíssima, desde o anno de 1782 até o anno de 1790.

²⁶ As minas de Santo Antonio do Guarajus tiveram de ser evacuadas por determinação do Ministro Martinho de Melo, por volta de 1782 (CORRÊA FILHO, 1994, p. 410). Ver também Garcia (2000, p. 444-445).

Barbados, cousa de 8 léguas ao Sul de Vila Bela, e ali se celebrou, por auto solene, em 24 de Setembro, a fundação da povoação de Casalvasco'.

E tal foi a atividade empregada que, dois anos depois, nascia como que por encanto alegre e formoso povoado, com igreja, casa de governador, quartel, ruas bem alinhadas, praças e aldeamentos para índios.

Falam os Anais de 1785: [...] E ... não é fóra de propósito notar que tal importância dava Luiz de Albuquerque á nova povoação que, meses antes daquela bela festa de Nossa Senhora da Esperança, isto é, a 28 de Fevereiro, ordenava seguissem para Casalvasco como colonos "muitos índios de ambos os sexos, que haviam chegado das minas da província de Moxos, dando-lhes quantidade de algodão em rama para o fabricarem e ali enviarem a tecer aos ditos moradores daquela povoação (RONDON, 1938, p. 162 e 164).

Alcides D'Orbigny, em viagem por terras do Oriente boliviano, visitou, em dezembro de 1831, um grupo de índios Guarayos habitando a Missão de Ascención, localizada entre as Províncias de Chiquitos e Moxos, mais precisamente nas cabeceiras do rio San Miguel, a noroeste da Missão de San Javier. Os esforços em catequizar os índios Guarayos se iniciaram com a implantação das Missões de Chiquitos, porém não alcançaram a todos. O trabalho foi retomado no final do século XVIII, com diversas tentativas para, finalmente, o Padre Salvatierra, em 1824, fundar a Missão de Ascención²⁷, reunindo índios das decadentes Missões de San Joaquin (1811) e San Pablo (1820) e os que se encontravam dispersos pela região. A altivez dos Guarayos e o fato de serem os únicos índios barbados que chegou a conhecer chamaram a atenção do visitante.

Maldi (1995, p. 3), fundamentada em Crequi-Montfort²⁸ e Rivet, afirma que em 1831 havia uma comunidade de 50 índios Kuruminaka em Casalvasco, os Saraveka deveriam chegar a 350. Segundo Parejas Moreno e Salas (1992, p. 39-40), os Koraveka foram um dos grupos indígenas a compor a Missão de Santa Ana, juntamente com os Kuruminaka, que tiveram uma parcela da população integrada em Casalvasco. Em expedição

²⁷ Para saber mais sobre a fundação da missão de Ascención, consultar a obra de Fernandez (1958, p. 172).

²⁸ Crequi-Monfort e Rivet (1913, p. 498), baseados em dados próprios e de Alcides D'Orbigny, Frei José Gardús e João Severiano da Fonseca, expõem um mapa dos grupos indígenas localizados nas cabeceiras do rio Guaporé, confirmando a presença dos Saravekas, Kurukanekas e Kuruminakas nessa região.

pelo Oriente boliviano, em 1831, Alcide D'Orbigny (1999, p. 145) registrou uma presença expressiva dos *Saravecas* em Santa Ana, esclarecendo, ainda, que os *Guasarocas*, os *Curuminacas* e os *Covarecas* integravam também a população da missão.

A Fazenda Nacional de Casalvasco era constituída de extensas terras, abrangendo todo o vale do rio dos Barbados e do rio Alegre, cujas nascentes se encontram no *Morro do Agoapehy* que, segundo D'Alincourt (1953, p.203), por ocasião de sua viagem ao Brasil, em 1820, localizou *um alojamento de índios Bororós*. Para Candido Rondon, essa região compunha o território dos índios Saraveka e Kuruminaka e que, de acordo com Moreira da Costa (2000, p. 129), comportavam diversas *rancharias* de Chiquitano, distribuídas nos entornos do Destacamento Militar de Casalvasco, o qual pretendia a função de comando e controle daquela faixa de fronteira.

A esse respeito, Simoens da Silva, em sua viagem ao Estado de Mato Grosso, em 1919, por ocasião das comemorações do bicentenário da fundação de Cuiabá, dá notícias, através de suas cartas, das populações indígenas, entre elas, do Chiquitano.

A tribo dos *Chiquitos*, mais boliviana que brasileira, é também oriunda do Estado, habitando grande parte da região do Rio Alegre, com muitos de seus hábitos e costumes communs aos demais Índios d'esse paiz limitrophe (SILVA, 1927, p. 80).

O certo é que os índios eram muito disputados pelas Coroas Ibéricas. Os *Guarayos*²⁹ foram também levados pelos jesuítas para as missões de Moxos e de Chiquitos na primeira metade do século XVIII. A existência de registro de índios, em 1851, tidos como *Guaraniz, emigrados de Chiquitos, República Boliviana, habitando na Povoação de Casalvasco, e agricultando as matas, que d'antigas datas chama-se dos Índios* (OFÍCIO. IHGMT. 1851, Pasta 139, doc. 931) é algo significativo e poderia explicar naquele lugar a presença de um grupo bilíngüe³⁰ (Guarani e Chiquitano) junto a outros; a exemplo da visita de d'Orbigny, nas missões jesuíticas, em que o viajante ainda encontrou grupos menores com idiomas próprios dominando o Chiquitano como língua geral ou linguará (RIESTER, 1986, p. 31).

A aproximação com os Guaikuru³¹, cujos principais líderes compareceram a

²⁹ Ver Parejas Moreno e Salas (1992, p. 198) e Riestter (1986, p. 102). Alguns autores tomam também por Guarayos os índios Guarani da Província de Ytatin, trazidos em 1564 pela expedição de Ortiz de Vergara, governador do Paraguai para Santa Cruz, os quais se fixaram ao sul da Província de Chiquitos (GANDIA, 1929, p. 134).

³⁰ O padre Nicolau Badariott (1898, p. 62) ao comentar seu encontro com os *Chiquitos do Affonso*, afirma que eles *falam uma lingua propria e entendem geralmente o Guarany*.

³¹ Serra (1931, p. 201) afirmou que muitos Bororo e Chamacoco viviam cativos entre os Guaikurus. Os Chamacocos habitavam um vasto território que se estendia da Baía Negra até as proximidades da Missão de Sancto Corazón, na Província de Chiquitos.

Vila Bela, em 1791, para celebrarem a paz, reconhecendo-se como súditos da Coroa Portuguesa foi fundamental para o desenlace da geopolítica regional e para o estabelecimento de fortificações - aldeias na zona fronteira³². Os Guanás, seis anos mais tarde, acompanhados pelos Guaikuru, procuraram também a sede da capitânia para estabelecer amizade e comunicar que muitos de seu grupo estavam mudando do domínio espanhol para a região portuguesa da Serra de Albuquerque e Mondego. Nessa mesma época, os Bororo Aravirá e os Guató também solicitaram a amizade dos portugueses³³. Em 1782, Luiz de Albuquerque fundou São Pedro de El Rei, a atual cidade de Poconé, *antiga Ipoconé ou Beripoconé, do nome dos índios que ahí viviam*. (SEVERIANO DA FONSECA, 1881, p. 80). Enfim, a Coroa portuguesa implementou um arcabouço legal para a fixação dos índios em aldeamentos e sua posterior assimilação pela sociedade colonial.³⁴ A Figura 3 mostra o *Mappa Geographico da Capitania de Matto Grosso*, de 1802, pertencente ao Arquivo Nacional (OG/MAP-39/63-2), situando as Estâncias e Missões de Chiquitos e seus caminhos para as povoações luso-brasileiras, inclusive as *pitãs*, mencionadas no relato de Barboza de Sá.

A FRONTEIRA

As missões de Santiago, Santo Corazón e de San Juan, localizadas a sudoeste da Província de Chiquitos e próximas da fronteira, também se comunicavam com a Capitânia de Mato Grosso pelas lagoas de Mandioré, Guaiba e Uberava e estas, com o rio Paraguai, terreno trilhado pelos Guaikuru, Bororo e Payaguás e descoberto pelos

³² Em 1794, os Guanás visitaram Vila Maria com a presumível intenção de transferirem-se para lá. (SERRA, 1931, p.200). Anos após fixaram-se em Cuiabá, com a colaboração do Frei José Maria Macerata (OFÍCIO, 1843).

³³ Consultar Serra (1884, p. 163-180).

³⁴ A Lei de 6 de junho de 1759 colocou em prática a bula do Papa Benedito VII, de 1741, a qual excomungava todos aqueles que suprimissem a liberdade dos índios, bem como as demais leis protetoras que até então não haviam sido cumpridas. Legalmente, os índios passaram a ser considerados como pessoas livres, como súditos do rei; podiam trabalhar para quem quisesse, inclusive, dedicarem-se ao comércio. Em 1759, a Companhia de Jesus foi proscrita de Portugal e de suas possessões. Antes, porém, em função da *incapacidade dos índios governarem a si próprios*, foi regulamentado em 1758, o cargo de Diretor dos Índios. Entretanto, anos mais tarde, a Carta Régia de 12 de maio de 1798 suprimiu o cargo de Diretor dos Índios e restituiu aos índios o direito de igualdade com os outros vassalos livres. Estabeleceu, ainda, a isenção do serviço de milícias para os índios pescadores, remadores e para aqueles que possuíam suas próprias roças. Incentivou a união de branco com índio, bem como o estabelecimento de não índios nas aldeias. Ver Naud (1967, p. 237-238). Com a revogação da diretoria pombalina em 1798, o governo colonial e depois o provincial prolongaram o sistema de aldeamento e assimilação até 1845, quando o Império, através do Decreto 426 estabeleceu diretrizes com o *Regulamento acerca das Missões de catechese e civilização dos Índios* (CARNEIRO DA CUNHA, 1992, p. 138).

portugueses, em 1791³⁵. Coincidentemente na mesma época em que os índios Guaikuru solicitaram a paz com Luiz de Albuquerque.

Os índios que mais opuseram resistência à expulsão dos Inacianos foram os das missões³⁶ de Santo Corazón, Santiago e San Juan, pois se rebelaram e quiseram vingar-se nas tropas espanholas (PAREJAS MORENO e SALAS, 1992, p. 150). São os mesmos que migraram para Vila Maria e que Luiz de Albuquerque acreditou que, na ocasião, algumas famílias tenham se perdido pela região da fronteira. A vinda de índios de Santo Corazón e San Juan não ocorreu aleatoriamente, mas significou o retorno para a sua região de origem. Alguns grupos Otuque provavelmente nunca a tenham deixado pela resistência em serem reduzidos pelos jesuítas. Em relação às outras missões, as de São Juan e de Santo Corazón, chegaram a apresentar uma diminuta população, registrada em quinhentos e oitocentos habitantes, respectivamente. As Missões de Santa Ana (1.400 habitantes), San Rafael (3.500), San Miguel (1.500) e de San Ignacio (3.000) formavam um impressionante aglomerado populacional de índios, muito próximo a Vila Bela (SERRA, 1884, p. 186). Conforme Metraux (1942, p. 123), os jesuítas, em 1766, calculavam em 1953 o número de índios aldeados em San Juan e em 2287, em Santo Corazón. A diminuição³⁷ da população dessas missões, constatada em relatório de Ricardo Franco de Almeida Serra, está relacionada, entre outros fatores, à expulsão dos Inacianos das Missões.

A região de fronteira, conhecida por Salinas do Jauru, foi muito disputada por portugueses e espanhóis. Severiano da Fonseca informa que *essas salinas abundantes e muito exploradas antigamente, começavam sete leguas á O. do Registro do Jaurú, passavam pelas vasantes ou campos alagados, até aqui; seguiam para O. á correr pela Corixa de Bugres ou do Pau á pique dos antigos, e para S. tomando os nomes de salinas do Acorisal e do sul* (SEVERIANO DA FONSECA, 1880, p.362).

Os portugueses iniciaram a exploração das Salinas do Jauru em 1770, tendo as tropas bolivianas em 1843 tentado ocupá-las sem sucesso. Os bolivianos chegaram a expulsar os moradores brasileiros estabelecidos nos *Campos de Marco*, região de ocupação tradicional dos *Bororo da Campanha*, fundando, assim, por Decreto do Congresso Boliviano, em 1846, a *Villa del Marco del Jauru*. Constituíram também a povoação da *Colonia del Tremendal* que, mais tarde, com a retomada desse território pelo Império brasileiro, passou a abrigar o Destacamento da Corixa Grande

³⁵ Ver Serra (1884, p. 187) e Severiano da Fonseca (1881, p. 81). O caminho dos *Aicurus quando vão dar na Missão de Santiago*, contido no mapa da região circunvizinha à lagoa de Uberaba, de 1791 (NUNES e ADONIAS, 1985). Ver também em Moreira da Costa (2000, p. 36).

³⁶ Bastos (1973, p. 132) comprova a existência, em 1792, de três caminhos para as Missões de *San Juan e San Corazon*, por onde era contrabandeado o gado para Vila Maria.

³⁷ No censo apresentado por Parejas Moreno e Salas (1992, p. 135-144), percebe-se um decréscimo populacional das missões após a saída dos jesuítas.

(RELATÓRIO. IHGMT, 1849, Pasta 138/894).

Após a retirada dos bolivianos, o presidente da Província de Mato Grosso, Coronel João José da Costa Pimentel, em viagem de inspeção na referida região, relata, em 1851, ao seu sucessor, o Capitão de Fragata Augusto Leverger, a situação da fronteira e dos *Bororós da Campanha*, sugerindo, inclusive, a remoção do Marco do Jauru.

Segundo d'ahi passei pela Aldêa dos Índios Bororós da Campanha, que me acompanharam até o destacamento de Descalvado, quatro legóas distante d'essa Aldêa. Ahi distribui-lhes alguns brindes, e forão baptista dos mais de cincoenta crianças [...] (OFÍCIO. IHGMT, 1851, Pasta 138/983).

Quanto aos Bororo do *Cabaçal*, que tanta morte e estragos impuseram à população que habitava a extensão da Fazenda Nacional de Caiçara ao Porto de Jauru, foram conduzidos à aldeia de Santa Tereza, em 1843, pelo Padre José da Silva Fraga, com o objetivo de franquear a ocupação do *caminho geral de Vila Maria à Vila Bella*, além de vislumbrar a vantagem para a Província em tê-los como vigias da região da fronteira (CORRESPONDÊNCIA. IHGMT, 1844, Pasta 139/931).

O geólogo e naturalista Rodolfo Waeneldt (2001, p. 29 e 37), incumbido em 1860 pelo governo imperial de implantar uma fábrica de pólvora e uma fundição de ferro na Província de Mato Grosso, esteve entre os índios Bororo da *Campanha* e do *Cabaçal*, na região de Vila Maria, atual cidade de Cáceres. Nas proximidades do rio Paraguai, visitou uma aldeia dos Bororo da *Campanha*, localizada no interior da Fazenda Cambará e, mais ao poente, outra aldeia *dos bororo em San Mathias*³⁸, esta última impedida pelos postos militares de visitar seus parentes no Brasil e submetida a trabalhos forçados.

O referido geólogo, durante os trabalhos de prospecção mineral, esteve também com os Bororo do *Cabaçal*, ainda aldeados em terras da antiga Fazenda Nacional de Caiçara. Os seus apontamentos constituem um importante registro etnográfico dos chamados *Bororos Ocidentais*, tidos, até recentemente, como extintos.

A *Carta da Provincia de Matto Grosso*³⁹, organizada em 1880 por Pimenta Bueno, tendo por base a Carta Geográfica elaborada por Barão de Melgaço, localizou uma aldeia Bororo, próxima a Descalvado e outra nas imediações de S. Mathias. Na Figura

³⁸ Sebastião Ramos, em viagem pela fronteira, entre os anos de 1842 e 1843, estabeleceu algumas famílias de índios Bororo da região em *Las Salinas*. No ano seguinte, o lugarejo ganhou um destacamento militar boliviano e o nome de San Matias (FERNANDEZ, 1958, p. 180).

³⁹ Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. MAP PD-240/10-4.

4, representada pelo foco parcial da *Carta geral da fronteira entre Brazil e a Bolívia, organizada segundo os trabalhos das comissões de 1871 a 1875* [...], pode-se constatar a referência de uma aldeia Bororo lindeira ao Destacamento da Corixa, a Salina do Almeida, bem como a proximidade da Missão de Santo Corazón para a linha da fronteira estipulada pelo Tratado de La Paz (SEVERIANO DA FONSECA, 1881).

Severiano da Fonseca reconhece ainda essa franja da fronteira como região Chiquitano e Bororo ao informar que são estas bandas povoadas pelos restos das nações do chiquitos e bororós, aldeados outr'ora pelos jesuitas hespanhoes. S. Mathias é toda de chiquitanos (SEVERIANO DA FONSECA, 1880, p. 363).

Mansur Guérios, baseando-se em Venturelli e Albisetti, afirma que a família lingüística Bororo compreende os grupos Umutina, Kuruminaka, Otuque, Koraveka, Kurubeca, Kurucaneca, Tapii, com forte presença também nas imediações do rio Otuque, sudeste ao território boliviano. Crequi-Monfort e Rivet também reconhecem a semelhança lingüística dos Bororo com o Otuque, discordando de Venturelli e Albisetti apenas nos aspectos de sua filiação, crendo este ser um dialeto Otuque. Ainda levanta a discussão, não comprovada, dos Bororo serem um ramo do tronco otuquê, arrojado, por motivos ainda desconhecidos do sul da Bolívia para os territórios brasileiros [...] (GÚERIOS, 1949, p. 80). Ainda em relação aos Otuke, Parejas Moreno e Salas (1992, p. 39) afirmam que viveram na região fronteira, mato-grossense e boliviana, antes de serem aldeados na missão de Santo Corazón.

Almeida Serra (1884, p. 163) localiza, na região do Cabaçal, os *Bororos Araviras*, como resultado da junção de duas diferentes etnias. E no rio Sepotuba, os *Pararione* e, pouco mais a leste, os índios *Barbados*.

Caldas (1887, p. 47), porém, acredita que os *Bororós do Cabaças* seriam os *Purianas ou Pararianés* e os *Bororós da Campanha os Aravirás*. Informa ainda que ambos os grupos teriam sido aldeados, em 1843, pelo Padre José da Silva Fraga, nas proximidades do Registro do Jauru.

Rondon, em sua *Carta do Estado de Mato Grosso*, traz uma informação mais detalhada sobre a localização dos grupos indígenas, na faixa da fronteira com a Bolívia. Situa os *Bororo da Campanha* em ambos os lados do Corixa Grande, adentrando, inclusive, no território boliviano. Pouco mais ao norte, estariam os Biriunoné e atravessando o Rio Jauru, os Bororo do Cabaçal. Os Aravirá, no rio dos Bugres⁴⁰, afluente da margem direita do Cabaçal. Em seguida, os Acioné, no Córrego dos Bugres, tributário do Sepotuba. Também, na confluência do rio dos Bugres com o Paraguai, os *Umutina*⁴¹. Sendo todos identificados como *Otuke*. Finalmente, na parte

⁴⁰ O que se destaca é o fato de que, na região, os índios encontravam-se estreitamente ligados à denominação de *bugres*, inclusive originando uma toponímia.

⁴¹ Os índios Umutina, considerados um ramo Bororo, são reconhecidos também por Barbados.

ocidental da Serra de Santa Bárbara, em águas da Bacia Amazônica, os *Saraveka* e *Koruminaka*, ambos tidos como Aruak.

A carta, datada de 1952, ainda não consigna como brasileira a faixa do extremo oeste da fronteira delimitada pelo marco do turvo, não implantado na época. O *antigo marco* encontra-se plotado por Rondon no interior da Bolívia, próximo ao povoado de *Posoé*⁴². A posterior definição das cabeceiras do Paraguá e Verde modificaria, mais tarde, a linha limite entre os dois países.

Curt Nimuendaju, no *Mapa Etno-histórico*, discorda de Rondon apenas na filiação lingüística dos *Kuruminaka*, identificando-os como *Otuque* (Bororo), coincidindo com a classificação proposta por Crequi-Monfort e Rivet (1913, p. 495 e 518) que apontam os Paikoneka, Paunaka, Saraveka, Paresi-Kabisi, Moxo e Baure como sendo grupos Aruak. O destaque é para a presença de Paresi na região de San Rafael, Santa Ana e San Miguel. O etnólogo identifica, ainda, um aglomerado Saraveka e Kuruminaka, tanto em Casalvasco, como nas missões mencionadas, estas contando também com os Kurukaneka e Kovareka.

A configuração do mapa de Métraux (1942, p. 3), conforme o de Nimuendaju, apresenta a localização e a filiação lingüística das principais etnias da região do Oriente boliviano e do oeste mato-grossense, por ocasião dos primeiros contatos com os europeus. Como os demais autores, situa os grupos *Pauserne*, *Saraveka*, *Paresi-Kabishi*, *Kuruminaka*, *Kurukaneka*, *Bororo*, *Chiquito* e *Otuque* nas cabeceiras do Guaporé e Paraguai.

Charupá (2002, p. 276-278) apresenta um quadro síntese das diferentes etnias e das filiações lingüísticas, por reduções, nos anos de 1745 e 1767. Indica em seu estudo que, em termos numéricos, em 1745, os falantes da língua Chiquito representavam quase dois terços da população indígena; as demais famílias lingüísticas, por ordem decrescente, seriam a Aruak, Otuque, Zamuco, Chapacura e Guarani. Esclarece que, em documentos da época, o mesmo grupo é grafado de maneiras diversas. Isso se deve, em parte, segundo Charupá (2002, p. 240), ao fato de os Chiquitos usarem o sufixo *ca* para formação do plural de um substantivo e o prefixo *ma* para o artigo *o*. Assim, por exemplo, o grupo *boro* pode estar registrado como *maboroca* ou *boroca*, e ainda por *borocas*, pois os jesuítas, muitas vezes, acrescentavam a letra *s* ao final do nome para indicar o plural.

O processo de territorialização vivenciado pelas diversas etnias da região da fronteira, em especial pelos Chiquitano e pelos Bororo Ocidentais, impulsionado pela disputa territorial e pelo processo histórico da formação dos Estados brasileiro e boliviano, provocou uma intensa articulação interétnica. Inicialmente, as missões

⁴²No interior desse território, que viria a ser do Brasil, situa-se, atualmente, a comunidade Nova Fortuna, de origem Chiquitano (MOREIRA DA COSTA, 2000, p. 112-113).

religiosas espanholas e, mais tarde, as vilas e destacamentos militares portugueses, visando à incorporação de mão-de-obra de *índios mansos*, objetivavam promover a ocupação territorial e a produção econômica para o abastecimento do mercado. A intensificação da presença Chiquitano em solo atual brasileiro foi marcada por ondas migratórias, relacionadas aos diversos eventos históricos, entre os quais as guerras de independência da Bolívia e a do Chaco (MOREIRA DA COSTA, 2000, p. 89).

As antigas missões tornaram-se leis à Coroa Espanhola durante as guerras pela independência da Bolívia. As tropas realistas, compostas em sua maioria por Chiquitano, foram totalmente destroçadas, em 1815, na batalha de Santa Bárbara. Derrotado na derradeira batalha de Ayacucho, o governador Sebastião Ramos, enviou, em 1825, o Cura de Santa Ana, José Maria Velasco a Vila Bela, a fim de propor a anexação da Província de Chiquitos ao Brasil.⁴³ O Governo Provisório em Vila Bela aderiu a proposta e enviou para a Bolívia um pequeno contingente militar para garantir a resolução. Em 24 de abril de 1825, na Missão de Santa Ana, fez a proclamação de D. Pedro I, considerando, desde então, a província de Chiquito anexada ao Império brasileiro com a denominação de Província Unida de Mato Grosso. Entretanto, D. Pedro I entendeu como imprópria a anexação e declarou nulo o ato do Governo Provisório, o que não poupou o Império brasileiro dos enérgicos protestos do Marechal Sucre.

No decorrer do período em que perdurou a guerra da independência boliviana, de 1814 a 1824, intensificou-se a fuga de índios Chiquitano para Mato Grosso, onde muitos se fixaram em Casalvasco. O governador Ramos acabou evadido para o Brasil, acompanhado por dezenas de Chiquitano que ficaram retidos em Casalvasco⁴⁴. Antes, porém, apoderou-se dos objetos sagrados da Igreja de Santa Ana e São Rafael e de grande parte do rebanho bovino das missões. Constatou-se uma redução considerável das populações indígenas nas missões de São João, Santo Coração, Santa Ana e São Rafael (PAREJAS MORENO e SALAS, 1992, p.135-144).

O primeiro Tratado de Limites firmado entre o Brasil e a Bolívia, conhecido como de La Paz, foi assinado em 1867, tendo por base o *uti possidetis*, fixando em seu Art. 2º a divisa atual de Mato Grosso, ressalvadas pequenas alterações introduzidas em 1903, derivadas da questão acreana.

⁴³ Sobre esse episódio específico, consultar Soares, 2003 e Sechinger, 1976.

⁴⁴ D'Orbigny (1944, p. 1160) cita a cifra de trezentas famílias retidas em Casalvasco, decorrente da fuga de Ramos. No acervo do IHGMT existe um relatório do Destacamento de Casalvasco, datado de 1825, relacionando duzentos e vinte e um índios Chiquitos que retornaram para Santa Ana findo o episódio (MOREIRA DA COSTA, 2002, p. 63). Sechinger (1976, p. 242) informa que foram 603 índios das missões de Chiquitos que acompanharam o antigo governador, cruzando a fronteira.

Do extremo norte da Lagoa Uberaba irá em linha reta ao extremo sul da Corixa Grande, que ficarão respectivamente do lado do Brasil ou da Bolívia; do extremo sul do Corixa Grande irá em linhas retas ao morro da Boa Vista e aos Quatro Irmãos; destes, também em linha reta, até as nascentes do rio Verde; baixará por este rio até a sua confluência com o Guaporé e pelo meio deste e do Mamoré até o Beni, onde principia o rio Madeira (VIANA, 1948, p. 223).

No decorrer das negociações do Tratado de Petrópolis, a Bolívia ainda tentou fixar seus domínios até o Marco de Jauru, o que não prosperou. Em 1928, foi assinado o Tratado de Natal, estabelecendo a ligação ferroviária de Santa Cruz com as Bacias do Paraguai e Amazônica, porém foi suspenso em função do impasse em torno do Marco do Turvo. O plano ferroviário foi retomado em 1938 pelo Tratado de Vinculação Ferroviário, com pesados encargos para o Brasil, embora sem o dizer, vinculado ao Tratado sobre Saída e Aproveitamento do Petróleo Boliviano, subscrito na mesma data, que permitia a exploração de petróleo da região subandina por sociedade mista brasileiro-boliviana (GUILHERME, 1959, p 62-63). O acordo provocou um intenso deslocamento da população Chiquitano para trabalhar na construção do prolongamento ferroviário do noroeste do Brasil, de Corumbá até Santa Cruz.

A questão da definição da nascente principal do rio Verde continuou pendente até a celebração do Acordo de Roboré, em 1958 (RESENDE, 1969, p. 29), o qual colocou termo nas questões do Marco do Jacadigo e do alinhamento San Mathias - Corixa do Destacamento. Entretanto, a materialização da delimitação no Marco do Turvo ficou aberta até 1974, quando, finalmente, procedeu-se a demarcação das nascentes do rio Verde.

No Brasil, os estudos etno-históricos⁴⁵ apontam, ainda, o Estatuto da Terra e a chegada do Instituto de Colonização e Reforma Agrária - INCRA⁴⁶ na região fronteira, na década de 1970, como responsáveis pelo início do processo de regularização fundiária dos grandes latifúndios, mesmo com as comunidades Chiquitano localizadas no interior dessas propriedades, como se as mesmas não existissem. Muitas comunidades tiveram suas terras parceladas, em lotes diminutos, pelo INCRA, modificando a característica tradicional dos aldeamentos. Os antigos agrupamentos,

⁴⁵ Para saber mais sobre os Chiquitano no Brasil, ver Silva (1998, 2001/2002) e Moreira da Costa (2000 e 2004).

⁴⁶ Criado pelo Decreto-lei N° 1.110/70, o INCRA recepcionou todos os direitos, competências e atribuições e responsabilidades do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária - IBRA, do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário - INDA e do Grupo Executivo de Reforma Agrária, extintos pelo referido Decreto-lei.

compostos por residências e habitados por parentes afins, foram desfeitos e as famílias nucleares forçadas a construir novas moradas nos lotes, agora titulados, como forma de tomar posse do que efetivamente já eram senhores, abrindo caminho para legitimar o processo de espoliação do território Chiquitano, possibilitando, ainda, a aquisição dos lotes remanescentes. Diante da dificuldade criada pelo parcelamento arbitrário de suas terras, algumas comunidades maiores, com sólidas estruturas sócio-culturais, foram encapsuladas em lotes coletivos e resistindo a toda sorte de pressão. Aqueles núcleos que não alcançaram tanto êxito foram diluídos e seus membros dispersos, indo morar às margens das estradas vicinais, ou acabaram por migrar para a periferia das cidades vizinhas.

É flagrante a situação de opressão e de segregação imposta pela sociedade nacional, identificando-os como bugres e com outros adjetivos pejorativos. Também compreendido como uma conotação negativa e de exclusão, carregam, ainda, a pecha de bolivianos. Frente a uma realidade tão adversa, os Chiquitano preferem ocultar a identidade indígena, a língua, enfim, as suas raízes históricas e culturais como forma de se resguardarem de uma ameaça intrínseca e, conseqüentemente, de serem eliminados da condição de cidadão brasileiro e do restante de seu território.

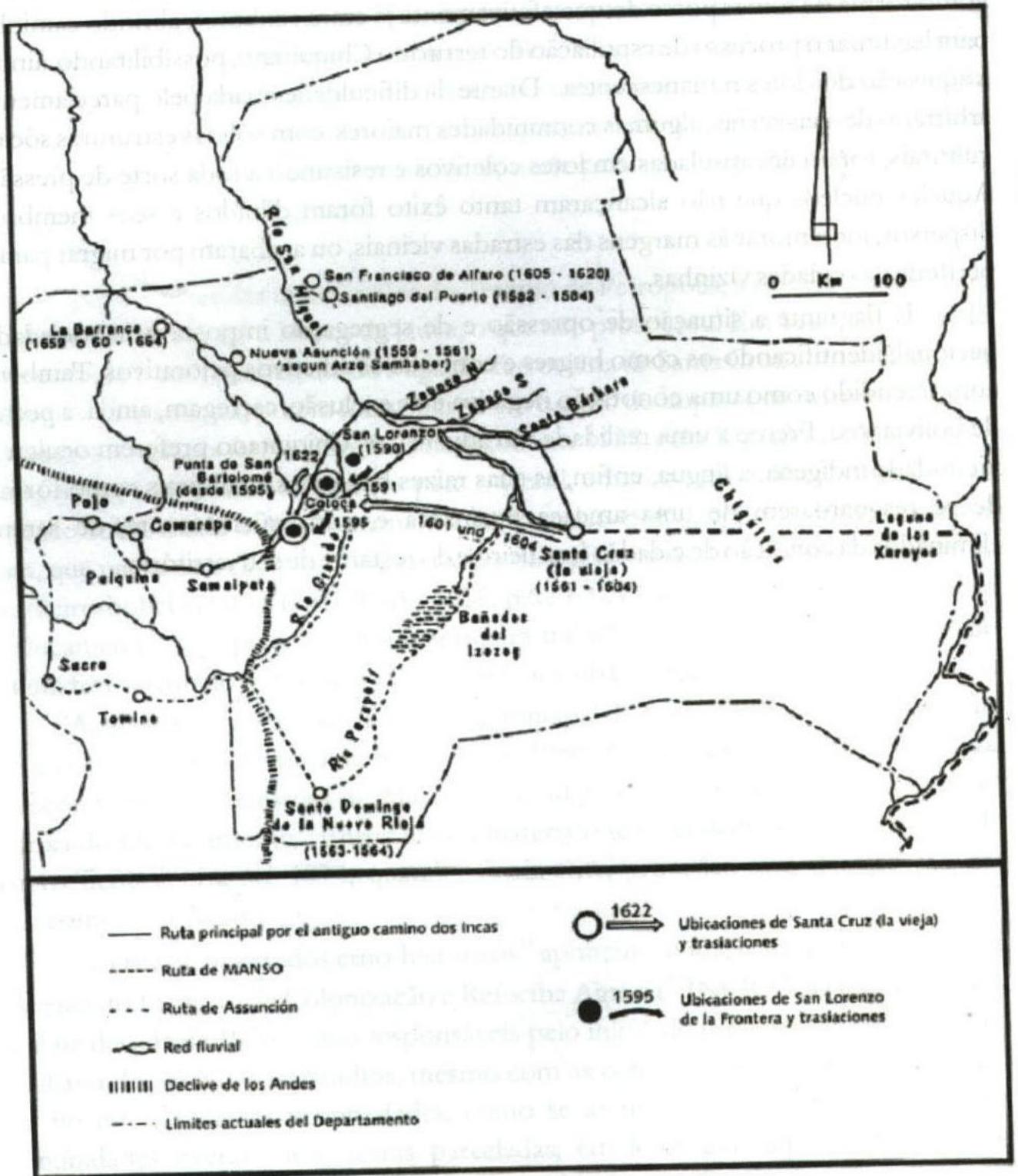


FIGURA 1
 Mapa dos Translados da cidade de Santa Cruz.
 Fonte: BALZA, 2001
 Org.: MOREIRA DA COSTA, 2004.

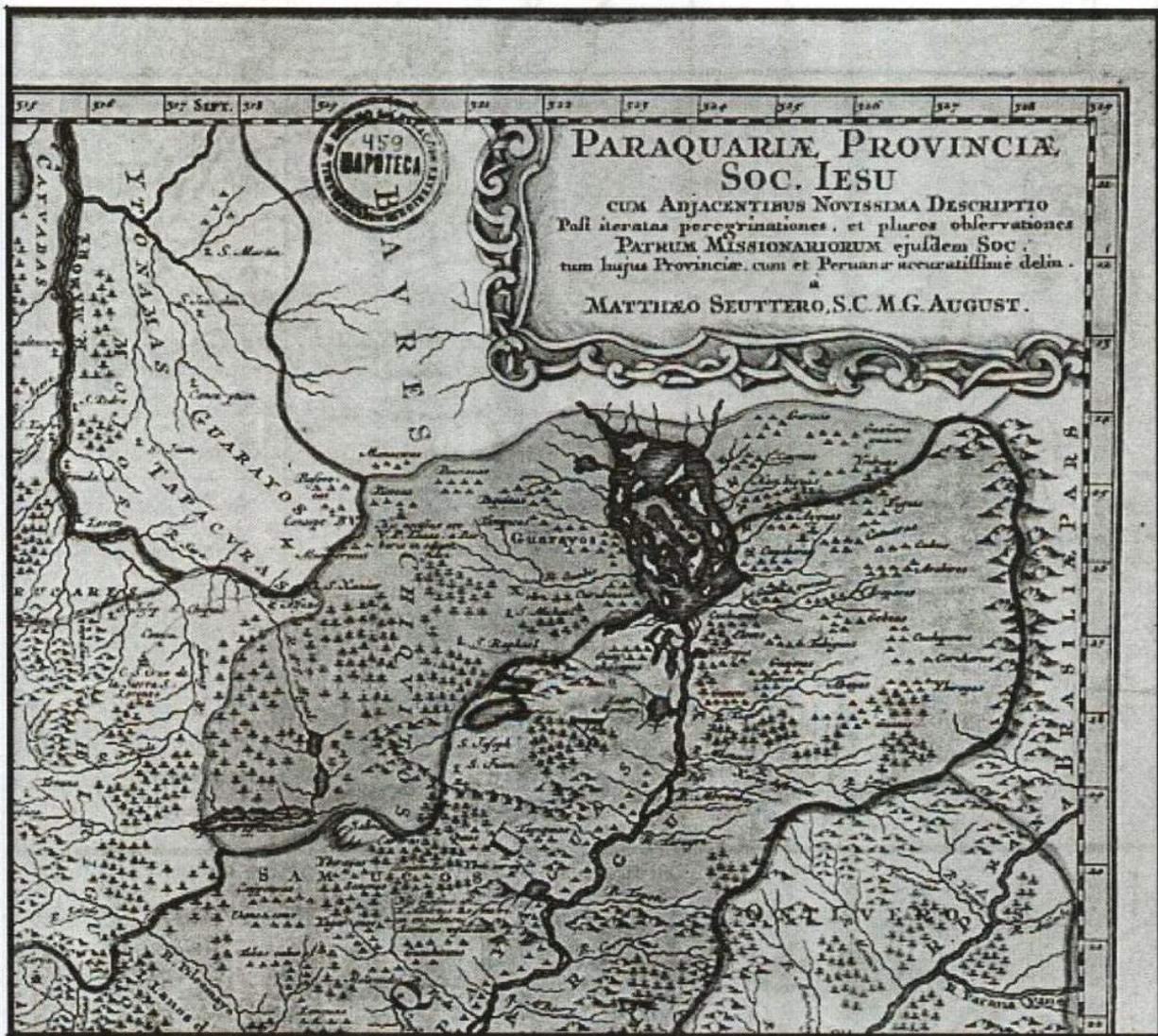


FIGURA 2

Carta Paraquariae Provinciae Soc. Jesu Mattheo Seuttero, 1730.

Fonte: Arquivo Itamarati, Registro EKEJ 1218.



FIGURA 3
 Mapa Geográfico de Mato Grosso, 1802.
 Fonte: Arquivo Nacional, MAP-39/63-2.

REFERÊNCIAS

BADARIOTTI, P. Nicoláo. Os índios Chiquitos. **Exploração no norte de Matto Grosso**. São Paulo : Escola Typ. Salesiano, 1898, p. 62-79.

BALZA, Roberto. **Tierra, territorio y territorialidad indígena**: un estudio antropológico sobre la evolución en las formas de ocupación del espacio del pueblo indígena chiquitano de la ex-reducción jesuita de San Jose. Santa Cruz Bolívia: Publicado por APCOB/SNV/IWGIA, 2001. 355 p.

BARBOZA DE SÁ, Joseph. **Relação das povoaçoens do Cuyaba e Mato Grosso de seos principios thé os presentes tempos**. Cuiabá: Edições da UFMT: Secretaria de Educação e Cultura, 1975. (Coleção Ouro ou Mel).

BASTOS, Uacury Ribeiro de Assis. Os jesuítas e seus sucessores (III). (Moxos e Chiquitos 1767-1830). **Revista de História**. Publicação Trimestral. Ano XXIV, Volume XLVII. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1973, p. 121-150.

BIBLIOTECA NACIONAL. **Do Tratado de Madri à conquista dos sete povos (1750-1802)**. Manuscritos da Coleção Angelis. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Divisão de Publicações e Divulgação, 1969. 495 p.

CALDAS, João Augusto. Memoria historica sobre os indigenas da Provincia de Matto-Grosso pelo Capitão João Augusto Caldas. Rio de Janeiro : Typ. Polytechnica de Moraes & Filhos editores, 1887. 61 p.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Política indigenista no século XIX. CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992, p.133-154.

CARTA DA PROVÍNCIA DE MATTO GROSSO organizada em 1880 com documentos colligidos por ordem de S. Ex^a o Snr. Cons.^o João Lins Vieira Cansansão de Sinimbú, Ministro da Agricultura em 1879 e publicada por ordem de S. Ex^a o Snr. Com^o Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Guerra em 1886, por Francisco Antonio Pimenta Bueno, Tenente Coronel do Estado maior de 1^a Classe. Revista pela Comissão da Carta Archivo. Rio de Janeiro em 11 de Outubro de 1880. Lythographia do Archivo Militar. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. MAP.PD-240/10-4

CARTA DO ESTADO DE MATO GROSSO e Regiões Circunvizinhas, organizada e desenhada no Serviço de conclusão da Carta de Mato Grosso (Ministério da Guerra, Estado Maior do Exército), sob a direcção geral de S. Ex. o Snr. Gen. De Div. Candido Mariano da Silva Rondon e direcção gráfica executiva do Gen. Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos de acôrdo com as circunstâncias e [...], 1952. Acervo Nambi, Cuiabá.

CARTA GERAL DA FRONTEIRA entre o Brazil e a Bolívia organizada segundo os trabalhos das Comissões de 1871 e 1875 dirigidas pelo Cel. de Eng. Bel. Barão de Maracaju e pelo Capm. de Mar e Guerra Antonio Cláudio Soido. Produzida á metade de sua respectiva escala. **Viagem ao redor do Brazil 1875-1878**. Villa Bella, Cidade de Matto-Grosso. 2º Volume. Rio de Janeiro: Typographia de Pinheiro & C., 1881, 403 p.

CARTA LIMITROFE DO PAIS DE MATTO GROSSO e Cuyabá desde a foz do Rio Mamore até o Lago do Xarayés e suas adyacentes levantada pelos oficiáis da Demarcação dos Reaes Domínios de Sua Magestade Fedelissima, desde o anno de 1782 até o anno de 1790. Biblioteca Nacional. Arc. 14.3.35.

CHARUPÁ, Roberto Tomichá. **La primera evangelización en las reducciones de Chiquitos, Bolívia (1691-1767)**. Protagonistas e metodología misional. Cochabamba: Talleres Gráficos KIPUS, 2002. 740 p.

CORRESPONDÊNCIA do Padre José da Silva Fraga ao Presidente da Província, solicitando a criação da aldeia Santa Tereza para abrigar os índios Bororo do Cabaças, datado de Dezembro de 1844. IHGMT. Pasta 139/931.

CRÉQUI-MONTFORT, G. de e RIVET, Paul. **Linguistique bolivienne**. La langue Saraveka. 1913. 540 p.

CORRÊA, Roberto Lobato. Interações espaciais. CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.) **Explorações geográficas: percursos no fim do século**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1997, p. 279-318.

CORRÊA FILHO, Virgílio. **História de Mato Grosso**. Várzea Grande: Edição da Fundação Júlio Campos, 1994, 741 p. (Coleção Memórias Históricas, Vol. 4).

D'ALINCOURT, Luiz. **Memória sôbre a viagem do Pôrto de Santos à cidade de Cuiabá**. São Paulo: Livraria Martins Editôra S. A., 1953. 209 p. (Biblioteca Histórica Paulista).

D'ORBIGNY, Alcides. **Viagem a la America Meridional**. Brasil, República del Uruguay, República Argentina, La Patagônia, República de Chile, República de Bolívia, República del Perú. Realizado de 1826 a 1833. Tomo III. Buenos Aires: Editorial Futuro, 1944, p. 1137-1455.

_____. **Viaje por tierras cruceñas**. Santa Cruz de la Sierra: Centro de Publicações da Universidade Privada de Santa Cruz de la Sierra. 1999. 330 p.

FERNANDES, Aducto. **Povos indígenas do Brasil**. Rio de Janeiro: A. Coelho Branco Filho Editor, 1965. 400 p.

FERNANDEZ, Hernando Sanabria. **En busca de eldorado: la colonizacion del Oriente boliviano por los cruceños**. Publicaciones de la Universidad Gabriel Rene Moreno, Santa Cruz de la Sierra, Bolívia. Buenos Aires: Imprenta López, 1958.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1971. 1512 p.

FINOT, Enrique. **Historia de la conquista del oriente boliviano**. 2ª ed. La Paz: Librería Editorial Juventud, 1978, 388 p.

GANDIA, Enrique de. **Historia del Gran Chaco**. Buenos Aires: Juan Roldan y Compañía Editores. 1929. 209 p.

GARCIA, João Carlos (Org.). **A mais dilatada vista do mundo**. Inventário da Coleção cartográfica da Casa da Ínsua. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000. 466 p.

GUÉRIOS, R. F. Mansur. **Dicionário das tribos e línguas indígenas da América Meridional**. Museu Paranaense. N° 6. Tomo II: B-CAX. Curitiba: Tipografia João Haupt & Cia. Ltda, 1949. 136 p. (Publicações Avulsas)

GUILHERME, Olympio. **Roboré: luta pelo petróleo boliviano**. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos S.A., 1959, 352 p.

KREKELER, Brigit. **Historia de los chiquitanos: pueblos indigenas de las tierras bájias de Bolivia**. 2ª. ed. La Paz: Jurgen Riester, 1995. 239 p.

MALDI, Denise. **Vistoria na Fazenda Nacional de Casalvasco**. Administração Regional de Cuiabá. Fundação Nacional do Índio. Ordem de Serviço N° 134, 1995. 19 p.

MAPA ETNO-HISTÓRICO DE CURT NIMUENDAJU. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e Fundação Nacional Pró-Memória, 1987. Acervo Nambi, Cuiabá.

MAPPA GEOGRAPHICO DA CAPITANIA DE MATTO GROSSO formado no anno de 1802 por ordem do III Ex. Senr. Caetano Pinto de Miranda Monte Negro, Governador e Capitão General da mesma Capitania. 1802. Arquivo Nacional, Rio de Janerro. OG/MAP-39/63-2.

MÉTRAUX, Alfred. The native tribes of eastern Bolivia and Western Matto Grosso. Smithsonian Institution Bureau of American Ethnology. Bulletin 134. Washington: Government Printing Office, 1942. 182 p.

MOREIRA DA COSTA, José Eduardo F. **A Coroa do mundo: religião, território e territorialidade Chiquitano**, 2004. 227 p. (Dissertação de Mestrado em Geografia. Universidade Federal de Mato Grosso. Instituto de Ciência Humanas e Sociais. Programa de Pós-graduação em Geografia). Cuiabá.

_____. **O manto do encoberto: territorialização e identidade dos Chiquitano**. 2000. 173 p. (Monografia de Especialização em Antropologia. Universidade Federal de Mato Grosso. Instituto de Ciências Humanas e Sociais). Cuiabá.

NAUD, Leda Maria Cardoso. Índios e Indigenismo: Histórico e Legislação. **Revista de Informação Legislativa**. 1967, p. 235-268.

NUNES e ADONIAS. **Real Forte Príncipe da Beira**. Fundação Odebrech. Rio de Janeiro : Spala Editora LTDA, 1985.

OFÍCIO de José Maria Macerata ao cel, Zeferino Pimentel Moreira Freire, presidente da província de Mato Grosso, enviando o seu trabalho. Descrição das diversas nações de índios. 5 de Dezembro e 24 de Agosto de 1843. IHGB, Lata 763, Pasta 19 (Coleção Virgílio Correa Filho).

OFÍCIO do Coronel Costa Pimentel ao Presidente da Província, informando a situação dos índios Bororo da Campanha e os diversos Destacamentos Militares da fronteira com a Bolívia, de 11 de Fevereiro de 1851. IHGMT. Pasta 138/983.

OFÍCIO do Diretor Geral dos Índios ao Presidente da Província de Mato Grosso, informando que os Chiquitano cultivam os matos que chama-se dos Índios e sugere a captura dos Cabixi e Maimbarés para servirem de linguarás, datado de 15 de Abril de 1851. IHGMT. Pasta 139/931

PARAQUARIAE PROVINCIAE SOC. JESU [...]. Mattheo Seuttero. Arquivo Itamarati. Rio de Janeiro. Registro EKEJ 1218.

PAREJAS MORENO, Alcides; SALAS, Virgilio Suáres. **Chiquitos**: historia de una utopía. Bolivia : Sirena. 1992. 332 p.

RELATÓRIO do Major Joaquim José de Oliveira informando sobre a ocupação dos Campos do marco pelos bolivianos, datado de 08 de setembro de 1849. IHGMT. Pasta 138/894.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MATO GROSSO. **Instruções aos capitães-generais**. Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. Cuiabá, nº 27, 2001 (Publicações Avulsas).

REZENDE, Ney R. **História das fronteiras**. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Curso de Preparação. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1969. 46 p.

RIESTER, Jürgen. **Zúbaka la Chiquitanía**: visión antropológica de una región en desarrollo. Tomo I: Vocabulario del Chiquito. La Paz: Editorial Los Amigos del Libro, 1986, 387 p.

RONDON, Cândido Mariano da Silva. Reconhecimento de Cáceres à cidade de Mato-grosso exploração dos rios Guaporé, Jauru, Sepotuba e Paraguai. **Relatório dos trabalhos realizados de 1900-1906 pela Comissão de Linhas Telegráficas no Estado de Mato-Grosso, apresentado às autoridades do Ministério da Guerra**. Ministério da Agricultura. Conselho Nacional de Proteção aos Índios. Publicação Nº 69-70. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1949.

RONDON, Frederico. **Na Rondônia Ocidental**. Série 5ª. Vol. 130. São Paulo/Rio de Janeiro/Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1938. (Brasiliense. Biblioteca Pedagógica Brasileira). 280 p.

SECHINGER, Ron L. (Transcrição) O incidente de Chiquitos: uma crise abortada nas relações entre o Brasil e a Bolívia. **REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. Vol 313, outubro-dezembro, 1976, p. 232-257.

SERRA, Ricardo Franco de Almeida. Extrato da descrição geográfica da provincia de Matto-Grosso feito em 1797. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Tomo 6, 1884, p. 156-196.

SERRA, Ricardo Franco de Almeida. Parecer sobre ao aldêamento dos indios uaicurús e guanás, com a descrição dos seus usos, religião, estabilidade e costumes. **Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro**, Rio de Janeiro, 3ª ed., Tomo VII, p. 196-210, 1931.

SEVERIANO DA FONSECA, João. **Viagem ao redor do Brasil 1875-1878**. 1º Vol. Rio de Janeiro: Typographia de Pinheiro & C., 1880, 399 p.

SEVERIANO DA FONSECA, João. **Viagem ao redor do Brazil - 1875-1878**. Villa Bella, Cidade de Matto-Grosso. 2º Volume. Rio de Janeiro: Typographia de Pinheiro & C., 1881, 403 p.

SILVA, Joana Aparecida Fernandez. Território e fronteiras Brasil-Bolívia no pais dos chiquitanos. **Revista do Museu Antropológico**. Goiânia, ano 2001/2002, v. 5/6, n. 1, jan./dez., p. 179-212.

_____ et alli. Estudo das comunidades indígenas na área de influência do Gasoduto Bolívia-Mato Grosso. Cuiabá, 1998. (digitado).

SILVA, Simoens da. **Cartas Mattogrosenses**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1927. 110p.

SOARES, Maria do Socorro Castro. **O governo provisório de Mato Grosso e a questão da anexação da provincia de Chiquitos ao Imperio brasileiro (1821-1825)**. Cuiabá, 2003. Universidade Federal de Mato Grosso. Instituto de Ciências Sociais. Programa de Pós-graduação em História. Dissertação. Dr. Pio Penna Filho. 126 p.

SUSNIK, Branislava. **Los aborígenes del Paraguay.** Etnología del Chaco Boreal y su periferia (Siglos XVI y XVIII). Assuncion: Museo Etnográfico Andres Barbero, 1978.

VIANA, Hélio. **História das fronteiras do Brasil.** Rio de Janeiro: Gráfica Laemert, Limitada. Volumes CXXXII e CXXXIII, 1948. 333 p. (Biblioteca Militar).

VITOR HUGO. **Desbravadores.** 1º Vol. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1959, 293 p.

WAENELDT, Rodolfo. **Exploração da Província de Mato Grosso.** Cuiabá: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. Cuiabá, nº 38, 2001. (Publicações Avulsas).

**OS FESTEJOS DO SENHOR DIVINO
ESPÍRITO SANTO E SÃO BENEDITO
EM VILA BELA DA SANTÍSSIMA
TRINDADE-MT**

*Josiane Rosa da Silva
Maria Sobrinha Souza de Jesus
Patrícia Christan
Sibeli Ritter
Sônia Regina Romancini*

*Josiane Rosa da Silva*¹

*Maria Sobrinha Souza de Jesus*²

*Patrícia Christian*³

*Sibeli Ritter*⁴

*Sônia Regina Romancini*⁵

INTRODUÇÃO

O presente estudo teve como objeto central investigar o espaço sagrado e o espaço profano nos festejos do Divino Espírito Santo e São Benedito, em Vila Bela da Santíssima Trindade, no Estado de Mato Grosso. Destaca as manifestações do sagrado presente nas celebrações religiosas e identifica a maneira como é organizado e realizado o espaço profano (danças, comidas, bebidas) e verifica como está inserido no contexto da festa.

A coleta de dados foi realizada durante o trabalho de campo da disciplina Geografia Humana do Brasil I, do curso de Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso, no período de 16 a 19 de julho do ano de 2005.

Na história sobrevivem muitas tradições dos antigos povos; crenças, práticas, festas e Vila Bela da Santíssima Trindade é um exemplo disso, com tradições trazidas da África pelos negros que ali foram levados e que, mesmo tanto tempo depois, ainda cultivam com muita alegria e fervor essas tradições.

Sob esse prisma, é realizada a festança do Divino Espírito Santo e São Benedito. Através desse estudo, procurou-se fazer uma distinção do espaço sagrado e do espaço profano. Em seguida apresenta-se uma caracterização das crenças, costumes e tradições dos vilabelenses, para analisar como o espaço sagrado e o profano se relacionam e como o espaço profano é produzido na festa religiosa.

Sabe-se que a cultura surge das relações que os homens estabelecem entre si e com o meio em que vivem. Para estudar as manifestações culturais e da religiosidade na região de Vila Bela da Santíssima Trindade, fizemos um trabalho de investigação que caracteriza este município, tomando com exemplo, os festejos do Senhor Divino Espírito Santo e São Benedito.

Foi realizada uma leitura dessas manifestações culturais, em seu componente

¹ *Graduada em Geografia pela UFMT.*

² *Graduada em Geografia pela UFMT.*

³ *Graduada em Geografia pela UFMT.*

⁴ *Graduada em Geografia pela UFMT.*

⁵ *Professora do Departamento de Geografia da UFMT. Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*

sagrado, que vem resistindo através do tempo e funcionando como elemento forte e divulgador da cultura local, que lhe confere a singularidade de sua identidade. Para realizá-lo procedeu-se a uma revisão bibliográfica, registros fotográficos e observação assistemática que na concepção de Rúdio apud Lakatos (2003, p.192) nessa observação “o conhecimento pode ser obtido através de uma experiência casual, sem que se tenha determinado de antemão quais os aspectos relevantes a serem observados e que meios utilizar para observá-los”, bem como a participação nos festejos. Ficou evidenciada a forte ligação entre cultura e religiosidade durante todas as etapas dos festejos.

Seguindo este referencial, foi realizada uma pesquisa de campo em Vila Bela entre os dias 16 e 19 de julho de 2005 para melhor observação dos fatos. Para Lakatos (1991), a pesquisa de campo é aquela com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimento acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles.

Utilizou-se a observação como técnica de coleta de dados, que nada mais é do que fazer uso dos sentidos para retirada de vários aspectos da realidade. De acordo com os fundamentos metodológicos apontados por Lakatos (op. cit.) o método se encaixa na observação da vida real, que é feita no ambiente real, registrando os dados à medida que eles forem acontecendo, espontaneamente, sem a devida preparação.

A pesquisa bibliográfica foi de grande importância, pois pode-se ter acesso a toda a bibliografia pública em relação ao tema estudado, tais como: livros, teses, monografias, revistas e outros. Foram utilizadas todas essas técnicas de pesquisa com o intuito de realizar um trabalho imparcial, completo e científico.

A questão religiosa foi alvo de estudo devido ao grande poder que exerce sobre a humanidade através dos tempos. No início da formação de grandes civilizações sempre prevaleceu num primeiro momento a religiosidade. Pode-se perceber que desde a expansão marítima o poder era imposto pela Igreja. A religião tinha plenos poderes sobre a sociedade, ditava as regras sobre o comportamento do indivíduo.

Rosendhl (2002, p. 40) afirma que ao se “falar de cidade e religião, situamos o templo como atributo forte de conexão entre o urbano e o sagrado”. Como aconteceu em todas as formações das cidades o espaço sagrado é o primeiro a ser implantado na produção do espaço urbano.

A autora afirma que as cidades mesmo estando em constantes metamorfoses e ao mesmo tempo dando sustentação às mudanças que fluem, ainda mantêm o espaço sagrado como ponto de referência. A expansão da fé católica influenciou na formação dos territórios durante a expansão marítima criando novas territorialidades.

A festa, além de um espaço de afetividades é um encontro com a própria identidade. Nesse aspecto, a identidade ética que prevalece em Vila Bela da Santíssima

Trindade é a da etnia negra desde a sua fundação até hoje. Os negros da cidade realizam um lindo tríduo sagrado em homenagem a São Benedito, santo negro, o que reforça os aspectos religiosos com a identidade étnica.

Castells entende por identidade o processo de construção de significado com base em um atributo cultural ou um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(ais) prevalece(m) sobre outras fontes de significados. Segundo o autor (CASTELLS, 2002, p. 23):

A construção de identidades vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso. Porém, todos esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades, que reorganizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em sua visão de tempo/espaço.

O espaço em Vila Bela revela que há uma identidade fundada na práticas culturais, que se manifestam nos festejos do Divino e de São Benedito. De acordo com as observações realizadas, verifica-se que a identificação com o lugar se traduz “tanto para o indivíduo como para o grupo, por um sentimento de pertencimento comum, de partilha e de coesão sociais”, segundo a afirmativa de Bossé (2004, p. 161).

De acordo com Bandeira (1988, p.214), para os festeiros, o Divino é identificado como o santo de cura, da consolação, da misericórdia. Os festeiros do Divino são escolhidos entre os membros da Irmandade do Divino, por sorteio solene realizado na Igreja como encerramento das cerimônias religiosas do dia da festa.

Essas características são influenciadas desde o período da escravidão, em que os negros reforçavam sua fé para suportar os maus tratos dos sinhozinhos, conforme Bandeira (op. cit., p. 229):

A condição primeira para ser festeiro de São Benedito é pertencer a sua irmandade. A irmandade compõe-se da diretoria e do corpo associado. Os irmãos que fazem parte da diretoria são designados como Irmãos de Mesa e os demais como Irmãos de Roda. Cabe aos Irmãos de Mesa fazer a escolha dos festeiros de cada ano.

No Brasil a realização de festas religiosas é prática comum, todos os estados têm suas comemorações típicas baseadas na sua cultura, que é bastante diversificada em todo o país. Sendo resultado da vinda de imigrantes europeus e escravos africanos

para o Brasil desde a época da colonização.

A importância das festas populares em sua relação com o cotidiano é analisada por Amaral que tece as seguintes observações:

[...] a festa é uma das vias privilegiadas no estabelecimento de mediações da humanidade. Ela busca recuperar a imanência entre criador e criaturas, natureza de cultura, tempo e eternidade, vida e morte, ser e não ser [...] A festa é ainda mediadora entre os anseios individuais e coletivos, mito e história, fantasia e realidade, passado e presente, presente e futuro, nós e os outros, por isso mesmo revelando e exaltando as contradições impostas à vida humana pela dicotomia natureza e cultura, mediando ainda os encontros culturais e absorvendo, digerindo e transformando em pontes os opostos tidos como inconciliáveis (AMARAL, apud MAIA, 1999, p. 196).

Segundo Maia (1999), a temporalidade das festas populares é marcada por uma compreensão do movimento historial em que se releva o caráter da tradição, pois há uma preocupação por parte dos participantes em preservar um legado de crenças, hábitos, entre outros, considerados fundamentais na significação, caracterização e composição da festa como acontecimento. Essa tradição apresenta-se como uma possibilidade de realização de uma herança no porvir.

As festas populares são manifestações culturais que se caracterizam por serem eventos efêmeros, perdurando por algumas horas, dias ou semanas, fornecendo nova função às formas espaciais prévias que dispõem para a sua realização: ruas, praças, terrenos baldios, estádios, entre outros, que se transformam em palco para o evento. As festas religiosas, por sua vez, estão centralizadas em igrejas, templos e terreiros (MAIA, op. cit.).

Essas festas possuem dois espaços: o sagrado e o profano, que estão vinculados a um espaço social. Segundo Rosendahl (1999), o sagrado está relacionado a uma divindade, ou seja, há crença e religião envolvidas. Já o espaço profano, é o espaço desprovido de sacralidade, estrategicamente ao “redor” e “em frente” do espaço sagrado, sendo que é o sagrado que possibilita e delimita o profano.

Levando em consideração a definição acima, pode-se dizer então que o espaço profano está relacionado com as comidas e bebidas, danças e bailes e até em serviços e comércio de artigos religiosos, que podem fazer parte de uma festividade sagrada. O espaço profano por ser desprovido de divindade, é o local onde os participantes das festas se entregam ao lazer, deixando de lado a essência sagrada da festa.

A CIDADE NO VALE DO GUAPORÉ

A cidade de Vila Bela foi a capital da capitania de Mato Grosso entre 1752, ano de sua fundação, até 1835. Desempenhou papel relevante na defesa das fronteiras e na expansão da economia da Região Centro-Oeste. A princípio auxiliou no enriquecimento da coroa portuguesa, este período durou pouco, devido às enchentes periódicas, às doenças perniciosas, ao declínio da produção aurífera e a outras dificuldades. Em 1835 a capital da província foi transferida para Cuiabá. Com isso Vila Bela entrou em declínio.

Os primeiros habitantes daquela região eram os índios, denominados de nanbikwára, e posteriormente vieram os brancos e os negros. Sendo os brancos portugueses ou descendentes e os negros originários de Angola e Guiné chegaram à cidade na condição de escravos.

Vila Bela teve grande importância, por sua localização estratégica para assegurar o domínio de suas fronteiras. Para manter e construir a cidade, Rolim de Moura usou mão-de-obra escrava. Cada tijolo ali levantado pelos escravos teve a bênção da Igreja aliada à coroa portuguesa. Mas a posição política de capital de Mato Grosso foi curta devido à insalubridade local. Com a transferência da capital para Cuiabá, ficaram para traz os escravos negros. Outro fator importante na formação étnica de Vila Bela foi a formação dos Quilombos mais importantes de Mato Grosso: Piolho e Quariterê, este último era liderado por uma rainha africana, Tereza de Benguela.

O fim da escravidão aconteceu em 13 de maio em 1888, mas a notícia demorou a chegar em Vila Bela, mesmo assim os negros temiam as amarras e a volta do homem branco.

O nome de Vila Bela não foi escolhido de maneira aleatória. Rolim de Moura levou em conta suas belezas naturais, mas o restante da denominação foi devido à tradição portuguesa da época que costumava colocar nome de santo em todas as cidades que fundava e sempre relacionado à Igreja Católica Apostólica Romana. Talvez por isso a influência da grande religiosidade na população de Vila Bela que mantém viva através dos tempos.

Vila Bela situa-se no Vale do Guaporé, onde limita-se com os municípios de Porto Esperidião, Pontes e Lacerda, Nova Lacerda, Conquista D'Oeste, Comodoro e República da Bolívia. Está localizada na mesorregião Sudoeste Mato-grossense, microrregião Alto Guaporé a 521 quilômetros de Cuiabá. O sistema hidrográfico do município faz parte da bacia Amazônica, destacando o rio Guaporé que corta a cidade (FERREIRA, 2001).

Segundo Oliveira (2004), as principais atividades de produção da cidade se dividem entre o trabalho na agricultura, pecuária, pequenos comércios, setor público e turismo cultural, este último tendo maior enfoque no período da Festa do Divino Espírito Santo e São Benedito ocorrida anualmente. Apesar disso, Vila Bela ainda é

uma cidade com pequena estruturação econômica. O turismo é algo incipiente e sazonal, fortalecendo-se na época das festas religiosas.

VILA BELA, SUAS FESTAS E TRADIÇÕES

A população negra de Vila Bela mantém uma tradição religiosa muito forte através dos festejos que acontecem no mês de julho em homenagem ao Glorioso São Benedito e a festa do Divino Espírito Santo.

A homenagem ao Divino se processa através da celebração por meio de seus dons que são: sabedoria, entendimento, conselho, fortaleza, ciência, piedade, temor a Deus. No decorrer dos ritos sacramentados há uma grande presença de fé nas pessoas, essa transcendentalidade muito forte envolve o público presente. Os festeiros do Divino são representados pelo Imperador, Imperatriz, Capitão do Mastro, Alferes da Bandeira e os Mordomos.

Essas pessoas assumem o compromisso quando são escolhidas e trabalham durante um ano, pagam uma taxa anual que é designada pela Irmandade do Senhor Divino e são formados por devotos fervorosos do Divino. O símbolo do Divino é representado por uma pomba. As cores do Divino são vermelho e branco.

Durante a celebração os festeiros trazem consigo os símbolos que expressam a fé no padroeiro:

- a Bandeira; símbolo da terra, da força, da casa, da vida, da cidade, da vitória.

Símbolo da fé e da devoção. Símbolo da bênção da graça. A bandeira percorre as ruas, as casas, as repartições públicas unindo o povo numa só fé e irmandade.

- o Cetro; a imperatriz apresenta o cetro, símbolo do poder real. Aquele bastão que vai com firmeza e coragem na frente do povo conduzindo-o à vitória, à paz e à prosperidade.

- os Mordomos; representam os administradores da casa e dos bens.

- os Foliões; juntamente com os instrumentos musicais oferecem a Deus: alegria, o louvor e ação de graça ao Divino Espírito Santo.

- o Pão e o Vinho; significa união; alimento e vida.

No final da celebração festiva os devotos entoam de maneira fervorosa o cântico ao Divino Espírito Santo:

Vinde santo espírito, Espírito consolador

Vem nos consolar, pelo vosso amor.

Vinde santo espírito, do céu ajudai-nos

Da vossa luz, um raio mandai-nos.

(Domínio público)

A celebração em homenagem ao glorioso São Benedito aconteceu no segundo dia da festa onde as pessoas presentes puderam observar a associação da religiosidade com a cultura negra. Esse aspecto fica evidente no momento em que a comentarista litúrgica apresenta a figura do santo como protetor da etnia negra. Os negros são devotos de São Benedito pelo fato de que ele era negro e filho de escravos.

Os festeiros de São Benedito são representados nas pessoas do rei que conduz a coroa, a rainha que conduz o cetro, o juiz e a juíza que conduzem as esfinges, símbolo da Irmandade de São Benedito e os ramalhetes que carregam as flores em homenagem ao santo.

As cores de São Benedito são representadas pelo azul e pelo branco. Há um momento de intensa religiosidade quando a imagem de São Benedito é conduzida em forma de procissão entre os fiéis.

Pode-se perceber no rito sacerdotal a exaltação da cultura negra em todos os momentos. No final da celebração o público presente cantou com muita fé o hino em homenagem ao glorioso São Benedito:

Vinde meus irmãos, a louvar o nosso protetor, o gloriosa São Benedito, louvemos com fervor (Domínio público).

No final das celebrações do Divino e São Benedito as Irmandades se reúnem para escolher as pessoas que serão responsáveis pelas festividades religiosas do ano seguinte, mantendo assim a tradição. Outro fator observado foi que durante as festividades acontecem as rezas cantadas nas casas dos festeiros. Foi possível perceber que ao decorrer da pesquisa que há o domínio da religião católica. Os devotos mantêm as tradições religiosas muito fortes ligadas à cultura negra.

No contexto do espaço sagrado onde as duas comemorações estão inseridas, há também o espaço profano caracterizado pelas danças do Congo, Chorado, Exaltação a Tereza de Benguela, os shows com bandas de músicas, as bebidas e comidas típicas da região que são servidas nos almoços e jantares durante as festividades.

Para melhor entendimento das danças e iguarias regionais (espaço profano) é necessário fazer uma breve caracterização das festas religiosas (espaço sagrado). A parte teórica sobre as festas foi compilada da obra de Bandeira (1988), conforme apresentado a seguir.

FESTA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO

De acordo com a doutrina católica o Divino Espírito Santo é uma das pessoas da Santíssima Trindade, que representa um único Deus. Em Vila Bela, o Divino é um

santo com existência concreta, desassociada à Santíssima Trindade, que constitui outro Santo. Formalmente o Divino é o mesmo Espírito Santo da Trindade, mas na prática religiosa são santos distintos, com cultos distintos. O Primeiro é cultuado na festa do Divino e o segundo, enquanto pessoa da Santíssima Trindade é cultuado na festança das Três Pessoas.

O Divino é identificado como o santo da cura, consolação e da misericórdia. O Divino é representado pela pomba, cuja figura marca os objetos sagrados utilizados no culto: coroa, cetro, bandeiras e mastro, sendo a coroa e o cetro de prata lavada do final do século XVIII. Em Vila Bela há duas bandeiras a rica e a pobre que se distinguem pelas suas funções nos rituais, pelo material e pelos seus adornos. A bandeira pobre abre o cortejo do santo durante a folia e a rica durante a festa. A bandeira rica é conservada desde o período colonial e se distingue pela ornamentação, a pomba e o círculo de resplendores são bordados com fios de ouro, e a bandeira pobre é substituída com frequência, a pomba e os resplendores são pintados a mão.

Os rituais de maior importância, identificados pelas insígnias, são os dos festeiros: Imperador (coroa), Imperatriz (cetro), Alferes da bandeira (bandeira), e Capitão do Mastro (mastro).

Os festeiros do Divino são escolhidos entre os membros da Irmandade do Divino, por sorteio realizado na igreja, como encerramento das cerimônias religiosas do dia da festa. O número de festeiros e os seus papéis são identificados pelas insígnias do santo.

Aos festeiros cabe o planejamento, organização e administração da festa sob a liderança do Imperador. Cabe-lhes o gerenciamento da distribuição e redistribuição de bens, as providências relativas ao recrutamento do pessoal auxiliar, a vinda dos músicos, alimentação dos festeiros, a realização das rezas para o santo, execução do leilão, a escolha do Mestre, a aquisição de fogos, fitas, o levantamento do mastro e a preparação dos banquetes nos dias da festa.

Tão importante quanto os festeiros é o papel do Mestre, o principal oficiante dos rituais, como perito das práticas rituais é responsável pela organização perfeita, necessitando ter capacidade de liderança e aptidão para música. O cargo de mestre é vitalício, que pode interromper com a renúncia. O Imperador e a Imperatriz, no dia da festa exercem simbolicamente o império do Divino Espírito Santo, império de igualdade, solidariedade e da reciprocidade.

FESTA DAS TRÊS PESSOAS

A Festa das Três Pessoas ou Santíssima Trindade, que é padroeira de Vila Bela, desde sua fundação. Para a comunidade as Três Pessoas é o santo do lugar, que protege o lugar e não a comunidade em si.

No ciclo da festança é a festa de encerramento que acreditam que se não é

realizada o lugar fica desprotegido como forma de castigo. Os festeiros são escolhidos pelos festeiros de outro santo, é um casal, juiz e juíza, sendo os responsáveis em organizar e acompanhar a alvorada e a seresta, limpeza da igreja, providenciar fogos e velas, ofertar no dia da seresta bebidas e comidas aos participantes, zelando pela fartura. Não usam roupas especiais e carregam varas de pratas, semelhantes as de São Benedito.

FESTA DE SÃO BENEDITO

Segundo Bandeira (1988), “São Benedito é o santo da comunidade, é o santo preto dos pretos, é o santo maior entre os santos do céu e os santos dos que Deus deixou na terra”. São Benedito ocupa lugar à direita do Divino, é o santo mais poderoso depois dele. Considerado pelos vilabelenses um santo forte e milagreiro. Por ser o santo da comunidade, a sua festa é feita pelo seu povo para seu santo, São Benedito não pede esmola, cabe ao povo oferecer suas riquezas, quem tem mais doa a quem tem menos, levando a comunidade à solidariedade. A sua festa é realizada nos dois dias seguintes à festa do Divino, ou seja, na segunda e terça-feira da semana da festa.

São os Irmãos de Mesa que escolhem os festeiro de cada ano, o ritual é conhecido como “lavar as efígies”, que acontece no dia de Pentecostes, dia do Divino pelo calendário litúrgico, data da realização da festa do Divino em todo país. Para a escolha são considerados o desejo de realizar a festa, condição financeira, prestígio social, capacidade de liderança e mobilização.

As insígnias do santo, todas de prata antiga, bastões enfeitados de flores e fitas, são usados pelo juiz e pela juíza, a coroa e o cetro são carregados pelo rei, a pequena coroa pela rainha e o ramalhete composto por flores brancas e vermelhas, além do uso das insígnias pelos festeiros, eles são identificados pelas vestimentas e pelas cores.

A comemoração a São Benedito tem a celebração religiosa e a Dança do Congo, que é o ponto culminante da festa.

DANÇA DO CONGO

De origem africana, representa a luta simbólica entre os reinados negros. É travada entre o rei do Congo e o rei de Bamba. O rei de Bamba exige que seja cumprida a promessa de casamento com a princesa do Congo, então o rei do Congo descontente com reivindicação do rei de Bamba o prende e ordena ao secretário o início da guerra que termina com a rendição do rei de Bamba. Os principais personagens desta apresentação são o rei do Congo, seu secretário e seu filho Kanjinjin, o embaixador do rei de Bamba e os vinte e quatro dançantes que estão incluídos os músicos e tocadores de tambor, ganzá e viola de cocho.

O rei do Congo tem cargo vitalício, é o responsável pela manutenção da tradição, convocando e escolhendo os dançantes, músicos, secretário e o filho do rei, porém não toma decisões sozinho, consulta os demais participantes.

O secretário do rei desempenha as funções de guerra, de manter a aliança entre os inimigos, de cuidar dos vivos e dos mortos. Kanjinjin é o príncipe destinado a lutar, porém é dissuadido pelo secretário que assume a responsabilidade. O embaixador é o emissário do rei de Bamba, e os outros vinte e quatro figurantes representam os exércitos dos dois reinados e são responsáveis pela apresentação do Congo, uma dança predominantemente masculina, pois representa a guerra.

O ritual da dança do Congo consiste de um cortejo, tendo os festeiros à frente, junto com o rei do Congo, secretário e Kanjinjin. Os personagens se diferem pelas vestes. O rei do Congo usa um manto amarelo amarrado no pescoço, coroa dourada e carrega na mão direita um bastão de madeira talhada em forma de folhas pintadas de dourado. O secretário usa sapato e meias longas, saia de cetim vermelho com um aro de arame na barra com franjas douradas e camisa azul escuro, usa no peito um escudo em forma de coração decorado com flores, chapéu azul e uma espada. O Kanjinjin se veste de maneira parecida com o secretário variando as cores e os adornos, a saia é amarela. O embaixador usa calça azul-marinho, camisa branca e capa amarelo dourado com franjas, traz um chocalho amarrado ao tornozelo e espada. Os figurantes denominados de guerreiros ou congueiros usam roupas iguais e chapéu enfeitado com penas e flores.

Antes da apresentação da Dança do Congo, os congueiros buscam as autoridades da festa em suas casas, e após a apresentação eles são entregues pelos mesmos em suas residências, na seguinte seqüência: juiz, juíza, rei e rainha que são recebidos com chuva de papel colorido picado.

O Congo é uma vigia coletiva, parecendo um carnaval, o povo dança nas ruas junto aos congueiros, numa alegria contagiante.

DANÇA DO CHORADO

Dança afro da região de Vila Bela e Cáceres, é realizada no final da comemoração de São Benedito pelas mulheres mais velhas da Irmandade das festas. A dança do Chorado tem sua origem no período escravocrata da região. As escravas que ao verem seus familiares penalizados pelos feitores, usavam a dança para tentar aliviar os castigos.

A dança do Chorado tem seu ápice quando as dançarinas equilibram garrafas de vidros cheias de kanjinjin, enquanto gingham aos ritmos afros. Segundo Ferreira (2001), com o equilíbrio das garrafas, elas querem passar a impressão de que estão sóbrias, isto é, apesar da festança, ninguém está embriagado.

EXALTAÇÃO DE TEREZA DE BENGUELA

Encenada e dançada por cerca de onze jovens, representa a ascendência africana na cidade, bem como a admiração e o respeito dedicado à figura da escrava de Tereza de Benguela.

Segundo Bandeira (1988), Tereza de Benguela é tida como mártir para os

vilabelenses, a escrava presidira um dos principais quilombos da região, vivera na cidade por volta de 1770 e teria se suicidado quando os portugueses invadiram o quilombo, por não suportar a idéia de ser aprisionada novamente.

Essas três danças procuram valorizar as tradições negras daquela região, por isso todas possuem uma conotação tribal, em que todas as toadas de tambores e batuques se misturam com cantos de diversas vozes mencionando as tradições, os valores e o cotidiano daquele povo (OLIVEIRA, 2004).

A TRADIÇÃO NAS COMIDAS E BEBIDAS

Na realização dessa festança, não é somente as danças que mantêm a tradição, a receita das bebidas e comidas também são passadas de geração para geração e são produzidas dias antes da festa. Biscoitos de ramos, negreiro, bolachinha africana, mané pelado, pau-a-pique, chinelo de frade, bodó, biju, biscoito de sinhá, são exemplos dos quitutes preparados para a festa.

Sendo o biscoito de ramos e o negreiro os mais conhecidos, o de ramos é o mais tradicional, é feito de polvilho e ervas da região. A sua produção requer paciência e meticulosidade, pois simbolizam botões de rosas, que são desenhados a mão e colocados em cima de uma folha de bananeira, para então ser assado.

O biscoito negreiro se difere do de ramos apenas porque leva trigo no lugar de polvilho, que segundo Oliveira (op. cit.), o trigo é interpretado como um elemento relacionado aos tempos modernos. Sendo necessário para sua elaboração paciência e criatividade.

Vila Bela possui ainda as bebidas exóticas como Xixa, Aluá e o Kanjinjin. A Xixa e o Aluá possuem o milho como principal ingrediente e não têm teor alcoólico, sendo que a Xixa é feita do cozimento do grão de milho e de textura mais consistente, e o Aluá feito do fubá de milho e de consistência mais liquefeita.

O Kanjinjin é a mais tradicional, é considerada afrodisíaca, bebida à base de destilado, canela, gengibre, erva-doce e outras ervas da região, que são guardadas em segredo pelas mulheres. Somente elas detêm o conhecimento da fabricação e da fórmula, e poucas delas sabem o tempo exato de depuração e fermentação da bebida.

Segundo Rosendalh (1999), o sagrado e o profano se opõem, mas ao mesmo tempo de atraem, porém não se misturam. Nesse sentido, observou-se que, no decorrer dos festejos, apesar das danças e banquetes fazerem parte das comemorações aos santos, são realizados fora do contexto do espaço sagrado e após os atos religiosos.

Para exemplificar o que foi dito, o Congo e o chorado são dançados na segunda-feira após a celebração religiosa em homenagem a São Benedito e os biscoitos, bebidas, os almoços e jantares oferecidos pelo rei, rainha, imperador, imperatriz da festa (cada um é responsável por uma refeição), são servidos no salão comunitário após as missas e rezas. Para os almoços e jantares são servidas iguarias como churrasco, arroz, feijão, farofa de banana, mandioca, maria-izabel, salada (alface e tomate),

paçoca de pilão, e sobremesas como doce de leite, de mamão, entre outros.

A beleza das danças e as delícias dos quitutes servem de atração para os foliões, que depois dos atos sagrados que é um momento onde os participantes da festa voltam para o seu “eu interior”, fazendo uma reflexão e demonstração de sua fé, a maioria busca também o lazer na companhia de amigos, onde dançam, comem, bebem e deixam a alegria extravasar ao máximo.

O espaço profano também se estende no comércio da cidade, que tem um pequeno aquecimento neste período, em decorrência dos visitantes que Vila Bela recebe, se estende também ao leilão realizado na festa, pois visa angariar recursos financeiros para as despesas da mesma.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através desse trabalho pode-se perceber que apesar do espaço profano estar próximo do espaço sagrado, esses espaços não se misturam, preservando assim cada um a sua característica.

Essas festas significam para a comunidade um momento de celebrar a sua religiosidade e, principalmente, a sua etnia, pois a maioria dos vilabelenses são descendentes de negros. É um momento onde toda a comunidade está voltada para as comemorações, a cidade toda fica em festa, recebendo muitos visitantes que ficam encantados com a beleza e a riqueza de detalhes que as festas possuem.

Este ciclo de festança em Vila Bela é de grande valor cultural e religioso, mas atualmente enfrenta grandes dificuldades para se manter, pois a comunidade jovem não se demonstra tão interessada em dar continuidade a esta tradição, gerando preocupação nos mais velhos.

A pesquisa oportunizou a observação das tradições culturais de Vila Bela, bem como a religiosidade que caracteriza a população e as relações desta religiosidade intimamente ligada à cultura negra local.

Na pesquisa realizada, verificou-se a importância desta cultura para a preservação da identidade cultural das pessoas negras, tão presente nas apresentações realizadas durante os festejos do glorioso São Benedito e do Divino Espírito Santo. Constatou-se que o espaço sagrado tem resistido às transformações espaciais ao longo de sua história, podendo confirmar que a etnia de um povo pode atravessar processos históricos em tempos diferentes e manter seus costumes. A população vilabelense procura manter essa tradição, mesmo com todos os obstáculos encontrados, mantém-se firme na realização dos festejos, realizando a festa anualmente como sempre fora organizada, afirmando a importância da Igreja para a comunidade.

Apesar das transformações ocorridas no espaço geográfico de Vila Bela, pode-se observar, principalmente no decorrer dos festejos, as manifestações de uma fé fervorosa de sua população dedicada aos dois santos por ela festejados.

Os festejos em Vila Bela



Missa às Três Pessoas da Santíssima Trindade

Foto: Sônia Romancini, 2005



Festeiros de São Benedito

Foto: Sônia Romancini, 2005



Dança do Congo

Foto: Sônia Romancini, 2005



Dança do Congo

Foto: Sônia Romancini, 2005



Dança do Chorado

Foto: Sônia Romancini, 2005

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BANDEIRA, Maria de Lurdes. **Território negro em espaço branco**. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- BOSSÉ, Mathias Le. As questões de identidade em geografia cultural - algumas concepções contemporâneas. In: CORRÊA, Roberto L.; ROSENDAHL, Zeny. (orgs.). **Paisagens, textos e identidade**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004. 179 p. p. 157-179.
- CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Tradução Klaus Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- FERREIRA, João Carlos Vicente. **Mato Grosso e seus municípios**. Cuiabá: Secretaria de Estado da Educação, 2001.
- FURASTÉ, Pedro Augusto. **Normas Técnicas para o Trabalho Científico**. 13. ed. Porto Alegre: [s.ed.], 2004.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2003.
- MAIA, Carlos Eduardo S. Ensaio interpretativo da dimensão espacial das festas populares. In: ROSENDAHL Zeny; CORRÊA, Roberto L. **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999, p. 191-218.
- MATOS, Maria Aparecida de. **O Congo: reminiscências africanas em Vila Bela da Santíssima Trindade**. Monografia. Curso de Especialização em Semiótica da Cultura. Cuiabá, 1996.
- OLIVEIRA, Flávia Ilíada Furtado Coelho de. **Desterritorialização e virtude da cultura de Vila Bela da Santíssima Trindade**. Monografia. Bacharelado em Comunicação Social. Cuiabá, 2004.
- ROSENDAHL Zeny; CORRÊA, Roberto L. **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. (Série Geografia Cultural)
- ROSENDAHL, Zeni. **Espaço e Religião: Uma Abordagem Geográfica**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002.

**O PAPEL DAS PLANTAS MEDICINAIS,
NO CONTEXTO DIÁRIO DE MORADORES
DO BAIRRO LIXEIRA EM CULABÁ - MT**

*Miramy Macedo
Isanete Geraldini Costa Bieski
Sirley Aparecida Rodrigues Leite*

*Miramy Macedo*¹

*Isanete Geraldini Costa Bieski*²

*Sirley Aparecida Rodrigues Leite*³

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho foi realizar levantamento etnobotânico, para assim identificar a importância do papel das plantas medicinais no contexto diário dos moradores no bairro Lixeira, região leste de Cuiabá, quanto as formas de identificar, preparar, usar, cultivar as plantas medicinais existentes nos quintais visitados além de preservar o conhecimento tradicional.

Realizou-se pesquisa com método qualitativo, aplicando questionário semi-estruturado, com autorização por escrito na ficha da entrevista para subsidiar na construção desse trabalho. Nos quintais das residências identificaram-se 59 espécies, pertencentes a 31 famílias, cultivadas e utilizadas como remédio (44,5%). As famílias botânicas mais citadas foram as Compositae (Asteraceae) com 11 (20%); Labiatae (Lamiaceae) com 12 (21%) e 3 (6%) espécies, Euphorbiaceae. Das outras 36 espécies, 23 espécies pertence as diferentes 1 (2%) famílias e 5 (4%) famílias com 2 espécies, cada.

Algumas destas espécies, na sua maioria herbáceas, possivelmente foram introduzidas por imigrantes, devido à sua facilidade de transporte de uma região para outra. As porcentagens de uso citadas foram de 52 (89%) folha, 4 (7%) fruto, 5 (9%) flor, 3 (6%) sementes, 2 (4%) raiz, 1 (2%) talo, 5 (9%) planta toda. O chá (infusão e decoção) é a forma de preparo mais expressiva utilizada pela população local com 63%; as outras formas também foram relatadas xarope, emplastro, compressas, banhos, tinturas e garrafada. Os usos medicinais das plantas pela população local que obtiveram maior importância foram os referidos para problemas mais simples e que fazem parte da atenção primária em saúde, por exemplo: gripe, verme, febre, resfriados, gastrite, úlcera, problemas do fígado e estômago, feridas, tonturas, inflamação do útero e ovário. A forma de preparo mais comum é do chá por infusão, sendo que as partes das plantas variam dependendo da indicação. Este trabalho proporcionou sabedoria, divulgação e motivação para os pesquisadores, pois a etnobotânica em plantas medicinais proporciona uma relação homem x natureza x saúde inexplicável.

Os resultados vieram confirmar que a sabedoria em plantas medicinais por parte da população faz parte da História/Cultura/Raiz, tanto no mundo como em

¹ *Geógrafa, Doutora em Botânica e Diretora da Faculdade de Ciências Biológicas da UNIC*

² *Farmacêutica Esp. em Plantas Mediciniais, Professora no Curso de Farmácia do UNIVAG e Supervisora do Programa FITOVIVA/Cuiabá/MT*

³ *Bióloga, Professora do ensino médio da SEDUC/MT*

Cuiabá. A planta medicinal de destaque observado pela importância e resultado de uso é a Flor-da-Amazônia, confirmando, então, a importância em investir em pesquisas para validar, publicar e disponibilizar medicamentos fitoterápicos que a população possa usufruir com qualidade, eficácia, proporcionando longevidade e qualidade de vida à população brasileira.

PLANTAS MEDICINAIS DA ANTIGUIDADE ATÉ OS DIAS DE HOJE

A humanidade utiliza plantas desde alguns séculos antes de Cristo, primeiro numa relação de consumidor de plantas, e mais tarde para a cura de suas enfermidades (MARODIN, 2001; NEVES, 2001). Iniciada antes da medicina moderna, a medicina tradicional é definida como sendo a soma de todos os conhecimentos teóricos e práticos, explicáveis ou não, utilizados para diagnóstico, prevenção e tratamentos físicos, mentais ou sociais, baseados exclusivamente na experiência e observação e transmitidos verbalmente ou por escrito de geração a outra OMS (1991). Essa medicina tradicional permanece até os dias de hoje, com base em práticas mantidas há milhares de anos (AKERELE, 1998), oferecendo contribuição para o desenvolvimento da ciência, a partir de conhecimentos e práticas de saúde de caráter empírico, influenciadas pelo contexto sócio-cultural, econômico e físico, no qual encontram-se inseridos (CAMARGO, 1976).

Cerca de 30% dos fármacos prescritos mundialmente vêm de plantas, 80% das prescrições em países em desenvolvimento são produtos naturais, 50% são sintéticos cujos protótipos têm origem nos princípios isolados de plantas medicinais e dos 252 fármacos considerados como essenciais 11% são exclusivamente de origem vegetal (WHO, 2003).

Nos últimos anos tem-se verificado um grande avanço científico envolvendo os estudos químicos e farmacológicos de plantas medicinais que visam obter novos compostos com propriedades terapêuticas. São relatadas em várias literaturas novas moléculas, algumas com ação farmacológica relevante que podem, futuramente, ser utilizadas como agentes medicinais (BIESKI, 2006).

Diversas pessoas, adeptas à medicação natural, acham que as doenças foram criadas com um intuito vingativo para punir ou avisar algum acontecimento, crendo que somente a bênção dessa força será capaz de afastar esses males. Através dessas idéias, surgiram vários outros grupos de consumidores de plantas medicinais, como os índios, que preparam seus remédios com plantas retiradas da floresta, pedindo permissão à “mãe natureza” e realizando rituais para purificação do corpo e da alma; da mesma forma como os benzedores, curandeiros e xamãs, com o conhecimento herdado dos magos e feiticeiros do passado (DI STASI, 1990).

Esta prática que repassada por geração em geração, traz de nossos antepassados informações, os quais retiravam da natureza, plantas que amenizam ou curavam

seus males. O uso popular de plantas medicinais é uma arte que acompanha o homem desde os primórdios da civilização humana (PHILLIPS e GENTRY, 1993).

O etnô-conhecimento e etnobotânico vem sendo ameaçada devido à influência direta do uso da medicina ocidental moderna, nas comunidades tradicionais. A população, de um modo geral, guarda um saber significativo a respeito de métodos alternativos para curas de doenças mais freqüentes (QUEIROZ, 1986). Isso ocorre principalmente por causa dos jovens, deixando para trás o conhecimento dos seus antecessores, que vêm nessa nova cultura, uma forma mais rápida e às vezes eficaz em se tratando de cura, e assim interrompendo o processo de transmissão do saber de geração a geração (AMOROZO, 1996).

Um total de 80 % das populações dos países em desenvolvimento utiliza práticas tradicionais nos seus cuidados básicos de saúde e 85% destes utilizam plantas ou preparações destas. Neste sentido, recomendam a difusão, em nível mundial, dos conhecimentos necessários ao uso racional das plantas medicinais e/ou medicamentos fitoterápicos (WHO, 2000).

Considerando o uso tradicional em plantas medicinais, no mundo, originando diversos programas no Brasil, Mato Grosso e especialmente no município de Cuiabá, por meio da Secretaria Municipal de Saúde um programa de Fitoterapia e Plantas Medicinais FITOVIVA, com ênfase do resgate de uma cultura milenar, com implantação de Farmácias Vivas nas unidades de Saúde de Cuiabá, com incentivo e valorização dos quintais, como aumento da auto-estima, terapia ocupacional, prevenção de doenças e tratamentos de doenças comuns (CUIABÁ, 2006).

Historicamente, as plantas sempre foram objetos de estudos de uma área denominada farmacognosia, termo idealizado por Seydler, em 1815, para designar um dos ramos da farmacologia que se ocuparia dos estudos voltados para examinar e caracterizar as drogas ou bases medicamentosas de origens naturais, utilizadas como matéria-prima para a preparação de medicamentos. Dentro dessa área da farmacologia estavam incluídos todos os aspectos referentes aos estudos das plantas medicinais, cada qual localizado em suas inúmeras subdivisões. Assim, um ramo da farmacognosia, denominado farmacoergasia, se ocupava do cultivo e das técnicas de coletas vegetais, hoje área de atuação dos agrônomos e botânicos. Na farmacoquímica localizavam-se os estudos de investigação e determinação da composição química das drogas ou bases medicamentosas, atualmente denominadas fitoquímica e desenvolvida pelos químicos (RIBEIRO, 1996).

Com o desenvolvimento das ciências naturais e, posteriormente, da antropologia, o estudo do uso e conhecimento de plantas por grupos humanos de diferentes culturas continuou, de certa forma, a ser abordado a partir de uma visão compartimentada. De um lado, os botânicos conduziam a pesquisa, uma linha secundária, a seus interesses principais, voltados para a flora propriamente dita de uma região.

O termo etnobotânica foi empregado pela primeira vez em 1895 por Harsberger, que, embora não o tenha definido, apontou maneiras pelas quais ele poderia servir à investigação científica (SCHULTES, 1962). Parafraseando a definição de Posey (1986), para etnobiologia, pode-se definir a etnobotânica como disciplina que se ocupa do estudo do conhecimento e das conceituações desenvolvidas por qualquer sociedade a respeito do mundo vegetal.

A abordagem ao estudo de plantas medicinais e de seu emprego por sociedades autóctones, de tradição oral, pode dar-nos muitas informações úteis para a elaboração de estudos farmacológicos, fitoquímicos e agrônômicos sobre estas plantas, com uma grande economia de tempo e dinheiro. Ela nos permite planejar a pesquisa a partir de um conhecimento empírico já existente, e muitas vezes consagrado pelo uso contínuo, que deverá então ser testado em bases científicas.

O nome do bairro Lixeira foi decorrente na época por possuir inúmeros vegetais no local, com muitos morros, Cerrado, conta o Sr. B, filho do F. H. S. uns dos primeiros moradores do bairro, o local tinha também muitas árvores como: caju, marmelada, bocaiúva, pequi e muitos outros. Informam que os moradores usavam as folhas da lixeira para lavar suas vasilhas, as folhas da lixeira são tão grossas que parecem uma lixa.

Alguns valores e características específicas que as comunidades possuem são adotados pelas comunidades tradicionais, laços familiares e comunicação entre gerações, inclusive com ligação aos ancestrais, preocupação pelo bem-estar das gerações futuras e contenção da exploração de recursos e respeito à natureza (GUARIM, 2000).

MATÉRIAS E MÉTODOS

Este trabalho foi realizado através de uma abordagem qualitativa onde as coletas de dados e fotos dos quintais foram iniciadas em maio de 2006, observou-se a existência de muitos quintais com até 23 espécies diferentes de plantas com interesse medicinal, utilizadas pelos moradores para aliviar alguns de seus males. Foram feitos alguns contatos com os moradores, para obter informações sobre as pessoas que detêm maiores conhecimentos sobre as plantas tidas como medicinais. Foram indicados moradores que além de possuírem quintais em suas residências sabiam do uso e preparo de plantas usadas na medicina caseira. Os entrevistados possuíam faixa etária entre 35 e 65 anos de idade. Após serem contactados, demonstraram grande interesse em ajudar no estudo proposto. Foram realizadas junto com cada colaborador, excursões para identificação e coleta dos espécimes botânicos (DE PAULA *et al.*, 2001).

As espécies medicinais nos quintais foram fotografadas no intuito de ilustrar o habitat e identificar corretamente. Durante o período de coleta das amostras, foi mantido um caderno de campo para anotações tais como: data, nome do entrevistador, localização, família, espécie, nome vulgar dado na região, nome do informante, uso medicinal na região, preparo utilizado e outras.

RESULTADOS

Conforme a Tabela.1, observa-se que nos quintais das residências identificaram-se 59 espécies, pertencentes a 31 famílias, cultivadas e utilizadas como remédio (44,5%). As famílias botânicas mais citadas foram as Compositae (Asteraceae) com 11 (20%); Labiatae (Lamiaceae) com 12 (21%) e 3 (6%) espécies, Euphorbiaceae. Das outras 36 espécies, 23 espécies pertencem às diferentes famílias: 1 (2%) e 5 (4%) famílias com 2 espécies, cada. Algumas destas espécies, na sua maioria herbáceas, possivelmente foram introduzidas por imigrantes, devido à sua facilidade de transporte de uma região para outra. O percentual de uso foi 52 (89%) de folha, 4 (7%) fruto, 5 (9%) flor, 3 (6%) sementes, 2 (4%) raiz, 1 (2%) talo, 5 (9%) planta toda. O chá (infusão e decoção) foi a forma de preparo mais expressiva e utilizada pela população local com 63%; entre as outras formas também foram relatadas xarope, emplastro, compressas, banhos, tinturas e garrafada. O uso medicinal das plantas pela população local que obteve maior importância foi o referido para problemas mais simples e que fazem parte da atenção primária em saúde como, por exemplo: gripe, verme, febre, resfriados, gastrite, úlcera, problemas do fígado e estômago, feridas, tonturas, inflamação do útero e ovário. A forma de preparo mais comum é do chá por infusão, sendo que as partes da plantas variam dependendo da indicação.

As partes das plantas utilizadas são: folhas, raiz, flor, talo, casca, sementes e frutos sendo as folhas em maior destaque. As formas de preparo das plantas medicinais são chá (infusão e decoção), maceração, compressa, xarope, tintura, emplastro, banho, pó (cápsula). Vale lembrar que existem muitas confusões quanto à forma correta de preparo do chá, pois a maioria dos entrevistados não prepara corretamente o chá, perdendo assim grande parte do princípio ativo existente na planta preparada.

As 23 casas visitadas no bairro Lixeira serviram como experiência e motivação para concluir este trabalho, pois há grande interesse da população em preservar a cultura que marcou e deixou história, conforme podemos observar com algumas falas registradas.

"Aprendi usar plantas medicinais com meus avós" J. B. S..

"Minha mãe só tratava nós com ervas medicinais" F. P. A..

"Sempre tive plantas medicinais no meu quintal, para servir meus netos e vizinhos" M. S.

"Ó maravilha de trabalho, minha fia, entra pra cá, vamo conversar, tenho muitas plantas, tem umas ai que não sei pra que serve".

Seca as folhas e faz um pó, coma o pó três vezes ao dia, em jejum e antes do almoço e antes do jantar.

Dosagem: (01) uma colher de café 3x ao dia. Flor-do-Amazonas e a Sra. M.C.B.S.

O período da pesquisa foi de 11 dias, em outubro de 2006, em 23 casas, com duração média em cada casa de 3 horas, para coleta de dados, anotações e fotos. Abordaram-se os seguintes dados com o entrevistado: quais plantas existiam nos quintais; conhecimento sobre sua preparação; e informações sobre o uso e indicação das plantas citadas. A pesquisa resultou em 59 tipos de diferentes espécies que puderam ser classificados com nomes das famílias, gêneros e espécies, totalizando 31 famílias botânicas, as plantas estavam plantadas nos quintais e floreiras para enfeitar a parte interna e externa das casas. Vale ressaltar a existência de até 23 diferentes espécies de plantas em uma mesma casa (cuja entrevistada com de 50 anos) outra com 19 espécies diferentes (entrevistado de 55 anos) de interesse medicinal e utilizadas pelos moradores para aliviar alguns de seus males.

As visitas foram realizadas durante 11 dias e tendo que irmos a uma mesma casa mais de 2 vezes, as pessoas convidavam até para almoçar. Percebe-se que existe grande carência das pessoas em socializar o conhecimento.

Uma das entrevistadas relatou que certo parente, estava fazendo tratamento para desintoxicação química (droga) e, nesse período de tratamento, o paciente começou a não ter mais ânimo na vida; não tomava mais banho, fazia as necessidades higiênicas nas calças, nem se alimentava mais, passava quase o período do dia dormindo e quando chegava à noite saía pela rua (COELHO, 2003).

A mãe do menino (paciente) ficou sabendo do uso da planta flor do Amazonas, que essa planta é boa para quem faz tratamento de desintoxicação química. Logo após cinco dias de uso dessa planta obteve bons resultados, o menino começou a ter sua vida normal ficou curado da desintoxicação e hoje ele está curado das drogas.

TABELA. 1: Relação das espécies e respectivas utilidades medicinais usadas pelos moradores do bairro Lixeira, Cuiabá – MT. (MATOS E LORENZI, 2004; BIESKI, 2006)

Itens	Família	Nome científico	Nome popular	Uso medicinal	Parte utilizada	Preparo
1	Amaranthaceae	<i>Artenalthera dentata</i> Moech.	Terramicina	Febre, gripe, inflamação em geral.	Folha	Chá
2	Compositae Asteraceae/	<i>Bidens pilosa</i> L	Picão	Hepatite	Toda planta	Chá
3	Compositae Asteraceae/	<i>Artemisia absinthium</i> L	Losna	Dor no estomago, vermfúgo, enjôo.	Folha	Chá
4	Compositae Asteraceae/	<i>Tanacetum parthenium</i> L. Sch. Bip.	Camomila, margaridinha, macela-da-serra	Cólica infantil, insônia, calmante, diarreia.	Folha, flor.	Chá
5	Compositae Asteraceae/	<i>Solidago chilensis</i> Meyen	Arnica	Torcicolo	Folha	Compressas com as folhas
6	Compositae Asteraceae/	<i>Mikanea glomerata</i> Spring.	Guaco	Gripe	Toda planta.	Chá
7	Compositae Asteraceae/	<i>Zexmenia apensis</i> (Chodat) Hassl.	Flor do Amazonas, girasol	Enjôo, dor de cabeça, dor de estomago, má digestão, emagrecer.	Folha, flor.	Macerado, chá.
8	Compositae Asteraceae/	<i>Vermonia polyanthes</i> L.	Assa-peixe	Infeção urinária, dor na bexiga.	Folha, talo.	Chá
9	Compositae Asteraceae/	<i>Boccharis genistellóides</i> P.	Carqueja	Dor no estomago.	Folha	Chá
10	Compositae Asteraceae/	<i>Artemisia vulgaris</i> Lin.	Artemisia	Mal de Parkinson, cólica menstrual, dor no estomago.	Folha	Chá
11	Compositae Asteraceae/	<i>Vermonia condensata</i> B.	Estomalina	Má digestão, azia, enjôo.	Folha	Chá
12	Compositae Asteraceae/	<i>Vermonia condensata</i> Baker	Caferana, alumã, boldo-baiano	Malária, hepatite, doença hepática	Folha	Chá
13	Acanthaceae	<i>Justicia pectoralis</i> Var.	Anador	Gripe, dor em geral.	Folha	chá
14	Alimataceae	<i>Echinodorus macrophyllus</i> Micheli.	Chapéu-de-couro	Limpar o canal da urina	Folha	chá
15	Bignoniaceae	<i>Arrabidaea chica</i>	Crajinú	Câncer do colo de útero, bursite.	Folha seca	chá
16	Bignoniaceae	<i>Jacaranda semiserrata</i> C.	Carobinha	Depurativo do sangue.	Casca do tronco.	Chá
17	Crassulaceae	<i>Kalanchoe brasiliensis</i>	Fortuna, Saião	Dor no ouvido e fígado. Torcicolo, pneumonia, pleurite, úlcera, bronquite.	Folha	Chá, chá triturado com mel
18	Celastraceae	<i>Maytenus ilicifolia</i> Reissek.	cancerosa	Problema no estomago, câncer.	Folha	Compressas macerado. Gota
19	Cruciferaeae	<i>Brassica olerácea</i> L.	Couve	Inflamação do útero.	Folha	Suco

20	Caprifoliaceae	<i>Sambucus nigra</i> L.	Sabugueiro	Sarampo, catapora.	Folha	Banho, chá.
21	Caesalpiniaceae	<i>Senna occidentalis</i> (L.) Link	Fedegoso	Dor no estomago, azia, fígado, vermicífugo.	Folha	Chá, macerado.
22	Chenopodiaceae	<i>Chenopodium ambrosioides</i> L.	Erva-de-sta-maria	Machucadura, dor na costela, verme, quebradura	Toda planta	Emplasto, infusão com leite.
23	Euphorbiaceae	<i>Phyllanthus niruri</i> L.	Quebra-pedra	Pedra no rim, pedra na vesícula	Toda planta.	Chá
24	Euphorbiaceae	<i>Jatropha curcas</i> L.	Pinhão roxo	Antiinflamatório em geral, cicatrizante.	Folha	Banho.
25	Euphorbiaceae	<i>Euphorbia tirucalli</i> , insulana	Leiterinha/ Aveloz	Câncer, dor de estomago.	Folha	Triturado com leite sumo água.
26	Equisetaceae	<i>Equisetum arvensis</i> L.	Cavalinha	Problema renal.	Folha	Chá
27	Labiatae (Lamiaceae)	<i>Mentha pulegium</i> L.	Poejo	Gripe, febre, cólica infantil.	Toda planta.	Chá, xarope.
28	Labiatae (Lamiaceae)	<i>Melissa officinalis</i> Lin.	Erva-cidreira/Melissa	Insônia, calmanete, tosse, dor no estomago, gripe.	Folha	chá
29	Labiatae (Lamiaceae)	<i>Mentha arvensis</i> L.	Vick	Gripe, virose, expectorante, tosse.	Folha	Chá
30	Labiatae (Lamiaceae)	<i>Mentha piperata</i> , L.	Hortelã	Gripe, resfriado.	Folha	Chá, mascar.
31	Labiatae (Lamiaceae)	<i>Ocimum basilicum</i> L.	Favão, Alfavaca	Tosse, prisão de ventre	Folha e semente flores.	Chá, xarope
32	Labiatae (Lamiaceae)	<i>Origanum manjerona</i> L.	Manjeriço	Tempero, calmante	Folha	Salada
33	Labiatae (Lamiaceae)	<i>Plectranthus barbatus</i> Andr.	Boldo-Nacional	Dor no estomago, fígado, má digestão, azia, enjôo, vesícula	Folha	Macerado
34	Labiatae (Lamiaceae)	<i>Hyptis suaveolens</i> Poir.	Tapera-velha	Inflamação no ovário, dor no estomago.	Folha	Chá
35	Labiatae (Lamiaceae)	<i>Plectranthus amboinicus</i> (Lour) Spreng.	Hortelã graúda	Tempero, vermicífugo, náuseas, pedra na vesícula, gases estomacal	Folha	Chá, tempero.
36	Labiatae (Lamiaceae)	<i>Rosmarinus officinalis</i> L.	Alecrim	Dor na bexiga rim, pressão alta, tosse, bronquite, asma, gripe, culinária.	Folha	Chá, macerado, tempero.
37	Labiatae (Lamiaceae)	<i>Mentha</i> spp	Levante negro	Problemas no rim	Folha	Macerada
38	Labiatae (Lamiaceae)	<i>Plectranthus ornatum</i>	Boldo miúdo	Emagrecer, insônia.	Folha	Macerado
39	Laureraceae	<i>Cinnamomum zeylanicum</i> , Brun.	Canela	Gripe, culinária.	Folha	Chá
40	Liliaceae	<i>Aloe Vera</i> Lam.	Babosa	Câncer, dor no ovário, diabete, queda de cabelo, queimadura, antibiótico, reumatismo, hemorróidas.	Folha	Local pequeno cápsula

41	Malvaceae	<i>Althaea officinalis</i> L.	Malva-branca	Pedra na vesícula, furúnculo, infecção nos olhos.	Folha, raiz.	Chá, banho.
42	Malvaceae	<i>Gossypium herbacium</i> L.	Algodão	Bronquite, inflamação, pós-parto, corrimento.	Folha, sementes.	Chá, banho
43	Myrtaceae	<i>Eugenia uniflora</i>	Pitanga	Problema renal, colesterol, diabetes, tosse, dor no útero, emagrecer.	Folha, fruto.	Chá, suco, gargarejo.
44	Moraceae	<i>Morus nigra</i> L.	Amoreira	Hormônio feminino	Folha	Chá
45	Oxalidaceae	<i>Averrhoa bilimbi</i>	Limão Japonês	Pressão alta.	Fruto	Suco
46	Poaceae	<i>Cymbopogon citratus</i> (DC Stopf)	Capim cidreira	Calmanite, pressão alta, insônia, tontura.	Folha	Chá
47	Polipodiaceae	<i>Adiantum risophorum</i> L.	Avenca	Inflamação na garganta, expectorante.	Folha, sementes.	Chá, xarope
48	Phytolaccaceae	<i>Petiveria alliacea</i> L.	Guiné	Reumatismo, dores musculares	Folha	Banho, raiz no álcool.
49	Polygonaceae	<i>Polygonum acre</i>	Erva-de-bicho	Gripe, dengue, tosse, hemorróidas, sarna	Folha	Chá, banho
50	Punicaceae	<i>Punica granatum</i> L.	Romã	Diarréia, cólica intestinal, garganta inflamada	Folha, fruto	Chá, gargarejo.
51	Piperaceae	<i>Piper callosum</i>	Elixir-paregórico	Problemas estomacais, fígado, azia	Folha	chá
52	Plantaginaceae	<i>Plantago major</i> L.	Tanchagem	Febre, inflamação na garganta no ouvido, próstata, tumores malignos	Folha	Chá
53	Rutaceae	<i>Citocarpus microphyllus</i> Staph.	Jaborandi	Queda de cabelo, febre, mal estar, paralisia, constipação.	Folha	Chá, banhos.
54	Rutaceae	<i>Ruta graveolens</i> L.	Arruda	Conjuntivite, hemorróidas, Ptolho	Folha	Infusão externa
55	Solanaceae	<i>Solanum paniculatum</i> L.	Jurubeba	Problemas no fígado e no estomago.	Folha, flores, fruto.	Chá, salada.
56	Solanaceae	<i>Atropa belladonna</i> , L.	Beladona	Machucadura, analgésico.	Folha	Compressa
57	Verbenaceae	<i>Etachytarpheta australis</i> , L.	Gervão	Tosse, doenças no rim, diurético.	Folha	Chá
58	Zingiberaceae	<i>Alpinia zerumbet</i> B. L.	Colônia	Insônia, pressão alta, coração.	Folha, Flor.	Chá
59	Zingiberaceae	<i>Zingiber officinalis</i> R.	Gengibre	Ronquidão tosse, garganta inflamada.	Raiz	Mascar

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O modelo Flexneriano e a reforma sanitária que constituiu o Sistema Único de Saúde favoreceram a ocorrência de confronto entre modos de pensar e agir tradicionais que são reflexos da cultura hoje existente nas questões ligadas à saúde e à doença tornando assim o bairro Lixeira bem diferente de anos atrás.

Um dos fatores que influencia o conhecimento e uso de plantas medicinais é a disponibilidade de espécies a serem utilizadas. A maior diversidade de espécies existentes nos quintais é proveniente de outros países mais desenvolvidos, trazidos por imigrantes que, ao serem adaptadas fazem parte do cotidiano e da riqueza de ambientes florístico aclimatado, introduzidas na época da conquista européia, para fins alimentares e ornamentais, e seu uso acabou sendo estendido à cura de enfermidades.

Apesar de existir em Mato Grosso os três importantes biomas - Floresta, Cerrado e Pantanal - com espécies medicinais de grandes potencialidades, há muito a ser pesquisado e estudado, para ser utilizado de maneira segura e eficaz (SOUSA, 1974).

O presente trabalho confirmou o importante papel das plantas medicinais no contexto diário de moradores do bairro Lixeira em Cuiabá - MT, mostrando que estas comunidades tradicionais possuidoras de grande conhecimento do ambiente e de suas relações.

A única espécie conhecida como Flor-da-Amazônia que é utilizada contra vícios de álcool, cigarro e outros, inclusive já citada em outras comunidades não pôde ser identificada cientificamente devido à ausência de estudos. Recomendamos, devido a grande importância em vários relatos de usos tradicionais, que seja comprovada cientificamente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMOROZO, M. C. M. **A abordagem etnobotânica na pesquisa de plantas medicinais**. Um guia de estudo interdisciplinar. Editora UNESP. São Paulo, 1996.

AKERELE, O. **Medicinal plants and primary health care: an agend for action**. Fitoterapia. Milano v.59, n.5, p.355-363. 1988.

BIESKI, I. G. C.; SANTOS, J. B. **Plantas Medicinais e Aromáticas no Sistema Único de Saúde da Região Sul de CUIABÁ-MT**. In: VI Congresso Nacional das Nações Unidas, 2005, BELO HORIZONTE, 2005.

COELHO, et al. **Diversos olhares em etnobiologia, etnoecologia e plantas medicinais**. Cuiabá: Unicen, 2003.

CAMARGO, M. T. L. **A medicina popular**. Rio de Janeiro: Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, 46p. 1976.

CUIABÁ, **Fitoterapia e Plantas Medicinais "Fitoviva" no SUS** In: XXI Congresso Nacional dos Secretários de Saúde, CUIABÁ-MT, 2005.

DE PAULA et al., 2001 (1) **Estudo Preliminar Etnobotânico na Comunidade Sertaneja da Região Arqueológica de Central - BA**, RESUMOS, 52º Congresso Nacional de Botânica e XXIV Reunião Nordestina de Botânica, sessão II, n.0391, p. 94, João Pessoa, Paraíba.

DI STASI DI STASI, L. C. **Plantas medicinais: arte e ciência**. Um guia de estudo interdisciplinar. Editora UNESP, São Paulo, 1996.

GUARIM, V. L. **Sustentabilidade Ambiental em Comunidades Ribeirinhas Tradicionais**. In: III Simpósio sobre Recursos Naturais e Sócio-econômicos do Pantanal Os Desafios do Novo Milênio de 27 a 30 de Novembro de 2000 - Corumbá-MS.

LORENZI, H.; MATOS, J. F. A. **Plantas medicinais no Brasil: nativas e exóticas**. Nova Odessa: Instituto Plantarum, 2002.

MARODIN, S. M. e Baptista, L. R. M. **Plantas utilizadas como medicinais no município de Dom Pedro de Alcântara, Rio Grande do Sul, Brasil**. 1. Origem e aspectos ecológicos. Iheringia, Série Botânica, Porto Alegre, n. 56, p. 131-146, 2001.

MING, L. C. **Plantas medicinais utilizadas pelos seringueiros na Reserva Extrativista "Chico Mendes"**, Acre, Brasil. 1995. 180 p. Tese (Doutorado em Botânica) Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista, Botucatu, 1995.

NEVES, M. C. M. **Plantas medicinais: diagnóstico e gestão**. Brasília. Editora Ibama, 2001 (Série Meio Ambiente em Debate nº 35). 52p., 2001.

POSEY, D. A. Exploração da biodiversidade e do conhecimento indígena na América Latina: desafios à soberania e à velha ordem. In: CAVALCANTI, C. (Org). **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco. 1997. p.345 - 368.

QUEIROZ, M.S. O paradigma mecanista da medicina ocidental moderna: uma perspectiva antropológica. **Revista de Saúde Pública**, v.20, nº 4, p.309-17, 1986.

RIBEIRO, L.M.P. **Aspectos etnobotânicos numa área rural - São João da Cristina - MG**. Tese de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro - Museu Nacional. Rio de Janeiro, 1996.

SCHULTES, Richard Evans. 1986. "El desarrollo histórico de la identificación de las Malpigiáceas empleadas como alucinógenos". **América Indígena**, vol. XLVI (1). p. 9-47

WHO. **Traditional medicine and modern health care-Progress report by Director-General**. Forty fourth world health assembly. 22 March, 1991.

**REORGANIZAÇÃO DA ESTRUTURA
FUNDIÁRIA NO PANTANAL
MATO-GROSSENSE: OS ASSENTAMENTOS
DA REFORMA AGRÁRIA CORIXINHA,
KATIRA, ÁGUA BOA E BOM SUCESSO
EM CÁCERES-MT**

*Onélio Carmem Rossetto
Mileny Batista de Souza*

REORGANIZAÇÃO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA NO PANTANAL MATO-GROSSENSE: OS ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA CORIXINHA, KATIRA, ÁGUA BOA E BOM SUCESSO EM CÁCERES-MT

*Onélia Carmem Rossetto*²

*Mileny Batista de Souza*³

RESUMO

As áreas rurais do Pantanal Mato-grossense caracterizaram-se durante longo tempo pela presença das grandes fazendas oriundas das sesmarias, sistema caracterizado pelas doações de terras destinadas à lavoura e à pecuária, vigente no país a partir de 1532 e em Mato Grosso a partir de 1727. Atualmente, com a Política Nacional de Reforma Agrária, a região pantaneira tem passado por uma nova organização territorial através da criação de assentamentos rurais. Diante do contexto apresentado, este artigo busca caracterizar os assentamentos resultantes do processo de reforma agrária no Pantanal de Cáceres-MT com base em estudos de caso realizados nos assentamentos Corixinha, Katira, Bom Sucesso e Água Boa, localizados na faixa da fronteira Brasil-Bolívia. A metodologia empregada consistiu na pesquisa de dados secundários e documentais e coleta de dados primários em campo. O Pantanal de Cáceres, integra o contexto mundial de áreas úmidas de extrema importância para manutenção de diversas formas de vida, além de abrigar múltiplos saberes relacionados a diferentes povos. Nesse contexto, as características atuais do Pantanal resultam das ações da comunidade local e dos programas/políticas públicas que influenciam as transformações contemporâneas nos municípios pantaneiros.

Palavra-chave: Pantanal; Estrutura Fundiária; Assentamentos Rurais; Fazendas Pantaneiras

INTRODUÇÃO

No território brasileiro, o Programa Nacional de Reforma Agrária é um conjunto de políticas públicas que beneficiam milhares de famílias rurais. Seu objetivo é promover a democratização ao acesso da terra, por meio de obtenção e destinação de terras aos trabalhadores rurais gerando trabalho, renda e melhores condições de vida.

¹ Artigo resultante das pesquisas desenvolvidas no âmbito do Projeto *Gente Pantaneira: Transformações no Modo de Vida e Sustentabilidade Ambiental* - Grupo de Pesquisas em Geografia Agrária, Conservação da Biodiversidade e Pantanal (GECA-UFMT).

² Professora Doutora do Departamento de Geografia - UFMT; Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso.

³ Acadêmica do Curso de Bacharelado em Geografia - UFMT - Bolsista Programa de Iniciação Científica - PIBIC.

Com base no Programa Nacional de Reforma Agrária, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA em parceria com órgãos públicos, estaduais e municipais e sociedade civil organizada elaborou o Segundo Plano Regional de Reforma Agrária de Mato Grosso - II PRRA-MT.

Os principais objetivos do II PRRA-MT/2005 consistem em indicar ações, procedimentos, instruções e instrumentos adequados à execução da reforma agrária no Estado por meio da desapropriação por interesse social de imóveis improdutivos, retomada de terras públicas ocupadas irregularmente, dessa forma, visa democratizar o acesso a terra, gerar emprego e renda e promover a igualdade de gênero e etnias.

Inserido nesse contexto, os municípios do Pantanal Mato-Grossense, antes caracterizados pela presença de grandes fazendas onde se praticava a pecuária extensiva, passam a ser alvo das políticas de reforma agrária que conduzem a uma significativa reorganização da estrutura fundiária. No bojo dessas transformações, ressalta-se o processo de modernização que envolve mudanças substanciais no modo de vida, nas relações de trabalho e no sistema de acesso e posse da terra.

Tais alterações manifestam-se concretamente no espaço geográfico com a progressiva criação de assentamentos rurais nos municípios pantaneiros, entre eles no município de Cáceres-MT localizado na porção sudoeste do Estado (16° 04' 14" de lat. Sul e a 57° 40' 44" de long. Oeste) no ponto de confluência entre o rio Paraguai e as rodovias BR-070, BR-174 e BR-364, mesorregião do sudoeste mato-grossense, microrregião do Alto Pantanal, na fronteira do Brasil com a Bolívia (MATO GROSSO, 2005).

Atualmente em Cáceres concentra-se dezoito assentamentos da reforma agrária com destaque para os Assentamentos Corixinha, Katira, Bom Sucesso e Água Boa localizados na faixa de fronteira Brasil-Bolívia, área de estudo do presente trabalho. Os referidos assentamentos constituem uma amostra significativa do reordenamento da estrutura fundiária que vêm ocorrendo no Pantanal Mato-Grossense.

Diante do contexto apresentado, este artigo busca caracterizar os assentamentos resultantes do processo de reforma agrária no Pantanal de Cáceres-MT com base em estudos de caso realizados nos Assentamentos Corixinha, Katira, Bom Sucesso e Água Boa, fronteira Brasil-Bolívia. A metodologia empregada consistiu na pesquisa de dados secundários e documentais e coleta de dados primários em campo

Na primeira seção, apresenta breve histórico da estrutura fundiária no Pantanal de Cáceres desde o período das Sesmarias. Na seqüência, caracteriza as transformações contemporâneas nos municípios pantaneiros destacando os Assentamentos da Reforma Agrária como resultado do processo de modernização da estrutura fundiária do Pantanal.

A ESTRUTURA FUNDIÁRIA NO PANTANAL DE CÁCERES: BREVE RETROSPECTIVA HISTÓRICA

O município de Cáceres constitui-se em um marco na consolidação das fronteiras coloniais da porção oeste do Brasil. O Rio Paraguai e seu afluente o Rio Jauru foram pontos demarcadores para o Tratado de Madri, em 1750, que buscava delimitar os territórios portugueses e espanhóis na América (SOUZA JÚNIOR, 1954).

Inicialmente as terras eram divididas em Sesmarias, distribuídas por seis delegados municipais denominados sesmeiros e a taxa referente ao seu uso, a sesma, consistia na sexta parte do produto retirado da terra. Recebiam as sesmarias pessoas que comprovassem terem condições de nelas trabalhar, ou seja, cidadãos com posses e escravos.

Nesse contexto surgem as grandes fazendas pantaneiras entre Cuiabá e Vila Maria (Cáceres), avançando pela bacia do Rio Paraguai, em direção à fronteira com a Bolívia. Nas palavras de Corrêa Filho (1955),

[...] generalizava-se como unidade territorial nessas paragens, a sesmaria de uma légua de frente por três de fundo, equivalente a 13.068 hectares. Raramente, porém, cada proprietário rural contentar-se-ia com uma única indicativa de comedidas aspirações. Adquirida mediante concessão do governador, a primeira sesmaria que servisse de núcleo, em torno dela seriam requeridas as terras contíguas, até que perfizessem conjunto grandioso... (op. cit., p. 20).

Os proprietários raramente possuíam os títulos das sesmarias, entretanto suas divisas eram respeitadas pelos vizinhos longínquos. O sistema de Sesmaria e a posse gratuita de terras foram alterados pela Lei de Terras em 1850 (Lei n.º 601) que buscava organizar a estrutura fundiária brasileira. Para os grandes proprietários pantaneiros, a referida lei reconheceu o direito "...daqueles que exibissem escritos particulares de compra e venda ou provassem posse mansa e pacífica decorrente da ocupação primária" (CORRÊA FILHO, 1955, p. 22).

As grandes fazendas pantaneiras, principalmente aquelas localizadas nas feições geomorfológicas mais altas, aliaram a produção agrícola e a pecuária. Arruda (1938), ao descrever as propriedades da região de Cáceres, menciona que "... é feita a lavoura de cereaes em grande escala, não só para os seus consumos, como também para a venda [...] havendo também nelles criação de gado cavallar e vaccum" (op. cit., p. 179).

As formas de acesso à terra contribuíram para que as paisagens do sudoeste

mato-grossense fossem marcadas pela presença das grandes propriedades. Rossetto e Brasil Júnior (2002) descrevem aspectos da ocupação das paisagens pantaneiras de Cáceres tecendo uma analogia a elementos da cultura material: o berrante e a enxada, pois o extrativismo vegetal, a agricultura e a pecuária foram as principais atividades econômicas que impulsionaram as transformações na paisagem natural.

O principal produto extrativista vegetal retirado das áreas rurais do pantanal foram as raízes da ipecacuanha, ipeca ou poaia (*Cephaeles Ipecacuanha*) espécie nativa do Alto Paraguai, encontrada na zona dos rios pantaneiros denominados Bugres, Jauru, Sepotuba, Cabaçal e Paraguai (BORGES, 1991).

Sua exploração data do século XVIII, ocorrendo grande impulso no século XIX mediante exportações para a Europa. No Estado de Mato Grosso, as matas de poaia localizavam-se nos municípios de Barra do Bugres, Cuiabá, Vila Bela e Cáceres que, segundo Siqueira (1990) começaram, no século XIX e primeira metade do século XX, um intenso movimento agrícola e comercial devido à sua extração e comercialização.

O uso industrial das raízes da poaia, ricas em uma substância denominada emetina, destinava-se à produção de medicamentos utilizados no tratamento de disenterias, bronquites e coqueluche. A poaia serve de alimento aos pássaros que, ao defecarem as sementes, contribuem para sua proliferação.

Durante a primeira metade do século XIX, período tido como de estagnação econômica em Mato Grosso, sua exploração foi muito significativa. Após a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai (1870), com a abertura da navegação pelo rio homônimo, a situação se manteve, reduzindo-se a colheita ao distrito de Vila Maria, atual São Luís de Cáceres.

As áreas onde existiam matas de poaia eram imensos latifúndios, arrendadas por empresas de capital nacional e/ou internacional, onde era exercida apenas a referida atividade extrativista.

Os poaieiros eram contratados como trabalhadores temporários, suas remunerações correspondiam à quantidade de sacas de poaia extraída. Os instrumentos utilizados para o trabalho eram o “facão” para abrir o caminho no interior da mata, o “saraquá”, ferramenta pontiaguda utilizada para retirar as raízes do solo e uma mochila de couro ou lona denominada “sapiquá”, para armazenar as raízes.

A permanência nas matas durava até seis meses, nesses locais os poaieiros construía seus ranchos com camas e jiraus a certa altura do chão para protegerem-se das águas e da umidade. A poaia era extraída principalmente na época das chuvas ou da vazante,

agora no mês de abril, tinha a planta frutos quasi maduros. A colheita da raiz é feita pelos índios e pelos negros escravos dos

fazendeiros da vizinhança, durante o ano todo, porém especialmente logo depois do tempo das chuvas, porque do solo úmido mais facilmente se arrancam essas raízes. Os índios pouco se preocupam com o replantio do arbusto, e na sua tradicional imprevidência arrancam fora, sem discernimento todas as raízes de que se apoderam pelo que em breve vai haver falta dessa apreciada raiz medicinal, si não cuidarem de fazer viveiros com suas sementes (CORRÊA FILHO, 1945, p. 84-5).

Os impactos ambientais dessa atividade extrativa sem medidas mitigadoras como o reflorestamento resultaram na extinção da poaia dos locais mais explorados. O governo do Estado de Mato Grosso, com o objetivo de incentivar seu replantio, criou uma lei, promulgada em 1918, com medidas que incentivavam o seu cultivo, instituindo um prêmio para pessoas ou empresas que a cultivassem sistematicamente nas terras de mata banhadas pelo Rio Paraguai, seus afluentes ou sub-afluentes.

Os requisitos para concorrer ao referido prêmio seriam o cultivo em áreas maiores de quatro e menores que dez hectares; cada hectare deveria conter no mínimo 100.000 pés de poaia. Segundo Borges (1991) não se soube se alguém tivesse recebido o prêmio. Atualmente a poaia encontra-se praticamente extinta da paisagem natural pantaneira.

Os rebanhos bovinos foram trazidos para o Estado de Mato Grosso em 1737 (BORGES, 1991; SIQUEIRA, 1997). O bovino pantaneiro é oriundo da Península Ibérica, local com condições climáticas bastante diferentes das áreas tropicais dos pantanais. As raças foram adaptando-se às condições ecológicas da região, passando por mudanças comportamentais e físicas de uma geração para outra.

Segundo Mazza et al. (1994), através do processo de adaptação evolutiva e da ação da seleção natural, os bovinos de origem ibérica originaram um tipo local, característico da baixada paraguaia, regionalmente conhecido como gado pantaneiro, gado cuiabano, ou mais recentemente, “tucura”.

Durante o período colonial não se observa grandes avanços na pecuária. Corrêa Filho (1946) afirmava que o gado de Mato Grosso abastecia o consumo local e não compensava escoar o excesso de produção devido aos altos custos das comitivas que transportavam as boiadas.

Os rebanhos eram criados soltos na imensidão das fazendas pantaneiras, que raramente possuíam cercas para delimitá-las e seu manejo incipiente consistia na

[...] marcação das crias novas, com o sinal nas orelhas, por meio de cortes padronizados, a ferra, que lhes deixava gravado a fogo, na anca direita, o símbolo da fazenda, a castração dos marruais, já

impróprios à função reprodutora, e dos tourinhos destinados à engorda, constituíam quase o trabalho exclusivo dos vaqueiros [...]. O restante dos cuidados confiavam à natureza previdente [...] (CORRÊA FILHO, op. cit., p. 112).

No período provincial essa atividade demonstrou grande desenvolvimento. A partir da análise de taxas de exportações de gado vacum, carne seca, chifres e crinas, Borges (1991) afirma que a pecuária contribuía com mais da metade das exportações realizadas.

Siqueira et.al. (1990) explicita que, após a abertura da navegação pelo Rio Paraguai em 1856, Mato Grosso começou a exportar a poaia, o couro bovino e a importar mercadorias pela bacia do Rio da Prata, no entanto, para o gado em pé, esta via de escoamento pouco serviu, pois os custos eram muito elevados.

O transporte e escoamento do gado foi facilitado com a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB), inaugurada em 1914, que ligava São Paulo (Bauru) ao atual Mato Grosso do Sul. As boiadas saíam das regiões pantaneiras e percorriam as extensas estradas de terra para engordar nas invernadas de Minas Gerais e São Paulo, onde eram abatidas e beneficiadas:

A chegada da Ferrovia Noroeste do Brasil - a NOB - transforma rapidamente a economia regional e sua inserção no contexto brasileiro. Até o final do séc.XIX, o transporte fluvial dominava as relações de intercâmbio entre o Norte e o Sul e a economia platina e, além, com o resto do Brasil, onde as cidades portuárias de Cuiabá e Corumbá concentravam toda a comercialização da economia, o que lhes conferia prestígio político e poder (...). A NOB foi construída com capital brasileiro e franco-belga. Seu primeiro traçado partia de Bauru e se destinava a Cuiabá, mas foi alterado em direção a Corumbá pelos interesses da Bolívia em integrar a ela suas linhas férreas num plano continental de ligação entre o Atlântico e o Pacífico. Em 1914 a estrada chega a Campo Grande, sendo que posteriormente é construído o ramal que liga Campo Grande a Ponta Porã, concluindo-se as ligações com a Bolívia e o Paraguai (MACHADO, 1997, p. 22-3).

A melhoria das vias de escoamento da produção pecuarista estimulou a indústria do charque em Mato Grosso, inclusive através da presença de capital internacional na região de Cáceres, onde, em 1874, foi implantada a fazenda Descalvados, localizada às margens do Rio Paraguai, Descalvados foi uma das mais impor-

tantes industrias de extrato de carne e caldo da província de Mato Grosso (CORRÊA FILHO, 1946; SIQUEIRA, 1990).

Atualmente, Descalvados encontra-se desativada e parte do histórico patrimônio arquitetônico encontra-se em ruínas, a fazenda pertence a uma família residente em Cáceres, que transformou a casa principal em uma pousada.

Durante a pesquisa de campo, localizou-se um pantaneiro tradicional que trabalhou durante a infância na fazenda Descalvados e registra-se aqui parte do seu relato:

... tinha bororada que morava no Descalvado todo serviço que nós fazia ele fazia; tinha turma de campo, da foice, limpeza de pasto; fazê cerca. Todo mundo trabaiava: bororo, bugre; lá não tinha aldeia, morava no galileu, tal de galera, hoje tá tapera; lá tinha umas trinta casa, mas tudo trabalhava lá.

Aquele bororo é crioulo daquela lugar; hoje já esparromou tudo, hoje cabou tudo. Aquele povo que era do Descalvado não tem mais nenhum, tão tudo esparramado pela cidade, pelas grebas, um pouco já morreu, na cidade tem muito destes bororos nativos de lá.

Esse povo era o povo que segurava a fazenda; os patrão mandava: você vai fazer tar serviço, vai morar em tar parte e eles iam; vai sua família, o bugre não falava que não...(..). Retiro tinha bastante: tinha São Pedro, São Sebastião, São Jorge, Marco doze, Sucuri, Santo Antonio, Jacaré, (tudo este retiro tinha gado) a gente saía de um retiro e ia pro outro trabalhando bezerro, marcando o gado pra boiada, gado gordo...

Quem desobedecia as normas eles acertava a conta deles e eles pegava o rumo dele, mas também não era todo o pessoar que guentava; se ele guentava vinte dia ele guentava dois mês, ele guentava um ano. O serviço lá era duro (...) eu trabaiava vaqueiro de campo eu levantava uma hora da madrugada. Tinha cento e poucos homens que trabaiava lá. Os vaquero tudo tinha casa; lá tapera tem bastante. Tudo aqueles que tinha família, as família ficavam ali na sede e os campero ia pro campo; ia trazê boiada, o vaquero ficava vinte a trinta dia no campo. Saía de um retiro ia pro outro, outra comitiva ia pro outro, quando juntava a comitiva toda aí ficava aquele povão, cada uma de oito, dez, doze homem, não tinha quantia; quem guentava, guentava, quem não guentava pedia as contas. Tinha uma escola que ensinava as criança ...

Uma hora da madrugada, o rapaz que cuidava da tropa, ajuntava cinqüenta a sessenta cavalo pra dar milho; era finado Ramão e outro companheiro; serviço dele era só esse, podia chover pau, podia chover pedra, cheio, seca tinha que guentá (...). Duas hora da madrugada nós muntava no Descalvado, botava o boi sinuelo, nós caía naquele mundo, cavalo com água pa canela, pa barriga do cavalo; ... nós ia amanhecê uma légua ou mais de uma légua, nós ia pegá gado que tava no aterro; muita veis quando a senhora chegava no aterro só tinha o gado mais fraco, o gado mais forte já tinha ido embora; comendo foia de pombero pastando, ajuntava toda a comitiva, todo mundo pegando gado pa embarque, trabalhando bezerro, a água chegava a dois metro de fundura. O que não fartava lá era o que comê! o cara trabaiava lá! Trabaiava memo! Mas também nunca fartava nada de comê: carne, farinha (argum retiro que ia argum cozinheiro) aí fazia feijão, arroz. Porque lá nem mandioca dava; porque quando tinha no São Sebastião ia buscá no São Sebastião quatro légua de lá; carne, farinha e a tar do mate; esse sim; a senhora tava trabaiando lá no currar, tinha um fogueirão rodeado de espeto de carne; juntava duas comitiva era duas vacas por dia...

Se arguém ficasse doente mandava fazê chá de vassourinha! Eu sarei com sarmora e chá de vassourinha, eu quebrei essa pá aqui, esse osso aqui; quebrô, virô um buraco, aí saro com chá de vassourinha e sarmora; eu teve quarenta dia andando baixado assim como onça; machuquei tudo; sarmora ; machucava ele falava: isso é bom, bebe! Quero ver dona! médico, nunca vi médico por lá! Não tinha nem cartera de trabaio; ganhava salarinho poco memo! inda quando era mir réis, o peão bom ganhava três mir réis, no mais eu cheguei até ganhá 500 reis, quantas tarefas eu não tirei por 500 réis; era difícir o que ganhava 4 mir réis; quem ganhava isso era um capataz; a pionada ganhava dois mir réis, mir e quinhentos; eu fui criado nessa vida... (depoimento do sr. José Arves da Silva, conhecido como Zé Batista)¹

Segundo o depoimento transcrito, a mão-de-obra indígena sempre foi utilizada e as relações de trabalho obedeciam as leis locais. A vida para os trabalhadores do

¹ Entrevista feita em julho de 2001 e o sr. Zé Batista faleceu em outubro do mesmo ano. Optou-se por registrar o nome do informante em agradecimento às valiosas contribuições para efetivação da presente pesquisa.

Descalvados obedecia o ritmo imposto pelas sucessivas administrações da fazenda e sua permanência estava atrelada à coragem para enfrentar as condições naturais adversas que dificultavam o trabalho no campo.

Atualmente, segundo os relatos orais, residem nos pantanais os descendentes dos estrangeiros que comandavam a fazenda Descalvados, pois estes, no linguajar local “... *amigaram aí e depois voltaram e esses filhos ficaram aí. (...), senhora desce esse pantanar e fala assim: esse aqui é neto do gringo, todos parece com ele, são brancão, alto...*” (depoimento de um entrevistado).

Em meados do século XIX, Mato Grosso com um rebanho de 2.690.454 cabeças, passou a ser considerado o quarto maior rebanho bovino brasileiro, depois do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Goiás. Neste montante o município de Cáceres contribuía com 123.779 cabeças. A esse respeito, Borges (1991) informa que:

O crescimento da pecuária em Mato Grosso nem sempre foi um resultado das medidas aplicadas pelo governo, mas antes um resultado da incorporação cada vez maior de novas terras. As principais propriedades territoriais destinadas à criação em Mato Grosso foram controladas por companhias estrangeiras, que agiram na forma de monopólios e tornavam mais intensos os processos de concentração fundiária (op. cit., p. 87-8).

Com a melhoria do transporte via férrea e a ascensão dos preços do gado bovino, por volta de 1930 (CORRÊA FILHO, 1946), alguns fazendeiros passaram a aprimorar o manejo do gado proporcionando-lhes rações periódicas de sais minerais e limitando os campos com cercas de arame para evitarem a dispersão dos rebanhos, facilitando o trabalho de campo. Nessa época, muitos migrantes foram atraídos para os pantanais e alguns fazendeiros, empolgados pelas ofertas, venderam suas propriedades ou parte delas, contribuindo assim para a desagregação dos imensos latifúndios.

As transformações descritas não atingiram todas as propriedades, nas fazendas pantaneiras do sudoeste mato-grossense, distantes das vias férreas, as cercas ainda eram raras e o gado ainda era criado solto nos extensos campos, uma vez que seus proprietários não tinham posses para organizarem comitivas e deslocarem a produção excedente.

O Plano de Conservação da Bacia do Alto Paraguai (BRASIL, 1997-a), define três modalidades de produção pecuarista nos municípios pantaneiros, utilizando como critério o volume das inundações. A primeira compreende a pecuária desenvolvida em regiões constantemente alagadas, ou seja, nas várzeas e nos campos nativos, ocorrendo nos municípios de Santo Antônio de Leverger, Barão de Melgaço, Nossa Senhora do Livramento, Poconé e Cáceres.

O referido trabalho refere-se ao “... quadro caótico da pecuária nessas regiões..” (BRASIL, 1997-a, p.14) como resultado da descapitalização dos pecuaristas, dos baixos investimentos na tecnologia, na mineralização e no manejo do rebanho; como correlato, o padrão racial é ruim, os índices zootécnicos do rebanho são baixos devido à pequena taxa de natalidade e ao inferior rendimento da carcaça quando comparado com o dos animais criados nos planaltos.

A segunda classificação compreende as regiões periodicamente alagadas, ou seja, as partes mais altas, onde existe uma melhor exploração do rebanho bovino através de práticas de manejo mais adequadas, com melhor padrão tecnológico. Os principais municípios que apresentam esta forma de pecuária são os citados anteriormente, acrescidos do município de Itiquira, apresentando como característica comum áreas plantadas com forrageiras exóticas.

As fazendas no Pantanal de Cáceres desenvolvem basicamente a pecuária de corte nas fases de cria e recria. Os bezerros são mantidos até por volta de dezoito meses, quando são vendidos para os invernistas residentes no entorno, nos lugares denominados '*campo firme*' que se encarregam da engorda.

ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA NO PANTANAL MATO-GROSSENSE E REORGANIZAÇÃO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA

Para Andrade (1980) o termo Estrutura Fundiária corresponde a uma dada situação, em um momento histórico, quando se observa como está organizada a apropriação da terra, como ela se distribui entre os habitantes e quais as condições de exploração. Condições estas que são o resultado da evolução histórica, das opções políticas e do nível tecnológico em determinada sociedade.

Com a atual Política Estadual de Reforma Agrária, a estrutura fundiária dos municípios pertencentes ao Pantanal Mato-grossense está sofrendo alterações substanciais, as terras consideradas devolutas transformam-se em assentamentos de pequenos produtores rurais (Tab. 1).

Tabela 1 - Total de Assentamentos da Reforma Agrária localizados em Municípios do Pantanal Mato-Grossense

Município	Área	Nº de família	Nº de assentamento
Barão de Melgaço	2.123,00	144	1
Itiquira	5.694,00	80	1
Poconé	20.876,00	684	12
Santo Antônio do Leverger	25.838,00	828	11
*Lambari D' Oeste	-	-	-
Nossa Senhora do Livramento	32.600,00	1214	23
Cáceres	74.629,08	1556	17

Fonte: SEPLAN, 2004 e INCRA, 2007. Organizado por Mileny Batista de Souza.

*não foi encontrado dados sobre criação de assentamentos no município.

A organização da estrutura fundiária de determinado espaço geográfico, assume um papel fundamental nos resultados obtidos pelas explorações agrícolas, devido à influência que tem no aproveitamento da mão de obra e na diversificação das opções produtivas. O espaço rural, “[...] em sendo uma criação humana permanente, é dependente das populações camponesas que nele vivem e cultivam e também de uma parte da burguesia urbana que detém seu domínio imobiliário e político [...]” (PASSOS, 2001, p. 10).

Nesse sentido, as transformações na produção econômica capitalista alteram o espaço agrário via políticas públicas. No caso dos municípios pantaneiros, as ações de reforma agrária transformam o estereótipo da base econômica do Pantanal como área de grandes fazendas de pecuária extensiva. É possível assegurar que a presença dos assentamentos rurais nos municípios pantaneiros transformam seu espaço geográfico e o tornam semelhante às demais regiões rurais do país (Tab. 2).

Tabela 2 - Assentamentos localizados nos municípios pantaneiros de Barão de Melgaço, Poconé, Santo Antonio de Leverger, Itiquira.

Município	Denominação	Área (ha)	Nº de Família Beneficiada	Ato de Criação
Barão de Melgaço	Acorizal	2.123,00	144	Port. Nº 112/02.12. 03
Poconé	Furnas do Buriti	1.062,00	61	1997
	Campo Limpo	1022,00	50	1998
	Agroana / Girau	5.063,00	273	2000
	João Ponce de Arruda	8.005,00	052	Port. N º 092/09.10.00
	Matadouro	80,00	041	Port. N º 082/04.11.03
	Piuval	851,00	020	Port. N º 022/22.06.04
	Morro Cotado	1.008,00	049	Port. N º 023/21.06.04
	Capão Verde I	226,00	014	Port. N º 024/21.06.04
	Água Vermelha	367,00	055	Port. N º 026/21.06.04
	Pantanalzinho	85,00	017	Port. N º 030/21.06.04
	Xafaris	703,00	019	Port. N º 032/21.06.04
	Colônia Figueiral I e II	2.404,00	033	Port. N º 033/21.06.04
Santo Antônio de Leverger	Resistência	2.841,00	120	Port. n º 015/02.03. 98
	Ribeirão da Glória	968,00	38	1999
	Santana do Taquaral	4.982,00	95	1999
	Pontal da Glória	4.188,00	100	2000
	Morro Grande	1.070,00	139	Port. Nº 077/04.11.03
	Brejinho	5.281,00	060	Port. N º 078/04.11.03
	Brejinho III	3.244,00	030	Port. N º 098/04.11.03
	Vale do São Vicente	1.395,00	076	Port. N º 082/04.11.03
	Barranco	939,00	100	Port. N º 027/21.02.04
	Fazenda Pantanalzinho	336,00	040	Port. N º 028/21.06.04
Barra do Aricá	594,00	030	Port. N º 029/21.06.04	
Itiquira	Nossa Senhora do Carmo	5.694,00	80	1998

Fonte: MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral - SEPLAN-MT, 2005. Organizado por Mileny Batista de Souza (06 e 07/2006)

Nessa primeira tabela observa-se a criação de vinte e cinco assentamentos entre os anos de 1997 à 2004, sendo doze no município de Poconé, no entanto, o que se destaca em área e famílias assentadas é a de Santo Antônio de Leverger, com oitocentos e vinte oito famílias assentadas em uma área de 25.838 ha.

Já Barão de Melgaço e Itiquira apresentam apenas um assentamento em cada município, o primeiro com uma área de 2.123 ha para 144 famílias e outro com uma área equivalente 5.694 ha para 80 famílias, respectivamente.

O município de Nossa Senhora do Livramento conta por sua vez, com a criação de vinte e três assentamentos, dezessete foram criados no ano de 2003, o que denota uma maior atuação dos órgãos responsáveis pelas políticas de distribuição de terras (Tab.3).

O assentamento denominado Sadia III abrange uma área de 4.722 ha, para cento e cinquenta e uma famílias, correspondendo a aproximadamente 31 ha para cada família. Em contrapartida, Volta do Bananal abriga treze famílias em 43 ha, ou seja, cada família é proprietária de um lote de aproximadamente 3 ha.

Tabela 3 - Assentamentos localizados no município pantaneiros de Nossa Senhora do Livramento

Denominação	Área (ha)	Nº de Família Beneficiada	Ato de Criação
Estrela do Oriente	2.272,00	80	1998
Sadia III	4.722,00	151	1998
Francisco J. Nascimento	4.216,00	120	2001
Nova Esperança	94,00	060	Port. Nº 007/09. 04. 01
Santana	94,00	044	Port. Nº 095/27. 11. 03
Lajinha de Cima	1.467,00	064	Port. Nº 100/02. 12. 03
Volta do Bananal	43,00	013	Port. Nº 101/02. 12. 03
Campo Alegre de Baixo	792,00	054	Port. Nº 102/02. 12. 03
Furnas do Livramento	1.105,00	024	Port. Nº 103/02. 12. 03
Figueiral	1.662,00	074	Port. Nº 104/02. 12. 03
Pai André	1.768,00	026	Port. Nº 105/02. 12. 03
Campinas I	124,00	015	Port. Nº 106/02. 12. 03
Sucuri	182,00	015	Port. Nº 107/02. 12. 03
Quilombo I	1.812,00	034	Port. Nº 108/02. 12. 03
Carrapatinha e Limoeiro	1.805,00	043	Port. Nº 121/18. 12. 03
Cascavel	4.613,00	096	Port. Nº 122/18. 12. 03
Brumado do Livramento	686,00	024	Port. Nº 123/18. 12. 03
Pedra Branca	857,00	018	Port. Nº 124/18. 12. 03
Barreiro e Caninana	1.187,00	059	Port. Nº 125/18. 12. 03
Buriti do Atalho	877,00	031	Port. Nº 126/18. 12.03
Aterrado	385,00	024	Port. Nº 027/18. 12.03
Coxos	1.210,00	096	Port. N º 031/21. 06.04
Jacaré	627,00	049	Port. N º 005/17. 02.04

Fonte: MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral - SEPLAN-MT, 2005. Organizado por Mileny Batista de Souza (06 e 07/2006)

O município de Cáceres é o que mais apresenta áreas destinadas à reforma agrária, o referido processo de reorganização fundiária data de 1996 com a criação do Assentamento Sadia Vale Verde (Tab.4). Os demais municípios do Pantanal Mato-Grossense passaram a ser alvo da política de reforma agrária somente no ano seguinte.

Tabela 4 - Assentamentos localizados no Pantanal de Cáceres

Denominação	Área(ha)	Famílias Beneficiadas	Ano de criação	Distancia de Cáceres(Km)
Bom Sucesso	433,26	14	18/12/2002	70
Corixo	3.413,18	72	05/04/2001	90
Flor da Mata	1.187,07	20	12/08/2004	30
Barranqueira	2.326,04	79	20/01/1999	100
Ypê Roxo	1.247,00	30	31/12/1998	90
Jatobá	906,00	29	27/10/1997	80
Laranjeira I	10.944,00	123	24/02/1997	80
Laranjeira II	1.210,00	34	04/03/1997	85
Limoeiro	8.649,03	72	02/02/2002	96
Nova Esperança	1.695,28	51	15/12/1997	65
Paiol	16.067,41	250	24/02/1997	50
Katira	1.886,36	47	27/09/2003	80
Rancho da Saudade	2.407,46	47	19/12/1997	70
Sadia Vale Verde	12.191,03	449	12/12/1996	65
Sapicua	1.249,77	40	30/08/1999	68
São Luiz	4.033,73	29	14/12/1995	45
Facão/ Bom Jardim	4.782,46	170	27/03/2006	10
Água Boa				

Fonte: INCRA,2007. Organizado por Mileny Batista de Souza.

* Segundo o INCRA, este assentamento foi criado através do Crédito Fundiário.

Observa-se que entre os municípios pantaneiros, Cáceres é o que mais se destaca em áreas destinadas para assentamentos, totalizando 74.629,08 ha correspondendo a 1556 famílias assentadas. A implantação dos projetos de assentamentos é decorrente das lutas dos movimentos sociais, através de invasões e ocupações que resultaram na instalação das famílias.

Segundo Vieira (2005), algumas propriedades que se encontravam em estagnação e/ou decadência econômica, foram resguardadas a espera de valorização, com caráter especulativo o que motivou o interesse de movimentos sociais para região pantaneira, isso vem contribuindo para criação de assentamentos Município de Cáceres.

Nos assentamentos Corixinha, Katira, Água Boa e Bom Sucesso constata-se que a maioria dos entrevistados é oriunda do próprio município de Cáceres. Tal aspecto pode ser considerado relevante indicador do processo de transformação das áreas rurais pantaneiras.

Rossetto (2004), ao analisar o processo de modernização do Pantanal de Cáceres, discute as transformações nas técnicas de pecuária extensiva caracterizadas pelo aumento expressivo das pastagens exóticas em substituição às pastagens nativas e ressalta as novas exigências de qualificação da mão-de-obra. Para a autora, "... atualmente a mão-de-obra deve apresentar outras qualificações, como por exemplo, a habilidade de dirigir tratores, consertar máquinas e demais implementos utilizados no desmatamento, tais como tratores de esteira, semeadeiras e roçadeiras mecânicas" (op. cit. p. 198).

Assim, os antigos peões pantaneiros que não são absorvidos devido às novas exigências da atividade pecuarista passam a integrar os movimentos sociais de luta pela terra, criando acampamentos onde "... camponeses, peões e bóias-frias encontram na necessidade e na luta soldagem política de uma aliança histórica. Mais que isso, a evolução da ação organizada das lideranças [...], abre novas perspectivas para os trabalhadores (OLIVEIRA, 2001 p. 14).

As manifestações de resistência dos trabalhadores rurais são importantes nos estudos da questão agrária e estão relacionadas à expansão do capitalismo no campo. Os trabalhadores lutam pela efetivação dos assentamentos entendidos por Fabrini (2002) como

[...] um espaço que expressa conteúdo histórico resultante de processos políticos e sociais, ou seja, trata-se de um espaço onde se materializam as relações sociais, no caso, relações camponesas. Neste espaço, os assentados constroem o território camponês verificado nas relações econômicas, políticas, sociais, etc. Então, cabe compreender como as relações se realizam no espaço e como se torna condição de manutenção e produção de novas ou antigas relações (op. cit., p. 82-3).

As transformações observadas estão atreladas a processos macroeconômicos tais como os diversos programas/políticas públicas direcionados ao Pantanal e ao seu entorno que, de forma geral, apresentam resultados negativos para o ambiente natural, desconsideram os aspectos culturais presentes no modo de vida pantaneiro e excluem os habitantes locais dos processos decisórios. Nessa perspectiva, se faz necessário o entendimento dos novos contextos socioterritoriais presentes no Pantanal materializados no espaço geográfico como assentamentos da reforma agrária.

ASSENTAMENTOS CORIXINHA, KATIRA, BOM SUCESSO E ÁGUA BOA

A região onde se encontram os assentamentos é marcada pela Planície do Pantanal que é propícia para o desenvolvimento de atividades agropecuárias. Nesse contexto, os assentamentos estão inseridos a uma distância de aproximadamente 80 quilômetros de Cáceres - MT e cerca de 20 quilômetros de San Mathias na Bolívia.

Segundo o INCRA, todas as famílias ali assentadas foram cadastradas e selecionadas pelo Programa Nacional de Reforma Agrária. Algumas delas estavam acampadas no município e ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST ou ao Movimento dos Trabalhadores Acampados e Assentados de Mato Grosso - MTA.

Após processo de seleção dos beneficiários, foi construído o Plano de Desenvolvimento do Assentamento PDA visando "... orientar os rumos e as ações para o desenvolvimento sustentável do assentamento. [...] elaborado de forma participativa pelas famílias assentadas, com a orientação de uma empresa ou entidade cadastrada e contratada pelo INCRA" (INCRA, 2001, p. 17).

A empresa contratada para execução do PDA foi a Cooperativa de Trabalho e Serviços Especiais dos Profissionais de Ensino não Formal de Cáceres - COOTREC que em parceria com os assentados, elaborou o referido projeto. Alguns assentados receberam os créditos vinculados ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, que dá apoio financeiro para o custeio e investimento em atividades agropecuárias.

Entretanto, na averiguação e análise dos dados coletados constata-se problemas graves enfrentados pelos assentados.

No Assentamento Katira, as demarcações e serviços topográficos ainda estão em fase de execução. Observa-se que as unidades produtivas começam, mesmo assim, a receber o crédito de auxílio à construção de moradia, mas as famílias continuam em suas primeiras casas, construídas de madeira ou pau-a-pique.

Os entrevistados reclamam da demora com a finalização do assentamento, justificando dificuldades para permanecer na terra sem ter o auxílio financeiro para começar a produzir. Segundo o presidente da Associação dos agricultores, recém formada, várias famílias já desistiram e venderam o lote para terceiros dirigindo-se para a cidade ou para os acampamentos dos movimentos sociais.

A base econômica do Assentamento Katira reside principalmente na produção de abacaxi. Segundo um entrevistado, a produção que resulta em cerca de duas mil unidades será vendida para atravessadores por trinta centavos cada unidade.

O milho é um dos produtos mais cultivado no Assentamento Bom Sucesso, em virtude de suportar longos períodos com ausência de chuvas. A produção usualmente é vendida em Cáceres ou na beira da BR - 174 (que liga Cáceres a Porto Velho-RO), ou ainda utilizada para consumo familiar e alimentação de alguns suínos.

Grande parte dos assentados entrevistados mencionam as dificuldades para o escoamento da produção uma vez que a maioria não dispõe de veículo próprio. Os únicos meios de transportes são o ônibus ou as Vans que fazem a linha Cáceres/Corixa, divisa do Brasil com a Bolívia. O valor da passagem é R\$ 12,50 gastando com a ida e a volta de R\$ 25,00, quantia onerosa devido ao baixo preço da venda dos produtos na cidade e, em alguns casos, ausência de mercado.

Alguns assentados desenvolvem um comércio ainda tímido com a Bolívia, principalmente com San Mathias devido à proximidade geográfica. Vale destacar que a BR - 070 tem muito a contribuir para a comercialização com os países vizinhos, contudo, não há nenhum estímulo por parte das políticas públicas em relação à intensificação do comércio entre as populações que habitam a fronteira.

A prática apenas da produção de subsistência não garante a satisfação das necessidades básicas dos assentados, que acabam buscando atividades nas fazendas circunvizinhas como arrumar cercas, roçar o pasto entre outras, visando complementar a renda. Tais atividades podem ser denominadas de trabalho acessório e definidas por Schneider (2001, p. 13) "...como as formas complementares de obtenção de renda e inserção econômica de pequenos proprietários ou camponeses".

Segundo os entrevistados, é comum as pessoas dos assentamentos saírem a procura de serviços nas grandes fazendas, as diárias variam entre R\$ 12,00 a R\$ 20,00 reais dependendo do tipo de trabalho. O mais comum é receberem uma diária no valor de R\$15,00, conforme se confirmou nos Assentamentos Katira e Bom Sucesso.

Alguns moradores do Assentamento Katira almejam montar um laticínio ou comercializar a produção de leite em laticínios da região. O tesoureiro da Associação dos Produtores Agrícolas do referido assentamento ressalta a necessidade de mercado e de melhoria da forma de escoamento da produção.

O Assentamento Corixinha localiza-se apenas a umas dezenas de metros da fronteira com a Bolívia, mais especificamente cerca de 500 metros do povoado de San José de La Frontera. Segundo informações do Presidente da Associação de Produtores Rurais do Corixinha a base econômica local é a mandioca destinada à subsistência e à comercialização.

Apesar das famílias assentadas estarem em um município do Pantanal Mato-Grossense, o regime das cheias do pantanal não chega a prejudicar as atividades agrícolas, pelo contrário, é a ausência de chuvas na região que tem prejudicado a produção.

O Assentamento Corixinha foi projetado em uma área sem rios ou córregos. As primeiras soluções para resolver esse problema foram a construção de poços artesianos para captação de água subterrânea e/ou açudes para captação da água das chuvas, alternativas que fracassaram. Alguns trabalhadores rurais acharam a solução no armazenamento de água em galões ou caixas d'água que vão buscar nos assentamentos do entorno.

A falta de água reduz as possibilidades de plantio e criação. Entrevistados do Assentamento Bom Sucesso afirmam que perderam toda a última safra de arroz devido à falta de chuvas e no Assentamento Katira, alguns produtores chegaram a perder quase que 100% da roça de melancia em virtude da estiagem.

A ausência ou escassez de chuvas pode ser resultante da progressiva rapidez do desmatamento no Pantanal de Cáceres. Estudos realizados por Rossetto (2004) evidenciam que a retirada das pastagens naturais e sua substituição por forrageiras exóticas nas grandes fazendas de pecuária apresenta crescimento progressivo, fato que possivelmente interfere no ciclo sazonal de cheias, vazantes e secas característico do Pantanal Mato-Grossense.

A presença da força de trabalho familiar é elemento fundamental da produção camponesa. Mas foi uma prática relativamente pequena encontrada nas unidades produtivas. Entre as famílias entrevistadas pode-se constatar que não há relevante presença da mão-de-obra familiar, haja vista que parte dos filhos vão para a cidade de Cáceres estudar e muitos procuram trabalho na cidade, os que ficam ainda são pequenos e pouco podem auxiliar na lida cotidiana.

A falta de incentivo do governo também impede a produção numa escala maior, uma vez que os assentados não conseguem arcar com o ônus da produção, devido ao alto custo de maquinário e insumos. A parcial organização comunitária por meio de cooperativas e associações contribui com este contexto, pois não conseguem ensejar esforços coletivos na busca das soluções necessárias à melhoria da qualidade de vida e permanência na terra.

O Assentamento Água Boa difere dos assentamentos organizados pelo Incra pois está localizado em área com a presença de mananciais aquíferos e solo fértil. A escolha do local foi feita pelos próprios assentados que se organizaram para receber um financiamento via Banco da Terra.

O Banco da Terra foi criado pela Lei Complementar Nº 93, de 4 de Fevereiro de 1998 com a finalidade de financiar programas de reordenação fundiária e assentamento rural de trabalhadores rurais não-proprietários, preferencialmente os assalariados, parceiros, posseiros e arrendatários, que comprovassem, no mínimo, cinco anos de experiência na atividade agropecuária.

De acordo com o Presidente da Associação dos Agricultores do Assentamento Água Boa, antes da concretização do assentamento houve uma espera de mais ou menos 18 meses, e somente após muitas reuniões é que foi liberado o financiamento. Ressalta ainda as dificuldades pois, para a liberação do crédito, foi necessário buscar a procedência de todos os cadastrados junto ao Serviço de Proteção ao Crédito - SPC. Como correlato, de um grupo de 170 pessoas apenas 75 foram selecionadas.

Os trabalhadores possuem um período de até 20 anos para quitar tal financiamento, estão organizados em uma Associação a qual tem a função de gerenciar a

comercialização da produção, bem como buscar recursos financeiros.

De modo geral as famílias assentadas produzem banana, mandioca, abacaxi, milho. Cerca de 45% das famílias entrevistadas desenvolvem a pecuária extensiva onde predomina o gado leiteiro. O leite é comercializado a 0,40 centavos o litro e é comprado no próprio assentamento por um atravessador do município vizinho de Curvelândia.

Contudo, é no plantio de bananas que reside a maior fonte de renda dos assentados. Toda a produção é vendida para Rondonópolis e Cuiabá. Os compradores vão buscar diretamente no assentamento e uma caixa de banana é comercializada por R\$ 12 reais.

Observa-se que há uma efetiva organização e controle por parte da Associação dos Assentados. Segundo informações de uma entrevistada, a associação facilita a comercialização da produção através de emissão de notas referente a carga/produção de cada assentado que recebe o valor exato produzido, facilitando a venda dos produtos em grande quantidade.

Além da comercialização de bananas e do leite algumas famílias vendem também o arroz, o milho, o feijão e a mandioca para os atravessadores que repassam para os mercados da região. Algumas famílias possuem ainda pequenas criações de aves, suínos e o cultivo de frutíferas como é o caso do abacaxi, da ata, da acerola destinados apenas para subsistência.

Os assentamentos rurais são muito importantes para a produção de alimentos dos municípios onde estão localizados e a qualidade de vida da população alvo da reforma agrária se encontra em nível superior ao restante dos trabalhadores rurais, apesar das diversas dificuldades que os assentados enfrentam.

Enfim, a regularização da posse para as famílias que trabalhavam em terras sobre as quais já haviam conquistado seus direitos e/ou a instalação de beneficiários sobre áreas reformadas, resulta em transformações de ordem econômica e ambiental além do surgimento de novos atores que emergem do processo de alteração da estrutura fundiária local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Política Nacional e Estadual de Reforma Agrária avança em dados quantitativos, contudo, a qualidade de vida dos assentados, principalmente no que concerne à agregação de valor aos produtos e à logística de escoamento ainda necessita de investimentos substanciais.

Nos assentamentos em que a produção agrícola não prosperou, criam-se diferentes impasses, de um lado estão os produtores rurais que poderão abandonar a terra, de outro, está o poder público que, por sua vez, não é capaz de arcar com os custos sociais, a assistência técnica e acesso créditos. A situação descrita pode referen-

dar o insucesso do programa de acesso à terra via reforma agrária.

Os casos tratados no presente estudo apontam a capacidade, ainda que diferenciada, de geração de renda nessas unidades familiares. Pode-se afirmar que, na média, há uma geração de rendimentos que permite a reprodução dos assentados, embora a precariedade generalizada da infra-estrutura prevalecente nos assentamentos comprometa a qualidade de vida e a melhoria da base econômica.

A presença de assentamentos nos municípios localizados no Pantanal Mato-grossense, denota a reorganização territorial e sinaliza para a diminuição do número das seculares fazendas pantaneiras e o advento da modernidade. Resta questionar quais serão os efeitos de tais transformações para o ambiente e para o tradicional modo de vida do habitante do Pantanal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, M. P. **Estrutura fundiária, modernização e distribuição da renda na agricultura Matogrossense**. São Paulo: ESALQ, 1989. Dissertação (Mestrado Agricultura), Universidade de São Paulo, 1989.

ARRUDA, G. P. **Um trecho do oeste brasileiro** - São Luiz de Cáceres, Mato Grosso. Rio de Janeiro: Borsói, 1938.

BORGES, F. T. de M. **Do extrativismo a pecuária: algumas observações sobre a história econômica de Mato Grosso (1870-1930)**. Cuiabá: Gênis, 1991.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Plano de Conservação da Bacia do Alto Paraguai - PCBAP**. Análise Integrada e Prognóstico da Bacia do Alto Paraguai. Brasília: Programa Nacional do Meio Ambiente - PNMA, 1997-a. v. II, tomo IV.

CORRÊA FILHO, V. **Indústrias Matogrossenses**. Monografias Cuiabanas. Rio de Janeiro: [s.ed.], 1945. v.V.

_____. **Pantanaís Matogrossenses** (devassamento e ocupação). Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Conselho Nacional de Geografia, 1946.

_____. **Fazendas de gado no pantanal mato-grossense. Documentário da vida rural n. 10**. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, Serviço de Informação Agrícola, 1955.

FABRINI, J.E. O Projeto do MST de desenvolvimento territorial dos assentamentos e campesinato. **Terra Livre: Geografia, Movimentos Sociais e Teoria**. v.2, n.19. SP; Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2002. p.75-94.

MATO GROSSO. **Anuário Estatístico de Mato Grosso 2005**. Disponível em: <http://www.anu.seplan.mt.gov.br/anuario2005/caractersticas_estado/plan1-5-2-B.htm> Acesso em: 21/06/2007.

MAZZA, M. C. M.; MAZZA, C. A.S.; SERENO, J. R. B. **Etnobiologia e conservação do bovino pantaneiro**. Corumbá: EMBRAPA - CPAP, Brasília: EMBRAPA - SPI, 1994.

OLIVEIRA, A.U. Agricultura brasileira transformações recentes. In: ROSS, L. Sanches (org.) **Geografia do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2001.

PASSOS, Messias M. **Perspectivas de eco-história aplicada ao estudo da paisagem**. Santa Rosa: Universidad Nacional de La Pampa, 2001.

ROSSETTO, O. C.; BRASIL JÚNIOR, A. C. P. Cultura material e modernização econômica: elementos para discussão da sustentabilidade ambiental dos Pantanaís Mato-grossenses. In: _____. (orgs). **Paisagens pantaneiras e sustentabilidade ambiental**. Brasília: Ministério da Integração Nacional, Universidade de Brasília, 2002-a. p. 15-36.

_____. Entre cheias e vazantes: características históricas da ocupação e sustentabilidade do Pantanal Mato-grossense. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso**. Cuiabá: Entrelinhas, v. 59, p. 91-112, 2002-b.

ROSSETTO, Onélia Carmem. **“Vivendo e mudando junto com o Pantanar...”**: um estudo das relações entre as transformações culturais e a sustentabilidade ambiental das paisagens pantaneiras. 223 p. Tese. (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável), Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, 2004.

SIQUEIRA, E. M.; COSTA, L. A.; CARVALHO, K. M. C. **O processo histórico em Mato Grosso**. Cuiabá: EdUFMT, 1990.

SIQUEIRA, E. M. **A ocupação pioneira da região do rio Cuiabá abaixo**. Cuiabá: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. Publicações avulsas n.1, 1997.

SOUZA JÚNIOR, A. **Fronteiras flutuantes**. Rio de Janeiro: Gráfica Laemmert, 1954.

VIEIRA, V. H. O. Transformação Espacial do Município de Cáceres/MT, sob Influência dos Assentamentos Rurais. Cuiabá: UFMT, 2005. **Dissertação** (Mestrado em Geografia), Departamento de Geografia, Universidade Federal de Mato Grosso, 2005.

DEUS SEMPRE EXISTE

Moacyr Freitas

Não é bastante a afirmação de que Deus existe. Sabemos de Sua presença silenciosa em tudo que existe; apenas sinais de Sua existência. Porém, nossa indagação é: Por que Ele criou tudo isso, essa beleza de criação e também os seres humanos? Seríamos incapazes de dar resposta satisfatória; porém, sempre afirmaremos que Ele existe e está no meio de nós.

Não precisamos de mais provas. Que diferença faz entre conhecer Deus o Criador do Universo, se podemos apenas adorá-Lo? O que se vê no mundo não indica, nem a exclusão total, nem a presença manifesta de uma divindade. Mas, antes, a presença de um Deus que se oculta. *“Desde a criação do mundo, as perfeições invisíveis de Deus, o Seu imenso poder, a Sua divindade, tornaram-se visíveis à inteligência, por meio das coisas criadas”*. Romanos cap.1v. 20, São Paulo.

Deus estabeleceu o tempo, firmou o espaço e nele criou os astros. E foi neste pequeno fragmento de rochas e metais que gira em torno de uma estrela, entre bilhões de outras, que Deus criou, entre outros seres, o ser humano, homem e mulher. Criou-os à Sua imagem e semelhança, como os hagiógrafos narraram na Bíblia, no poema de louvor ao Deus Criador: Com inteligência, vontade, amor, liberdade.

Somente por Seu divino e infinito amor nos criou, porque sempre quis nossa existência junto Dele como Sua criatura divina. Concluimos que, estar com Ele, é estar na felicidade plena, no gozo de Sua íntima amizade. Somos Dele para sempre.

Como é importante a fé, para reconhecermos tudo isso!

Deus assim pôde criar escondendo-se, caso contrário, só Ele estaria sempre existindo. Talvez, tenha deixado transparecer de Si apenas o suficiente para que, pela fé em Sua existência, os homens e mulheres fossem levados a ocuparem-se deles mesmos. Isto, então, aconteceu para que não fossem ofuscados pelo Céu, a ponto de se desinteressar da Terra. Deu-nos plena liberdade e a respeito por Seu infinito amor.

Como é sublime sermos Dele! Contudo, há aqueles que duvidam de Sua existência, não têm fé, não acreditam; é lamentável!

As ciências da Natureza não excluem Deus do Mundo. São impotentes para resolver o eterno dilema entre fé e descrença.

Perguntamos: Quando nos é possível dizer que conhecemos alguém, que tivemos um autêntico encontro com esse alguém? A resposta é: Quando esse alguém revela sua intimidade e nós aceitamos, confiantemente, essa revelação. Todo encontro pressupõe, de um lado, auto-revelação, e do outro, a confiança, a fé. Esta estrutura do encontro humano vale também para o encontro com Deus que Se revela em toda Sua criatura.

A fé é uma realidade tão grande e importante que é justo sejam privadas dela, aqueles que não querem dar-se ao trabalho de procurá-la, desprezando-a comodamente.

Portanto, voltamos a afirmar: Deus sempre existe e está no meio de nós; porém, devemos procurá-Lo.

A estrutura do encontro humano vale também para o Cristianismo, no encontro entre Deus e o homem.

O Cristianismo encarna sua fé na história dos Judeus, veneranda raiz, que é o hebraísmo, vista como o terreno onde Deus e o homem, mutuamente, se buscam e se encontram.

CRISTIANISMO NUMA SÍNTESE HISTÓRICA

Toda apologética judaica e cristã mostra que se deve ir a Deus de Abraão, de Isaac, de Jacó e de Jesus, através de uma procura; que esse Deus necessita de “demonstrações”.

Javé é um Deus que se esconde, que nos procura, mas a Quem devemos também procurar-É uma concepção judaica.

Deus não deve ser procurado na Natureza e sim na história, lugar de certeza, mas também de ambigüidades.

“Pai justo, o mundo não te conheceu”, diz Jesus no evangelho de São João cap. 17,25, na prece solene antes da Paixão. E no início desse evangelho, cap. 1, 18

“Ninguém jamais viu a Deus; o Filho Unigênito, que está no seio do Pai, ele mesmo o deu a conhecer aos homens”. Jesus de São Mateus diz: “Graças de dou, ó Pai, Senhor do Céu e da Terra, porque quis revelar-se só aos pequeninos e se ocultou aos sábios e aos prudentes. Assim é, ó Pai, porque assim foi do seu agrado. Todas as coisas me foram entregues por meu Pai; e ninguém conhece o Filho senão o Pai; e ninguém conhece o Pai senão o Filho, e aquele a quem o Filho quiser revelar”. Cap.11, v. 25, 26 e 27.

Portanto, não basta afirmar que Deus existe. Por tal caminho chega-se ao Deus das outras religiões; do Deus islâmico, por exemplo. Como o próprio nome já diz “islam” é igual a submissão; “muslim”, donde “muçulmano” é o submisso. Este é um Deus que não se pode chamar de Pai. Assim, não é só dizer que Ele existe, mas devemos procurá-Lo. Esse Deus é dispensado pela Ciência e o mal existente no mundo O acusa. É o Deus do “deísmo”, distante do Cristianismo, tanto quanto o “ateísmo”, que nada tem a ver com o Deus de Abraão e de Jesus.

A “sabedoria do mundo”, a filosófica, está equivocada a respeito do Deus verdadeiro. “A Igreja Católica Apostólica Romana acreditava, nos seus primórdios, que dar testemunho de Deus era construir palácios para os embaixadores do carpinteiro crucificado... E assim por diante, numa série de fatais deduções do equívoco inicial. Baseava-se em que “se o Deus dos filósofos é onipotente, então, também eles, seus representantes na Terra, deveriam refletir o Seu poder”. A “onipotência tornava-se um modelo, o poder, um ideal: Quem se assemelha a Deus é o chefe, é o patrão, é o príncipe”. Que idéial!

O Cristianismo, que no seu início estava equivocado, atualmente não se apóia mais em instrumentos filosóficos, esses usados ou de utilidades a mulçumanos, hinduístas, budistas, confucionistas, zoroastrianos, pagãos ...

Esses instrumentos são inadequados para aproximar o Deus confessado pelos cristãos: Jesus é o Senhor, porque, crucificado por Pôncio Pilatos, depois ressuscitou. É o único homem na história de Quem se diz haja tornado vivo do túnel da morte.

As provas cristãs da existência de Deus apoiavam-se na lógica da antiga filosofia grega, sobretudo, de Aristóteles. Porém, reconheceu-se como certo que, para estudar as origens do Cristianismo, deve-se ir pelo método histórico, onde os fatos são verificados, pesquisados, usando a razão na avaliação da sua “credibilidade” nas afirmações históricas da Escritura, sobretudo, dos Evangelhos. É assim que procuramos nosso Deus.

Único modo de falar de Deus só pode consistir em deixar Deus falar. Falar através das Escrituras, dos Evangelhos, sem tentar substituí-los pelas “especulações” da “razão natural”.

“A revelação é que julga a razão. Quem crê em filosofias ou em religiões humanas, fala. Quem crê em Jesus como palavra de Deus, escuta” - Karl Barth.

Renan, francês, descrente do Cristianismo, havia, na sua concepção, reduzido Jesus a um inócuo menestrel. Ele, Renan, foi exaltado como uma glória nacional cumulado de honras, especialmente pela classe dominante da França, depois de 1870. Consolidou seu poder, graças a fuzilamentos em massa, graças a selvagens deportações, em detrimento dos derrotados trabalhadores da Comuna Parisiense. Por isso, foi coberto de honras, feito imortal pela Academia Francesa. Foi notável pela burguesia, dos advogados de província, dos proprietários de terra. Ele e outros contemporâneos seus foram empenhados na tentativa de desacreditar o Cristianismo.

Houve muitos outros propósitos de destruir as crenças nas bases históricas do Cristianismo. Felizmente, tal concentração de rebeldia, hoje, não passa de “lenda”. Não tem nada a ver com história, como por tanto tempo se acreditou. E eles, os Renan, tudo fizeram para demonstrá-lo.

Nos tempos mais recentes, há uma explosão ridícula de gnosticismo. Li na revista Brasil Cristão nº 108-julho 2006, no texto do padre Zezinho, uma matéria que mostra, exatamente como foi no tempo do Renan. Julgam desmerecer os fatos bíblicos, salientando “conhecimento”, afirmando ser “revelações” descartadas da Bíblia, e que a maioria dos humanos não sabe. Que petulância desses gnósticos!

O problema da “gnose” já existiu desde os hebreus mais antigos. Desde a astuta serpente que seduziu Eva e Adão, uma imagem dos hagiógrafos que narram a origem do mundo e do homem, com a tentação gnóstica: *“Deus proibiu a vocês este conhecimento, porque de posse da chave do bem e do mal vocês se tornariam deuses como Ele”*. - Gênesis.

A mídia, neste nosso tempo, descobriu que o gnosticismo provoca polêmica e

dá resultado positivo com o conseqüente lucro desejado. Há, atualmente, mais de trinta obras que questionam Jesus e o Cristianismo. Gente que nunca leu os quatro Evangelhos, vai correndo atrás desses “textos” que a mídia põe em foco. Argumentam que a Igreja escondeu a verdade verdadeira dos seus fiéis. Uma jogada de “marketing” para vender milhões de dólares ... Pretendem dizer que a Igreja mentiu. Sabem que, assim declarando, resultaria a polêmica, que atrai muito lucro para seus promotores. Quanta desonestidade! Quanta enganação! Quantos já caíram nela!? São lançamentos da “National Geographic”, como: Código da Vinci e a Verdadeira História de Madalena. São algumas dessas jogadas satânicas.

Os que nunca leram os Evangelhos, logo acharam honestidade nesses autores. Certamente, para eles, os autores cristãos do primeiro século tinham má intenção, assim como os Papas de todos os tempos.

Naquele início da Igreja, não deve ter sido fácil escolher os escritos sagrados no meio de tantos outros que pretendiam narrar a verdadeira história dos seres humanos, da Criação, de Moisés, de Pedro, de Tomé ou de Jesus. Se os Evangelhos e as Epístolas já exigiam pesquisas e estudos profundos, quanto mais estes “apócrifos”, dos quais mais se ouve falar do que se lê, exceto quando a mídia, maldosamente, os coloca em evidência, para usufruir lucros, por razões de “marketing” de algum livro ou filme. Também outros existem, como: Jesus Cristo Superstar, O nome da Rosa, Je vous salue Marie, A Última tentação de Cristo, O Evangelho de Judas, ...

O fato é que a tentação da “gnose” permanece acesa no coração humano. Sempre haverá algum grupo e até igreja, que hoje se funda por alguém para introduzir esta “conversa” para convencer os desprevenidos. Vão dizer a estes que estarão no mais alto grau de conhecimentos até então ocultos para a maioria dos seres humanos. Na verdade, esses textos ou filmes são tão “trabalhados”, que é difícil acreditar que tenham sido inspirados por Deus. São divagações de escritores de historinhas piedosas. Nenhuma seriedade nas narrativas, que somente atingem os que se deixam levar.

O valor histórico do Novo Testamento deve ser precisado, não há dúvida. A crítica exerce função insubstituível e preciosa para a própria fé.

JESUS CRISTO, O MESSIAS

Todas as profecias da Escritura foram explicadas por Jesus. Para convencer os discípulos de Emaús de que Ele era verdadeiramente o Cristo, explicou em todas as Escrituras o que lhe dizia respeito. Está no Evangelho de Lucas - Cap. 24 v. 25, 26, 27.

Pelo ano 250, um escritor cristão, Orígenes, estimava em mais de 150 mil os judeus cristãos. A base da Igreja nos primeiros séculos é de tal forma apinhada de judeus, que o problema maior foi estabelecer quais costumes judaicos deveriam ser conservados.

O judeu-cristianismo é quase totalmente ignorado pelos não especialistas. Recentemente, é que mais se tem estudado a fundo essa relação. Isso é o resultado do anti-semitismo de cultura ocidental, a quem convinha esconder a realidade das origens. Queriam antes manter Israel renegada por Deus. A muitos, era embaraçoso admitir que Jesus era judeu. Em nossos tempos, o Nazismo tentou arrebatá-lo de seu povo, retomando a antiga fábula de um pai centurião romano; portanto, um "ariano"... Não é possível ferir um judeu sem ferir Aquele que é um homem por excelência, ao mesmo tempo "a flor de Israel", como; escreveu Julien Green.

Jules Isaac, defensor da inocência do seu povo, disse: *"Esquecem com frequência os autores cristãos que na época de Jesus a dispersão hebraica era um fato, consumado desde séculos. A maior parte do povo judeu não vivia na Palestina. Não se pode, pois, afirmar que o povo judeu, em sua maioria, tenha rejeitado Jesus. É até muitíssimo provável que esse povo, e sua maioria, não O tenha sequer conhecido. Mas, por toda a parte por onde passou Jesus, salvo raras exceções, o povo hebreu O acolheu com entusiasmo, como atestam os Evangelhos. Será que esse povo se voltou contra Ele, em dado momento? É o que afirmam, mas não se pode provar. O povo de Israel era o único onde Jesus encontrava, ao lado de encarniçados inimigos, discípulos fervorosos e multidões que O adoravam. Como Jesus teria sido predito, se seu próprio povo, que tanto conservava e estudava as profecias, não O reconheceu?"*

Muitos judeus que O conheceram, que ouviram a Sua mensagem, creram Nele como cumprimento das antigas profecias. A tal ponto que, segundo os relatos dos Evangelhos, foi mais de uma vez obrigado a esconder-se para fugir ao entusiasmo popular.

Reconhecendo o Jesus das profecias, não se fizeram a esperar: Muitos passaram do judaísmo ao cristianismo. Não uma nova religião para eles, e sim desembocadura natural da antiga fé".

É fato único que uma fé, a cristã, possa procurar seus títulos de credibilidade em textos que outra fé, a judaica, conservou intactos. Estes são do profeta Isaías, um dos mais destacados deles, encontrados em 1947, numa gruta de Qunran, junto ao Mar Morto.

O Cristianismo é uma religião de adoração de um Messias, fundada numa outra de anúncio do mesmo Messias.

Desde o início da história de que temos testemunho até hoje, Jesus foi anunciado e adorado. Portanto, esta Religião sempre existiu na Terra. Tudo passou, ela, porém, continuou a existir.

Esta Religião consiste em crer que o homem caiu de um estado de glória e comunhão com Deus a um estado de distanciamento Dele, mas que, depois desta vida, será restabelecido e toda humanidade no estado original, por um Messias, cuja vinda fora decretada.

Buda, Confúcio, Lao-tse, Maomé, todos os iniciadores de religiões são, historicamente, isolados. Apareceram sem que a tradição religiosa precedente os anunciasse.

O Messias, entretanto, não foi anunciado por um só profeta, mas por longa série deles, que durante séculos prediziam e completavam continuamente a predição. Situação absolutamente única. Somente este caráter do Cristianismo é, de fato, suficiente, segundo muitos estudiosos, para lhe dar um lugar inteiramente à parte na vida religiosa do mundo.

Judaísmo, Cristianismo e Islamismo são três grandes crenças num Deus único. Em Hebron, dentro de Canaã, em árabe El Khalil, cidade a 44 quilômetros de Jerusalém, está o túmulo de Abraão, o patriarca de Israel. Ali há sinagoga, igreja, mesquita, correspondendo àquelas religiões. Através dos séculos, a posse desse lugar levou os fiéis a encontros sangrentos, os filhos de Abraão. Hebron é a cidade Santa.

A promessa de Deus a Abraão, que os autores judeus puseram por escrito muitíssimos séculos antes de Jesus e de Maomé, o fizeram quando Israel não passava de um povo minúsculo, desprezado, semi-nômade, perdido no Oriente Médio abarrotado de impérios poderosos e sábios.

O que nos importa aqui, e é inegável, é a inexplicável megalomania de um povo, fraco e pouco numeroso, que desde sempre anuncia em seu futuro uma função mundial. E, pelo menos dez séculos antes do Cristianismo e dezesseis do Islamismo, fixa por escrito esta convicção que, gradativamente, vai-se confirmando nos acontecimentos.

O Messias já era anunciado desde o Gênesis Cap. 49. Jacó, filho de Isaac, antes de morrer, abençoa seus filhos: *“Reúnam-se, quero anunciar o que lhes acontecerá nos últimos dias”*. Diz Jacó: *“O cetro não será tirado de Judá, nem o bastão de comando entre seus pés, até que venha Aquele a quem pertence e a quem os povos devem a obediência”*.

Com o profeta Isaías, aparece “o servo do Senhor”, que é anunciado com um destino em que glória e humilhação estão unidas, de modo aparentemente incompreensível. Deus fala por ele: *“É pouco para seres meu servo, restabelecer as tribos de Jacó e reconduzir os sobreviventes de Israel! Farei de ti a luz das nações, para que Minha salvação chegue às extremidades da Terra”*.

Fico pensando, como o povo judeu chegou de imediato a esse rigoroso monoteísmo, um pequenino Israel!?... A origem daquela fé estava ali como a dar razão às suas Sagradas Escrituras. Escrituras essas que afirmam que Israel não inventou o seu Deus; Mas foi Iahweh que o escolheu para o Seu povo e Se revelou aos patriarcas. Nesse tempo, por todos os lados, lugares do mundo, só havia povos politeístas!

Israel era inculta, amontoado de toscas tribos de pastores, onde o Sol e a Lua, como qualquer outro aspecto da realidade, não passavam de criações do único, providente Eterno Deus. Enquanto, ali bem próximo, a Babilônia, a mestra da sabedoria em todo Oriente, tinha o Sol e a Lua como seres divinos!...

Somente para o Judaísmo, o homem é “sócio” colaborador de Deus na obra criadora, na atividade do espírito infinito que cotidiana e incessantemente renova a obra da criação.

A concepção judaica é leiga do mundo, em oposição aos sistemas sacrais e mágicos da antiguidade. A ciência ainda não conseguiu explicar isso, satisfatoriamente.

Enquanto para a cultura antiga, a história é invariavelmente um círculo, onde tudo passa, mas se repete, o judaísmo tem o conceito de futuro Messiânico, de novos céus e novas terras, de um povo a caminho para novas metas... Orientais, gregos, romanos ignoravam a idéia de progresso, que está na base da cultura moderna e que esta deve a Israel.

O bem perfeito está no término da história, anunciado com simplicidade por eles, tribos semi nômades estabelecidas num recanto do Oriente Médio. Israel vive de pura esperança, de desesperada fé em seu "Deus Vivo", o Deus de Abraão, de Isaac e de Jacó. Repete sempre a sua prece: "Ouve, Israel, o Eterno é o nosso Deus, o Eterno é um só".

Israel é o único povo que superou a dissolução do mundo antigo: assírios, babilônios, etruscos, fenícios, partos, macedônios, cartagineses, os próprios gregos e romanos. Conservou intacta sua identidade. Dezenas de povos surgem, florescem e desaparecem: sumérios, acádios, amorreus, hititas, caldeus, medos, persas... Guerras perdidas, invasões, perseguições e o fim da sociedade, da cultura, da religião, da própria raça. Para todos, menos Israel!

Os mulçumanos converteram milhões de cristãos e eliminaram em países inteiros a fé em Jesus Cristo, mas não conseguiram converter os judeus. Aqueles fenícios ou etruscos, ou aqueles babilônios e egípcios, todavia, esmagaram os judeus com sua potência e os arrancaram acorrentados de suas terras; os reis vitoriosos da Babilônia, os faraós tão prepotentes, todos foram apagados, devorados pela história. Os vencidos triunfaram, existem até hoje.

Jesus é a chave desse enigma. Santo Agostinho em frase retomada pelo Concílio Vaticano II, em seu documento sobre a Revelação: "*Deus dispôs que o Novo Testamento estivesse escondido no Antigo e este se tornasse claro em o Novo*". É como disse um rabino convertido ao Cristianismo: "Todo o Antigo Testamento me pareceu um telegrama divino enviado aos homens. Incompreensível para quem quisesse lê-lo sem chave. Ora, a chave é Cristo, a cuja luz adquire sentido o frêmito messiânico que perpassa todos os livros da Antiga Aliança".

O Cristianismo realiza a promessa do novo pacto com Deus de Abraão e de Moisés (Jr 31). Também, no Cap. 36 do profeta Ezequiel: "*Porei dentro de vós um espírito novo, tirarei do vosso corpo o coração de pedra e dar-vos-ei um coração de carne. Porei em vós o Meu Espírito*"...

Jesus é Aquele que estabeleceu o novo pacto, Aquele que põe "*a lei no íntimo dos homens, que a escreve em seu coração*". O endurecimento dos corações atingiu uma parte de Israel, até que incorporou a totalidade dos gentios e assim todo Israel será salvo. Assim

disse São Paulo, que uma parte do Judaísmo não iria aceitar Jesus como o Messias. Também disse o profeta Miquéias: *“Acontecerá que o resto de Jacó, exatamente os judeus, estará no meio de muitos povos, como orvalho que vem do Senhor, como a chuva sobre a erva que nada espera do homem, nada espera dos filhos do homem”*. Talvez, também por isso é que, periodicamente, se desencadeia a perseguição que tenta eliminá-los da face da Terra. Maritain, filósofo francês, era protestante, depois se converteu ao catolicismo, foi profundo conhecedor dos escritos de Santo Tomás de Aquino. Ele disse: *“Israel está na história como corpo estranho, que não deixa o mundo tranqüilo e o impede de dormir. Contra o judeu exprime-se o ódio de um mundo que não quer ser marcado pelas feridas de Adão; o ódio contra si mesmo, suas raízes, seu destino”*.

O profeta Isaías anunciou a figura do Messias, o servo de Iahweh: *“Não era de aparência bela e decorosa para atrair nossos olhares, nem tinha aspecto agradável. Era desprezado e repellido pelos homens; homem de dores, experimentado no sofrimento, como alguém diante de quem se vira o rosto, era desprezado e desconsiderado. Na verdade carregava nossas enfermidades e nossas dores, enquanto nós o julgávamos castigado, ferido por Deus e humilhado”*.

Alguns versículos de Isaías comovem profundamente. São o anúncio da Paixão de Jesus e o seu papel no destino do homem: *“Todos nós andávamos como ovelhas desgarradas, seguindo cada qual o seu caminho, mas o Senhor fez cair sobre Ele as culpas de todos nós. Foi maltratado e resignou-se, não abriu a boca, como um cordeiro conduzido ao matadouro. Por iníqua sentença foi eliminado”*...

Isaías profetiza antes disto uma glória para o Messias. Assim, após aquela visão de dor e incompreensão, termina como havia principiado: *“Depois do profundo tormento sairá para ver a luz e, desta visão se há de saciar. O justo, meu servo, justificará multidões e carregar-se-á das suas culpas. Dar-lhe-ei, por isso, como prêmio as multidões e dos poderosos fará seu troféu”*. Vem depois um crescendo, e da visão de humilhação passamos à glória, mostrando nestas palavras: *“Lembrar-se-ão do Senhor e a Ele voltarão todos os confins da Terra. Prostar-se-ão diante Dele todas as raças dos povos, porque o Senhor é o reino e Ele domina as Nações. Diante Dele se prostarão todos os grandes da Terra (...) Toda a minha descendência há de servi-Lo e falará do Senhor as gerações futuras”*... Parece, pois, verificar-se a profecia não apenas no Cristo, mas também na história do Cristianismo, na qual tudo o que de mais sublime e mais baixo pode fazer o homem; heroísmo e infâmia se entremeiam de maneira inexplicável, como vitória e malogro naquelas antigas profecias.

Jesus é um Messias que subverte os esquemas mentais dominantes no antigo Israel. Esperavam Dele um reino terreno, poderoso, com Israel árbitro e senhor de muitos povos.

Centenas de supostos Messias surgiram no Judaísmo e cada um tentou pôr-se à frente de um movimento religioso e ao mesmo tempo político-militar. E cada vez, tudo acabou em tragédia. Queriam fundar um reino glorioso com a espada.

Jesus, o verdadeiro Messias, até proíbe de se defender, recomenda prudência

**INTERPRETANDO O PATRIMÔNIO
AMBIENTAL NA BACIA DO
CÓRREGO BARBADO**

*Suíse Monteiro Leon Bordest
Lina Márcia de Carvalho da Silva Pinto
Maria Ester Godoy Pereira Maekawa*

FILOSOFIA POSITIVISTA
Igreja Positivista do Brasil RJ

Joel Leão

A filosofia Positivista é bastante conhecida. O mesmo não acontece com a Religião Positivista. Entretanto, aquela não é mais do que o preâmbulo desta e todas as pessoas que se interessam pelos destinos da Espécie, todas as que têm um coração disposto à generosidade, todas as que sentem paixão pelo bem hão de professar com ardor uma doutrina tão cheia de verdades como de grandeza moral. Desde que cessem as prevenções anárquicas que a mantém oculta, a ela virão as naturezas dignamente viris e, em particular, as naturezas amantes.

Essa Religião é obra de AUGUSTO CONTE, felizmente inspirado por uma mulher sublime. Ninguém teve mais inteligência, mais energia e sobretudo mais amor do que ele. Sua vida inteira consagrou-a, desde a infância, no seio de desgraça, ao serviço contínuo do gênero humano, antecipando assim, com sua conduta, o preceito fundamental de sua doutrina, VIVER PARA OUTREM.

Terminara a Revolução Francesa. Nela prevalecera o espírito metafísico de VOLTAIRE e de ROUSSEAU sobre o espírito positivo de HUME, de DIDEROT e de CONDORCET. A reorganização tornara-se por conseguinte impossível. O partido católico provara, pelo mais eminente dos seus órgãos, DE MAISTRE, a impotência das doutrinas negativas para dirigir a sociedade, demonstrando, por outro lado, a grandeza do regime que havia imperado na Idade-Média. Porém, ao indicar como remédio, para o enfraquecimento social e moral, a reinstalação desse antigo regime, mostrava DE MAISTRE, desconhecer a verdadeira causa do mal. O catolicismo decaía. Os preceitos impostos pelas razões teológicas com elas ruíram. E daí não ser possível à reconstrução da ordem social pela forma que DE MAISTRE, desejava.

Foi quando CONTE iniciou suas meditações. Profundamente versado em todas as ciências, discípulo da escola orgânica de HUME, DIDEROT e CONDORCET, retificada pela apreciação da Idade-Média de DEMAISTRE, consagrou-se CONTE à tarefa de reorganização intelectual e moral. Com esse espírito, publicou uma série de estudos que anunciavam o fundador da religião definitiva. Querendo, porém, estabelecer a ordem moral sobre bases inalteráveis, pôs-se a elaborar o seu SISTEMA de Filosofia POSITIVA, tarefa que durou doze anos. Terminado esse monumento de verdadeiro saber, que por si só bastaria para o immortalizar, entregou-se por completo a questão moral que a grandeza de sua alma tornara, desde o início, a inspiradora de seu grande poema, teve CONTE a feliz ocasião de conhecer CLOTILDE que, tocando as fibras mais delicadas de seu coração, fez conceber a excelsa RELIGIÃO DA HUMANIDADE.

Em seu SISTEMA DE POLÍTICA POSITIVA está encerrada essa suprema criação. Sucedendo às diversas doutrinas que, no correr do passado, haviam dirigido a vida Humana, aperfeiçoando-a cada vez mais, veio a RELIGIÃO DA HUMANIDADE preencher a necessidade precípua da época, como o é, na verdade,

uma crença capaz de unir para sempre todas as almas, em um mesmo SANTO ESPÍRITO.

Se refletir bem, apesar do grande desenvolvimento intelectual e material contemporâneo, é profunda a desordem moral. O coração do homem esta doente. A Falta de cultura altruísta faz prevalecer por toda parte o egoísmo. Os que deixam o Catolicismo pelo cepticismo não sabem como educar os filhos. A mulher, a parte seleta da Espécie, por ter o sentimento mais desenvolvido do que o homem, continua apegado ao catolicismo que oferece conforto ao seu coração. Se surgisse, porém, algo moralmente superior ao Catolicismo, seria ela a primeira a aceitar, porque obedece sempre ao amor do bem e vive anelando o ideal.

Enquanto a maioria dos espíritos, que se dizem progressistas, se ocupa em atacar o Catolicismo, reconhece A. CONTE a necessidade dessa doutrina, fundada pelo grande S. Paulo, e sente pelo sacerdócio da Idade-médias o mais profundo respeito, a maior admiração, mais ainda, crê que até hoje exerce o sacerdócio católico nobre tarefa, mantendo o ponto de vista da moralidade, pregando a cultura do coração. Porém, como CONTE conseguiu harmonizar ciência e religião que pareciam condenadas à eterna luta, cessou o cisma que tinha afastado os homens de mães, esposas e filhas e, uma mesma crença há de ser por todos professada. Sua fé no triunfo da grande doutrina é tal que abriga a esperança de que as naturezas verdadeiramente sacerdotais do catolicismo, isto é, aquela que compreendem que o fim da religião é aperfeiçoar moralmente o homem para tornar mais feliz a vida privada e a vida pública, se hão de converter ao Positivismo.

E, na verdade, se alguma cousa do excelso espírito que animou os S. Paulo, os Santo Agostinho, os S. Bernardo, ainda resta no coração dos sacerdotes católicos de hoje, se suas almas são sinceramente religiosas, se condoem do penoso mal-estar que acabrunha e da profunda imoralidade que devora, não podem deixar de aceitar a única doutrina capaz de regenerar altruísticamente o mundo inteiro,

Foi no amor puro e abnegado, foi no fervoroso interesse pelo destino dos homens que se formaram os grandes apóstolos. Foi esse fogo sagrado que inspirou os egrégios místicos e ditou o mais sublimes dos poemas, "A IMITAÇÃO", que resume o Catolicismo. Todos esses seres superiores estariam hoje com a RELIGIÃO DA HUMANIDADE que considera o amor Universal, como o centro de todos os pensamentos e de todos os atos.

Ela subordina a ciência e a indústria à moral, a vida privada à vida Pública, a personalidade à sociabilidade e impõe o dever por altruísmo.

Os que aspiram com energia ao aperfeiçoamento espiritual e reconhecem que a verdadeira felicidade consiste no predomínio dos sentimentos de apego, de veneração e de bondade, abraçarão prontamente, a mais santa religião. E, como, apesar de todas as delongas, a doutrina que mais comove o coração do homem, a que lhe desperta

anelos mais generosos, a que o leva a atos mais sublimes, acabará por triunfar, a sorte da **RELIGIÃO DA HUMANIDADE** não é duvidosa. Cedo ou tarde a todos unirão nos indissolúveis laços das mesmas idéias e dos mesmos sentimentos. Essa tendência à unidade humana, que se tem manifestado no curso da história, através de tantas lutas, e que o Catolicismo procurou realizar, sem o conseguir, há de se verificar sob o POSITIVISMO que preenche todas as condições de uma religião definitiva e universal: **SANTIDADE DE CULTO, VERDADE DE DOGMA, UTILIDADE DE REGIME.**

Trabalho de Sergio Antonio de Berredo Guimarães

Igreja Positivista do Brasil - Rio de Janeiro - RJ - 1997

Extraída do livro A Religião da Humanidade de Augusto Conte.

O POSITIVISMO

O Positivismo é a escola filosófica nascida das idéias do pensador francês AUGUSTO COMTE (1798-1857). Em meio a uma série de teorias, baseadas em sua “filosofia da História” e na sua “Classificação das ciências” Conte criou o que chamou de “Religião da Humanidade”, culto não teísta, no qual DEUS seria um substituído por uma humanidade racional e evoluída que atingiria esse estágio “mais elevado” conduzido por “homens mais esclarecidos”. Para CONTE, a melhor forma de governo era a “ditadura Republicana um governo de Salvação nacional exercido no interesse do povo”. O ditador comtiano, em tese, deveria ser representativo, mas poderia “afastar-se” do povo em nome do “bem da república”.

Não é difícil entender por que os “militares científicos” se apaixonaram tanto pela tese. Ao assumir o poder, depois do golpe de 1889, Deodoro, que não era positivista, e Constant deram um tom comtiano ao novo regime, centralizador e autocrático.

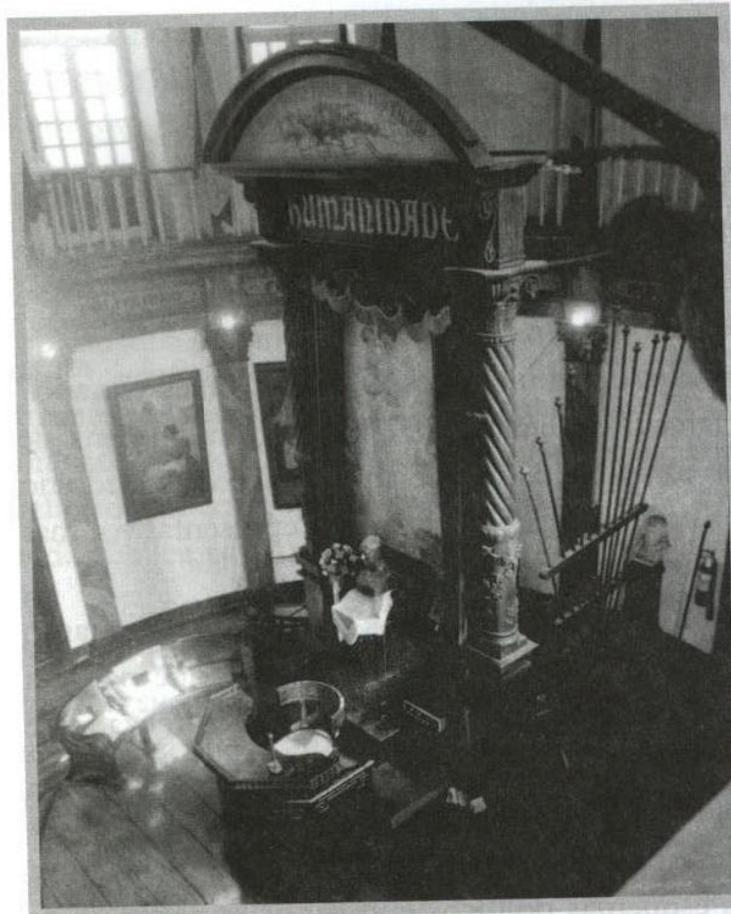
Com a ascensão dos Oligarcas de São Paulo Prudente de Moraes e Campos Sales-, a influência positivista se arrefeceu. Mas logo voltaria a fluir entre os tenentes dos anos 20, na coluna vertente, os esquemas políticos comtianos se codificaram também no trabalho de Lindolfo Collor, ministro do trabalho do positivista Getúlio Vargas. A modernização conservadora proposta por CONTE ainda fascina facções militares. E um de seus lemas “O AMOR POR PRINCÍPIO A ORDEM POR BASE E O PROGRESSO POR FIM” tremula na bandeira nacional, embora o “AMOR” tenha ficado de fora. Outro mote positivista eventualmente libera fantasmas no espectro político da nação. Segundo CONTE, **“Os vivos são sempre e cada vez mais, governados pelos mortos”**

Pesquisa: Joel Leão.

Fonte: Resumo Histórico do Movimento Positivista no Brasil 1881.

Igreja Positivista do Brasil Miguel Lemos

Fachada da Igreja
Positivista do Brasil



IGREJA POSITIVISTA DO BRASIL

Conferências Públicas

aos domingos às 10:00h

Rua Benjamim Constant, nº 74

Glória - Rio de Janeiro-RJ

e-mail: igrposit@arras.com.br

Interna da Igreja
Positivista do Brasil



FORTE PRÍNCIPE DA BEIRA

Joel Leão

Localizado à margem direita do Rio Guaporé no Estado de Rondônia, desabrochado no meio da selva amazônica, ali esta a majestosa relíquia da arquitetura militar luso-brasileira: “O Real Forte Príncipe da Beira”.

A HISTÓRIA

Foi durante o reinado de D. José I, Rei de Portugal, que o estadista, ministro e personagem de destaque do governo, Sebastião José Carvalho e Mello, Marquês de Pombal, lançou as bases da Colonização da Amazônia. Decisões estratégicas de grande alcance foram tomadas, destacando-se a criação da Capitania de Mato Grosso e a construção de um verdadeiro cordão de fortes e fortins, a fim de barrar as vias de penetração que do oeste atingiam a região central da Amazônia.

Essas fortalezas assinalaram e asseguraram a expansão do território brasileiro para o norte e para o oeste. O Forte Príncipe da Beira era uma delas. Com a mesma finalidade, o Forte de Coimbra, localizado no sul de Mato Grosso no barranco oeste do Rio Paraguai, desempenhou ativo papel em operações de guerra, defrontando, valentemente, forças poderosas. A primeira operação foi em 1801, quando combateu os espanhóis, a segunda, em 1864, reagindo heroicamente aos invasores paraguaios. Também o Fortim de Nossa Senhora da Conceição, situado nas proximidades do Forte Príncipe da Beira, no Rio Guaporé, por duas vezes, enfrentou os castelhanos, vencendo-os, ainda que com menor poder de combate.

O Real Forte Príncipe da Beira, baluarte da longínqua fronteira, impôs, por sua imponência e austeridade, o respeito e o temor ao inimigo, mantendo-se intocável durante todo o período da história em que houve ameaça externa.

A CONSTRUÇÃO

A pedra fundamental da construção foi lançada em 20 de junho de 1776 e as obras foram concluídas em agosto de 1783. O primeiro comandante foi o Capitão de Dragões José Mello da Silva Villena. D. Luiz de Albuquerque Mello Pereira e Cáceres criou esse baluarte, visando inicialmente à consolidação do domínio Português na calha do Rio Guaporé, diante da ameaça expansionista do Vice-Reinado do Peru. A idéia não era uma construção similar a do Forte de Coimbra, mas sim uma verdadeira fortaleza com todos os requisitos da Engenharia Militar. Para tal empreitada foi escolhido uma lomba da Serra dos Parecis, dois quilômetros a montante de Conceição, na margem direita do Rio Guaporé.

A falta de recursos, as longas distâncias, a aproximação dos espanhóis, bem como todas as dificuldades foram registradas por D. Luiz de Albuquerque quando disse:

“A soberania e o respeito de Portugal impõem que neste lugar se erga um forte, e isso é obra a serviço dos homens de El-Rei, nosso senhor e, como tal, por mais duro,

por mais difícil e por mais trabalho que isso dê... é serviço de Portugal. E tem que se cumprir”.

O Real Forte Príncipe da Beira é um quadrado de conformidade com o sistema Vauban ou praça, que utiliza a fortificação de Bastiões, possuindo um perímetro de 970 metros, com muralhas de três metros de altura, quatro baluarte, sendo cada um armado com 14 canhoneiras. Em torno do forte, um longo e profundo fosso obrigava o ingresso através somente da ponte que conduzia à monumental e única porta com cerca de três metros de altura, aberta na muralha norte. No seu interior, existiam 14 residências, destinadas ao comandante e aos oficiais, uma capela, um armazém e depósitos.

As pedras usadas na construção, inicialmente, foram trazidas de Belém, por via fluvial (rios Amazonas, Madeira e Guaporé); posteriormente, passaram a vir de Albuquerque ou de Corumbá, em Mato Grosso, subindo a calha do Rio Paraguai e seus afluentes da margem direita e dali eram transportadas por terra. Essas pedras percorriam mais de mil quilômetros antes de atingir a área do Forte. A mão-de-obra foi trazida do Rio de Janeiro e de Belém. Mais de 1.200 homens, entre eles aproximadamente mil escravos, trabalharam na construção, cujo término ocorreu seis anos depois, em agosto de 1783.

As peças de artilharia levaram muito tempo para chegar ao destino. Dados confirmados em documentos registram que quatro de seus canhões os de bronze, calibre 24 - foram enviados do Pará somente em 1825, sendo transportadas pelo Rio Tapajós, uma viagem que levou cinco anos para se completar.

O ABANDONO

Existe um vazio histórico de mais de um século, após o término do primeiro comando do forte. Está registrado apenas que, em 1889, ano da Proclamação da República, o velho forte foi desativado, por medida de economia do governo recém-instalado. A partir desta data, teve início os saques e as depredações, tanto por brasileiros quanto por bolivianos. Tudo que puderam ser aproveitado e carregado foi retirado pelos que por lá transitaram. Canhões foram espalhados ou até mesmo vendidos para navios ingleses em Antofagasta, na costa do Pacífico.

A REDESCOBERTA

Em 1914, Rondon, em suas explorações pela região, encontrou vestígios da fortificação e constatou o abandono do rico e histórico patrimônio, já danificado e depredado. Restavam apenas ruínas do que fora o majestoso Real Forte Príncipe da Beira. Em 1930, o general retornou em inspeção ao mesmo local, deixando registrada sua passagem em uma placa alusiva à data em que foi criado um contingente especial de fronteira.

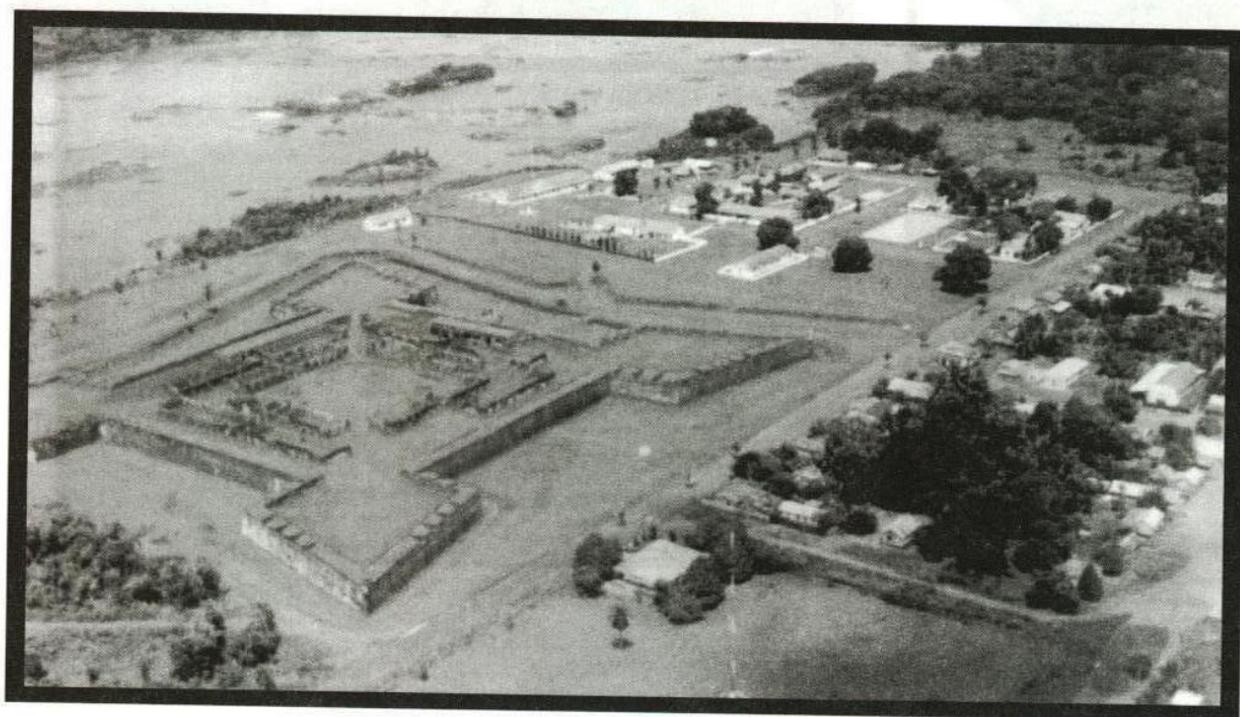
Desde a passagem de Rondon pela região, o Exército esteve sempre presente. Primeiro, com o 4º Pelotão de Fronteiras: em 1954, com o 7º Pelotão de Fronteiras e em 1977, com o 3º Pelotão Especial de Fronteira. Em 1950, o monumental forte foi tombado pelo Instituto Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

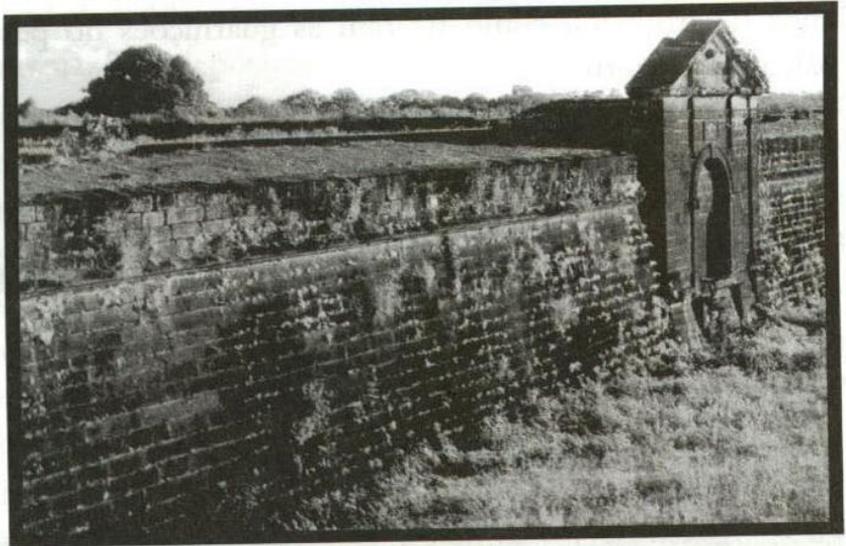
Atualmente, o 1º Pelotão de Infantaria de Selva Destacado, pertencente ao 3º Batalhão da 17ª Brigada de Infantaria de Selva, é o responsável pela preservação e manutenção desse riquíssimo patrimônio histórico. Cinquenta e oito homens que compõem o pequeno efetivo do pelotão lá estão, conscientes da missão de vigiar a linha de fronteira, como fizeram as guarnições do passado, nas muralhas e nos baluartes do Forte.

Pesquisa:

Joel V. Leão.

Fonte: - História Cultural do Exército/ Paulo Roberto R. Teixeira. Fundação Cultural Exército Brasileiro. RJ.





**NICE KUIOTO E A TRADIÇÃO
DA ARTE OLEIRA BORORO**

Anna Maria Ribeiro Fernandes Moreira da Costa

A Sala de Estudo e Pesquisa da Cultura Indígena, que integra o complexo de salas temáticas da Biblioteca Pública Estadual Estevão de Mendonça, unidade Palácio da Instrução, apresentou no período de 17 a 24 de abril de 2006 a exposição intitulada Nice Kuioto e a tradição da arte oleira bororo.

A temática da exposição teve como objetivo divulgar a tradição da arte oleira dos índios Bororo, resultado de uma proposta do artista plástico Frede Fogaça apresentada à Secretaria Estadual de Cultura do Estado de Mato Grosso no ano de 2005. No mesmo ano, Fogaça esteve na Terra Indígena Perigara, às margens do rio São Lourenço, no pantanal mato-grossense, local onde habita parte da população indígena Bororo, com o propósito de organizar várias oficinas direcionadas à arte ceramista. Aproximadamente quinze oficinas foram realizadas no período de março a abril, estando a índia Bororo Nice Kuioto, à frente das oficinas.

Nice Kuioto, do clã Wagudugodo Kujagureu, com seus 80 anos de idade, é viúva e tem seis filhos. Atualmente divide o espaço de sua casa com dois filhos e netos. É reconhecida na aldeia por ser uma mulher tranqüila e trabalhadora, além de “a única que sabe fazer panela de barro”, tarefa exclusivamente reservada ao sexo feminino. Segundo os estudos de César Albisetti e Ângelo Jayme Venturelli, a técnica da cerâmica pertence ao clã Iwagúdu-dóge, entretanto, é fabricada por mulheres dos demais clãs e usada por todos os membros da comunidade.

Na aldeia, o quintal da casa construída na época do Serviço de Proteção aos Índios serviu, atualmente, de cenário à história da olaria dos índios Bororo, em que a preservação do conhecimento dessa técnica tradicional consistiu no foco principal. As personagens que figuram essa história, além da artesã Nice Kuioto, são as mulheres indígenas que tiveram a oportunidade de reviver um complexo de idéias, concepções e significados reelaborados a partir da técnica da cerâmica. Unidos em um mesmo propósito, o projeto de revitalização da arte oleira dos Bororo contou com o apoio incondicional da comunidade indígena e, em especial, do líder Benedito Tuagueton e sua esposa Olinda Marques Bororogugildu, além de Edmundo Iwbodo Mugureu e Luiza Rodrigues de Oliveira, sua esposa e professora da Fundação Nacional do Índio desde o ano de 1986.

Cada uma das personagens que figuram essa trama responsabilizou-se pela reescrita da cerâmica, das ceramistas, bem como dos significados que envolvem a arte oleira na sociedade Bororo e, assim, tornaram-se personalidades, sujeitos transformadores da história. As linhas e a escrita da tradição oleira Bororo, por pouco apagadas

¹ *Historiadora e Pesquisadora da Fundação Nacional do Índio e Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso.*

pela violência do contato com o a sociedade não-índia, retornam com grande intensidade, agora recodificadas na mente das artesãs e na forma do objeto que traz em si aspectos cognitivos e simbólicos.

A proposta de Frede Fogaça, sem dúvida, deve ser celebrada, na medida em que pôde trazer à vida cotidiana da aldeia um saber quase esquecido pelas demais mulheres, revivificando as práticas sociais do discurso, da fala, das manifestações artísticas e da criação de objetos que passaram a ser reincorporados à vivência Bororo. A renovação da técnica da arte oleira torna-se capaz de identificar os planos de significação cultural que se encontra impregnada na panela de barro. Essa técnica possibilitou o reconhecimento do objeto ao perceber as condições de fabrico, a organização do trabalho, o aprendizado e o refinamento da técnica, o conhecimento do ambiente e os meios e processos da transmissão desse saber dentro do grupo social onde é produzido.

Vieram à tona conhecimentos referentes ao ambiente, matéria-prima, tecnologia, adaptação ecológica, utilização da cerâmica, valores estéticos, como também códigos simbólicos compartilhados pelos membros dos grupos. Assim, a retomada da prática da arte ceramista é capaz de fazer com que os Bororo possam compor idéias, concepções, significados, sempre reelaborados.

À frente da olaria, tendo como teto o manto celestial, está a índia Nice Kuioto, uma das poucas mulheres Bororo que preserva o caráter tradicional da produção das panelas de barro cozido, sabedoria trazida de seus ancestrais. Nice Kuioto, com a tranqüilidade que lhe é peculiar, conduziu os ensinamentos com maestria. A alegria permeou seus ensinamentos ao repassar as técnicas da tradição barrista às mulheres aprendizes que puderam vivenciar a arte de moldar o barro e transformá-lo em panelas e outros recipientes destinados à guarda e ao cozimento de alimentos.

Primeiramente, Nice Kuioto advertiu às aprendizes que durante a menstruação deverão suspender as atividades de ceramista, pois as peças fabricadas nesse período não conseguiriam alcançar a têmpera desejada. Além disso, não devem manter relações sexuais no dia em que antecede o trabalho de modelagem do barro.

A uma grande distância da aldeia está a jazida de argila. O barro, depois de provado, é levado ao local da oficina. Nice Kuioto ensinou às mulheres que o barro deve ser levado à boca e mastigado. Só assim se tem a certeza de que não tem areia, demonstrando ser de boa qualidade para a confecção das panelas. A pé, da várzea até à margem do rio São Lourenço, blocos de argila, acondicionados em cestos-cargueiros, são transportados por homens e mulheres.

Ao chegar à aldeia, o barro é socado no pilão e a massa, agora homogênea, deixada de lado para descanso. Enquanto isso, ossos de gado são queimados e socados no pilão. Após esse processo, a farinha de ossos passa pelo movimento circular das mãos femininas que manuseiam a peneira. A parte dos ossos aproveitada

corresponde àquela que permanece na peneira e não aquela que escapa dos seus orifícios.

Com as mãos, Nice Kuiuoto mistura os ossos granulados à massa de argila e após o barro começar a desprezar das mãos é distribuído às demais mulheres aprendizes.

Também entre os Bororo, a modelagem do barro se faz pela superposição de roletes de argila, com o auxílio de conchas fluviais. As oleiras empregam uma concha para modelar as paredes internas e externas para dar à peça, logo após a modelagem, a fim de aprimorá-la. O brunimento com semente de jatobá, feito quando a peça encontra-se quase seca, torna-se importante porque ajuda a unir os roletes e propiciar um acabamento adequado.

A cerâmica depois desse processo é levada à sombra para secar e, finalmente, ser cozida em contato direto com as chamas da fogueira. A técnica oleira, em consonância com a tradição Bororo, não conta com o forno para o cozimento dos objetos, que são queimados em uma grande fogueira. As louças de barro são deitadas entre achas de madeira de lei para o cozimento, após a sua total secagem. Os utensílios domésticos de barro não recebem decoração. Após a queima, as panelas ganham uma tonalidade escura proveniente da própria coloração do barro, associada à queima e chega o momento de verificar se não houve rachadura nas panelas. Só assim, estará apropriada para o uso.

OS BORORO

O termo Bororo, utilizado pelos índios para se referirem ao pátio da aldeia, foi tomado pelos primeiros exploradores para identificar diversos grupos que integravam a etnia Bororo, muitos dos quais desaparecidos com o contato com a sociedade envolvente. Os Bororo, também chamados Coroados, Porrudos, Coxiponés, Otuques e outros nomes, habitavam um vasto território que se expandia até o oriente boliviano, ao vale do rio das Mortes, no alto do rio Araguaia e nas imediações do rio Taquari. Divididos em Bororo Orientais e Bororo Ocidentais em decorrência do processo histórico, os grupos perderam o contato entre si, seguindo destinos diversos. Os Bororo Ocidentais que habitavam as terras a sudoeste de Cuiabá compreendiam os da Campanha e os Cabaçais. No início do século XIX, os Bororo da Campanha atacaram sistematicamente a Fazenda Jacobina, estabelecida na atual região de Cáceres, sofrendo inúmeras baixas. No século seguinte, esses índios foram recrutados para a indústria do charque, desenvolvida pela Fazenda Descalvado, cuja atividade consumiu muitas vidas, inclusive uma parcela significativa de índios Chiquitano e Guató. Os temidos Bororo do Cabaçal, que atacavam os moradores e viajantes que percorriam a estrada Vila Maria-Vila Bela, foram contatados em meados do século XIX e aldeados próximos ao Registro do Jauru e na Fazenda Nacional de Caiçara. Os conflitos constantes, a escravidão e as epidemias os levaram à beira da extinção. Porém, ainda é

possível encontrar famílias de Bororo Ocidentais vivendo em comunidades na faixa de fronteira brasileira, bem como nas proximidades de San Matias, na Bolívia. Com o estabelecimento das Missões de Chiquitos, os Bororo, que passaram a ser conhecidos pelos luso-brasileiros como os da Campanha, sofreram forte influência dos jesuítas, até a sua expulsão das colônias espanholas, em 1767. Os Bororo Orientais ou Coroados, autodenominados de Boe, que quer dizer gente, com o processo de ocupação colonial, cuja parte de seu antigo território se encontram diversas cidades, entre elas, Cuiabá, sofreram, não sem resistência, todos os tipos de agressão, ocasionando drástica redução populacional. Reunidos, inicialmente, em Colônias Militares, estas transformadas no decorrer do tempo em Postos Indígenas e em Reduções Religiosas, ocupam atualmente as Terras Indígenas Meruri, Tadarimana, Tereza Cristina, Perigara a Jarudori, esta invadida, além da Kudorojari que se encontra em processo de identificação.

BIBLIOGRAFIA

ALBISETTI, César e VENTURELLI, Ângelo Jayme. **Enciclopédia bororo**. Volume I. Vocabulários e etnografia. Campo Grande: Escolas Profissionais Salesianas, 1962.

COLBACCHINI, Antonio. **A tribo dos Boróros**. Rio de Janeiro: Papelaria Americana, 1919.

_____. **À luz do Cruzeiro do Sul. Os Boróros-Orari do Planalto Oriental de Mato Grosso e a Missão Salesiana**. Impressões. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1939.

VIDAL, Lux; SILVA, Aracy Lopes da. O sistema de objetos nas sociedades indígenas: arte e cultura material. SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luís Donizete Benzi (Orgs.). **A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus**. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995, p. 369-402.

Querida mamãe,
ANA PINTO DE QUEIROZ

Nilza Queiroz Freire

Campo Grande/MS, 20 de janeiro de 2000.

Há poucos dias, escutando uma entrevista do Pe. Marcelo Rossi, fui despertada a dizer-lhe sobre o meu relacionamento em relação à senhora, como mãe e como pessoa humana.

Fazendo um retrospecto sobre sua vida, recordo-me dos seus cuidados com os filhos, naquilo que continua sendo fundamental: saúde, educação, instrução, religião, patriotismo..., tudo em forma de amor - aquele sentimento que nada cobra para si.

Nunca percebi, da sua parte, a exigência - junto ao papai - de nada que fosse supérfluo..., para dizer a verdade, nem a compra de um vidro de perfume.

Entretanto, o bem material que podia ser, fartamente, usufruído pela sua pessoa, era destinado a: médico, dentista, escola, vestuário, moradia própria... - tudo na medida certa, sem exagero, pois, a família que constituiu é numerosa.

Mãe de dez filhos, criou sete deles, procurando transmitir-lhes valores humanos superiores ao dinheiro, isto é, valores filosóficos, os quais só pude entendê-los quando estudei a matéria Filosofia. Ao término dos estudos, a Professora perguntou, a cada aluno, sua opinião a respeito dessa disciplina: respondi que, os ensinamentos não me causaram novidade; despertaram-me, isso sim, para a qualidade de vida que a senhora nos ensinou, tais como:

- respeitar os semelhantes;
- crescer de dentro para fora;
- criar alguma coisa boa que sirva, não só a si, mas à Humanidade;
- viver na realidade do dia-a-dia;
- CRER NUM Ser superior, criador do Céu e da Terra e outros ensinamentos complementares.

Na família que me criei, o pai provia o bem material e, por isso, não era somente o pagador das despesas, mas o chefe da casa; a mãe comandava a filharada; representava o Poder Judiciário: andou direito, a rotina prosseguia normalmente, porém a desobediência, falta de respeito, malcriação, desperdício, irresponsabilidade com a escola e outros comportamentos indesejáveis, o Poder Judiciário - Dona Vidinha - entrava em ação e, se não rendesse por bem, o faltoso entrava numa boa surra - **pé de galinha não mata pinto** [grifo da autora], argumentava -, a fim de constar da vida de cada um; eu, por exemplo, tenho lembrança de duas ou três sovas, muito bem merecidas..., as quais constam no meu *curriculum vitae*.

Se alguma vaidade exterior nos acompanha, não foi transmitida pela mãe e nem pelo pai; os valores dos quais deveríamos nos orgulhar seriam aqueles gerados pela nossa realização, pois, somente dessa forma, estaríamos satisfeitos conosco mesmo.

Vaidade exterior representada por boas roupas, finos sapatos, belas jóias e outras mais, seria **embalagem** [grifo da autora], e não, conteúdo.

Dentro dessas verdades, a senhora nos orientou e se desincumbiu da missão que Deus lhe deu - a família, alicerce da sociedade - pondo filhos no mundo, úteis a si e à sociedade. Considere-se vitoriosa, pois, nos seus 92 anos, cheios de saúde, pode contar com a assistência dos filhos que, na falta do papai - que se primou pela responsabilidade -, são o seu porto seguro.

Outro destaque para a sua pessoa é a Bondade; a senhora sempre foi capaz de perdoar quem quer lhe ofendesse, porque, dentro do seu entendimento, a clemência é a capacidade de ir além da vingança e da justiça.

Parabéns pelo seu 25 de janeiro, por ser vitoriosa mais uma vez, celebrando a virada do ano, a mudança de século, a troca de milênio.

Por tudo o que a senhora é, dentro da sua simplicidade, beijo, respeitosamente, suas mãos.

Nilza Queiroz Freire

INTERPRETANDO O PATRIMÔNIO AMBIENTAL NA BACIA DO CÓRREGO BARBADO

Suíse Monteiro Leon Bordest

Lina Márcia de Carvalho da Silva Pinto

Maria Ester Godoy Pereira Maekawa

Suíse Monteiro Leon Bordest¹
Lina Márcia de Carvalho da Silva Pinto²
Maria Ester Godoy Pereira Maekawa³

INTRODUÇÃO

O trabalho refere-se a uma das abordagens de pesquisas ambientais realizadas na bacia do córrego Barbado, pela autora e colaboradoras, com a finalidade de atuar na comunidade para formar multiplicadores preocupados com a transformação social e ambiental. Trata-se de atividades sobre a interpretação do patrimônio ambiental em área urbana, desenvolvido com alunos e alunas de duas Universidades no Estado de Mato Grosso, sendo uma, pública e outra, particular, no Estado de Mato Grosso. Busca discutir e orientar educadores, educandos e demais membros da comunidade sobre a interpretação do patrimônio no contexto de bacias hidrográficas em suas próprias realidades.

Palavras chave: Educação Ambiental, Córrego do Barbado, Parques Urbanos.

CONTEXTO

O trabalho apresenta uma das abordagens de pesquisas ambientais realizadas na bacia do córrego Barbado, pela autora e colaboradoras, utilizando experiências obtidas no *I Curso de Especialização em Educação Ambiental: A Bacia Hidrográfica como Método de Abordagem e Ensino*, oferecido pelo CRHEA-EESC-USP, 1997, com a finalidade de atuar na comunidade para formar multiplicadores preocupados com a transformação social e ambiental. Em cada etapa da pesquisa, temos buscado discutir e disseminar idéias visando orientar educadores, educandos e comunidade sobre a interpretação do patrimônio ambiental no contexto de bacias hidrográficas em suas próprias realidades. O trabalho com bacias hidrográficas possibilita diversas atividades significativas, tais como visita ao campo, palestras, experimentos, construção de maquetes, produção de textos, poesia e outras manifestações artísticas que podem ser desenvolvidas com estudantes. Espera-se com este estudo contribuir para a formação de cidadãos conscientes, críticos e aptos para decidirem e atuarem na sociedade.

Nesta apresentação, objetiva-se comunicar resumidamente um trabalho sobre a interpretação do patrimônio ambiental (natural, histórico e cultural) na cidade de Cuiabá, Mato Grosso, no contexto da Bacia Hidrográfica do Córrego Barbado, visando sensibilizar pessoas sobre a importância da água fluvial no contexto urbano, sob diferentes olhares. Considera-se a importância da escolha do tema pela oportuni-

¹Professora dos PPGG/ICHS e PPGE/IE/UFMT. e-mail: bordest@uol.com.br

²Mestranda em Educação pelo PPGE/UFMT. e-mail: linacsp@terra.com.br

³Mestre em Educação pelo PPGE/UFMT. e-mail: esterufmt@ig.com.br

dade da reflexão sobre a questão ambiental, sobre a realidade imediata dos alunos e alunas como pela possibilidade de transcender e confrontar e ampliar essa realidade.

ABORDAGEM METODOLÓGICA

Com enfoque da Pesquisa Qualitativa e com abordagem na Fenomenologia de Merleau Ponty (1994) e concepções de Tuan (1980), o trabalho desenvolveu-se no ano de 2004 em dois momentos. No primeiro momento com alunos e alunas do Curso de Especialização: *Mato Grosso: Dinâmica da Ocupação*, da Universidade de Cuiabá (UNIC). No segundo momento com mestrandos do Programa de pós-graduação da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

Entendemos aqui, Interpretação do Patrimônio como a arte de comunicar mensagens e emoções, como o processo que acrescenta valor à experiência vivida pelos visitantes, através de representações que realcem a história e as características ambientais (naturais, sociais, culturais, éticas e estéticas) do lugar sem desconsiderar sua dimensão global.

Sob este prisma, escolhemos como foco de estudo o Parque Estadual Massairo Okamura, posicionado no alto curso do córrego Barbado e o Parque Zôo-Botânico da UFMT, localizado no médio curso do Córrego Barbado, cuja micro-bacia começa e termina no perímetro urbano da capital mato-grossense. O referido córrego nasce no Centro Político e Administrativo de Mato Grosso, e termina como afluente da margem esquerda do rio Cuiabá.

Partimos do entendimento: interpretar é revelar significado, é provocar emoções, é estimular a curiosidade, é entreter e inspirar novas atitudes no visitante, procedente de qualquer lugar, inclusive dos bairros de entorno do parque. Para atingir os objetivos propostos buscamos, entre outras atividades, inspiração na poesia de Manuel de Barros, como uma das práticas de sensibilização da Educação Ambiental desenvolvidas no ambiente dos referidos Parques, valorizando o prazer e a criatividade na construção coletiva do conhecimento.

CONSIDERAÇÕES

Esperamos com as atividades realizadas e com o envolvimento dos participantes: Sensibilizar para novas atitudes, através do viés interpretativo do patrimônio natural, histórico e cultural. Reconhecer e valorizar a água como um bem patrimonial. Instrumentalizar a comunidade de Cuiabá para aquisição de habilidades práticas preventivas.

BIBLIOGRAFIA

BORDEST, S. M. L. **A Bacia do Córrego Barbado**. Cuiabá, Mato Grosso. Cuiabá: PRINT, 2003.

LOUREIRO, C.F.B.; LAYRARGUES, P .P.; CASTRO, R. S. **Educação Ambiental: Repensando o Espaço da Cidadania**. São Paulo: Cortez, 2002.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da Percepção**. Trad. De Carlos Alberto Ribeiro de Moura. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

MURTA, S. M. & ALBANO, C. (Org.) **Interpretar o Patrimônio: Um Exercício do Olhar**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Território Brasiliis, 2002.

TUAN, Y-FU **Topofilia Um estudo de Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente**. São Paulo: Difel, 1980.

TUNDSI, J.G. **Água no Século XXI: Enfrentando a escassez**. São Carlos: Rima, 2003.

Obs. Este trabalho foi originalmente apresentado no Simpósio Comemorativo aos 10 Anos do Curso de Especialização em Educação Ambiental e Recursos Hídricos. CRHEA - São Carlos. Período 06,07,08 de julho de 2005 com o Título de Interpretação do Patrimônio Ambiental em em Bacia Hidrográfica - O caso Córrego Barbado.

RESENHA

MAGALHÃES, Hilda Gomes Dutra.
História da Literatura de Mato Grosso: Século XX.
Cuiabá: Unicen Publicações, 2001. 328p.

*Lidiane Álvares Mendes**

A autora, Hilda Dutra Gomes Magalhães, tem como proposta principal avaliar e mostrar ao público interessado que a Literatura de Mato Grosso tem em sua rede grandes obras e que estas caracterizam períodos distintos dentro do Estado. Veremos, em seu livro, que ela delinea a literatura mato-grossense, conceituando a história e a historiografia, catalogando grandes autores, numa mostra clara da importância deles no contexto social do mesmo.

Hilda Magalhães expõe, primeiramente, a visão de Rubens de Mendonça sobre os primórdios literários no Estado e, logo depois, a obra *Crônicas de Cuiabá*, de Barbosa de Sá.

Em relação às artes cênicas, o teatro em Mato Grosso surge com as primeiras minas de ouro, que deram origem à população urbana. Por todo o período colonial é marcada a passagem de Companhias de Teatro por Cuiabá, encenando em tabladros públicos comédias, peças de fundo rurais, romances e dramas. Nas festividades públicas havia peças de teatro usadas pelos governantes para amenizar os problemas socioeconômicos. Também foram criadas Companhias que, mesmo sem atividades importantes no cenário teatral, ficaram registradas na história das artes cênicas de Mato Grosso, como é o caso da Sociedade Escola Dramática, de 1883, fundada por Joaquim Bartolino de Proença, e formada pela mais alta estirpe cuiabana. Essa Companhia era apadrinhada pelo vice-cônsul italiano e durou pouco mais de três anos, dissolvendo-se com a volta do vice-cônsul para a Itália.

Inserido nos primeiros decênios do século XX, a autora cita o nome de Dom Francisco de Aquino Corrêa, o primeiro e o único até o presente momento a ser eleito para a Academia Brasileira de Letras. Em seu poema "Odes" ele mostra a influência sofrida por autores como Vergílio, Horácio, Dante, Vieira, Bernardes.

Os trabalhos literários de Dom Aquino têm como base o bem e os dogmas colocados a serviço da Igreja. O autor escreve com muita elegância e seus textos enobrecem o homem e sua pátria. Sendo líder cultural de sua época, por sua influência, sobre a literatura mato-grossense, em 1945, foi homenageado com o Grêmio Estudantil; Dom Aquino muito contribuiu para a divulgação de poesias no Estado.

**Graduada em Licenciatura Plena em História pelo UNIVAG - Centro Universitário de Várzea Grande e Pós-graduanda em Formação histórica das políticas públicas e sociais no Brasil pela mesma Instituição. Atua como professora de Ensino Fundamental e Médio na Escola Estadual Jupiara, no município de Campo Verde/MT.*

Ainda neste período, Magalhães faz referências à razão e ao sensualismo de José de Mesquita, à poesia satírica de Zé Capilé, Aprígio dos Anjos e Indalécio Proença, ao amor e lírica de Arlinda Morbeck, responsável pela criação da revista *A Violeta*, criada em 1916, na qual participavam somente mulheres, periódico que perdurou até 1950.

Nas décadas seguintes o país, sob o governo de Getúlio Vargas, trouxe a Mato Grosso, entre 1930 e 1940, avanços políticos, econômicos e sociais, dentre eles modernos meios de comunicação, e transporte aéreo. As atividades culturais ganham o Cine Teatro Cuiabá, inaugurado na década de 40 e a literatura local transita ente o antigo e o moderno. Neste período Mato Grosso e Mato Grosso do Sul formam um só Estado, surgindo ao sul Hélio Serejo, o cantor dos ervais, denominado assim, por escrever sobre usos e costumes da região ervateira.

O Padre Raimundo Pombo da Cruz, Franklin Cassiano e Zulmira Canavarros, diante da modernidade do cinema falado, conseguem manter vivo o teatro nas décadas de 1920 e 1930. Entre os três, somente o Padre Raimundo teve suas peças editadas, a saber: *Caduquices de avô*, *A múmia Tibiriçá*, *Educação Moderna* (comédias) e *O Sinal misterioso e Herói hodierno* (dramas).

O historiador Rubens de Mendonça deixou para a literatura local e nacional uma vasta produção que contribui como base para estudos acadêmicos até os dias atuais. A obra *História da Literatura de Mato Grosso*, onde o conteúdo está resumido no compêndio do trabalho de Magalhães, *Poetas Bororos*, *Antologia Bororo*, *Poetas mato-grossenses*, poemas como *Cascalho da ilusão*, *Garimpo do meu sonho*, *No escafandro da vida* e *Dom pôr do sol*, também foi um dos fundadores da revista *Pindorama*, mas seus trabalhos pouco contribuíram para o modernismo no Estado.

As revistas que surgiam nessa época tinham como características a *Novidade* e a *Atualidade*, mas, no entanto, não mostraram muitas expectativas diante de suas propostas ao leitor, eles queriam acomodar em um único espaço a inteligência local com bases em manifestações artísticas o que não conseguiram legitimar o modernismo, dissolvendo-se logo depois de sua criação.

Depois da *Pindorama*, surgem as revistas *O Arauto da Juvenília*, *Ganga e Sarã*, vanguardistas, que tinham em sua redação nomes como Silva Freire, João Antônio Neto, Wladimir Dias Pino, representando uma nova leva de modernistas, que se sustentam na estética da década de 50. Dentre os nomes citados acima, ainda temos alguns representantes do pré-modernismo no Estado como Lobivar de Matos, o surrealismo de Manoel de Barros, o modernismo bissexto de João Antônio Neto e o vanguardista Silva Freire, este conceitualizado como esplêndido prosador e magnífico poeta por João Antônio Neto. Freire destacou-se como um dos mais bem sucedidos poetas do Estado, por sua forma inovadora estética e a agremiação do falar regional e o erudito.

Em 1950, o Estado passa por transformações bruscas; a marcha para o Oeste, que visa a ocupação do centro do país, trás ao território mato-grossense uma massa enorme de pessoas vinda principalmente do sul, no campo cultural temos as atualizações junto ao eixo Rio-São Paulo, esses fatores são importantes pois verifica-se que a literatura local teve um aumento gradativo em relação às outras décadas.

Neste contexto surge a linguagem mitopoética de Manoel Cavalcanti Proença, que publicou trabalhos como Ritmo da poesia, Manuscrito holandês (1959). Observa-se nos poemas de Wladimir Dias Pino, o racional e o irracional que se integram de forma pulsante e expressiva.

A metalinguagem e mito vêm demonstrados por Ricardo Guilherme Dicke, que acumula prêmios por suas obras. Dicke trabalha a trajetória humana e também a existência do homem. Alguns nomes da literatura local que são representantes das crônicas, folclore, costumes e linguagens poéticas, são eles: José de Mesquita, Antônio Lopes Lins, Leal de Queiroz, José Barros, Vicente Murano, Carmino de Campos, Guilhermina de Figueiredo, Gabriel Vandoni de Barros, Rosário Congro, Vera Randazzo, Luis Feitosa Rodrigues.

Na década de 70 o Estado passa por implantações de órgãos como SUDAM, (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia), SUDECO (Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste) e BASA (Banco da Amazônia S/A), onde investem nos grandes latifundiários e os pequenos produtores são obrigados a deixar suas terras, migrando para as cidades e transformando-as em um caos, pois estas não tinham infra-estrutura para acolher tantas pessoas.

É nesse processo de crescimento econômico e social que a literatura mato-grossense passa por transformações com Marilza Ribeiro, entre o erótico e o social, optando a escritora em desenvolver obras para o questionamento social, salientando as camadas mais baixas. Já Tereza Albues busca no regionalismo e no misticismo sua linha de pensamento, buscando, entre o bem e o mal, um dialogo com o sobrenatural.

Por sua vez, Hilda Gomes Dutra Magalhães tem na poética e na metalinguagem, busca no drama típico do século XX. A base para seus trabalhos são a vida e a morte, a convivência com a diferença.

Podemos citar, ainda, grandes nomes da literatura mato-grossense como o erudito e popular Padre Antônio Pimentel que abrange em sua escrita o social e o religioso, o acadêmico e o circunstancial. E ainda, Dom Pedro Casaldáliga que vem demonstrar a importância da participação literária na política de engajamento. Seus textos defendem a gente da terra, morador do vale do Araguaia. Dom Pedro conhece como poucos o sofrimento daqueles povos, as desigualdades sociais, escrevendo em um eu coletivo, sempre caracterizado pela lembrança de uma realidade inexistente.

Hilda Magalhães ainda cita em seu livro o teatro existencialista de Flávio Ferreira e a poesia das exceções de Aclyse de Mattos que dialogam com a arte contem-

porânea de forma a questionar a atualidade com tom cômico e lírico.

Para Magalhães, alguns autores, escritores e poetas merecem destaque como Mário César Silva Leite, Cristóvão Miranda Uchôa, Maria das Graças Campos, Etevaldo de Almeida, Maria de Lourdes, João Bosquo, Rômulo de Carvalho Neto, dentre outros.

A abordagem usada por Magalhães no contexto literário do Estado desde o período colonial até a contemporaneidade, mostra-nos que a Literatura de Mato Grosso acompanhou as transformações ocorridas no país, bem como, caracterizou-se com obras de cunho regional e poéticas.

A obra *História da Literatura de Mato-Grosso: Século XX*, por Hilda Gomes Dutra Magalhães, vem acrescentar a importância da literatura para o crescimento social de um povo, uma vez que, cada autor relata em sua obra o momento vivido, como sujeito participativo.

Este trabalho deve ser lido pelos profissionais da área de educação, como acadêmicos, e pessoas interessadas em saber um pouco mais sobre a história do Estado, justamente pela contribuição que ele trás, onde centraliza suas pesquisas nas bases literárias regionais mostrando as transformações ocorridas neste segmento.

Nos seis dias do mês de Agosto de 1937
achando-se reunidos no salão nobre da
Cathedral arcebispo e os socios D. Francisco
de Aguiar Corra, presidente, José de
Albuquerque, Isaac Ribeiro, Oscarino Fernandes
e Firmino Rodrigues, por pelo 1º presidente
aberta a sessão.

Em seguida foi lida pelo Sr. Secretario
a acta da sessão anterior que foi appro-
vada, passando o Secretario a fazer a
leitura do seguinte expediente: officio
do Sen.º Salvador Vilasboa, director da
"Officina Internacional de Informacio-
nes Universitarias de Havana, datado
de 10 de Março de 1937, pedindo dados
relativos a estatutos e publicações des-
te Instituto; officio de 27 de julho
ultimo do Presidente da Junta Re-
gional de Estatística, Dr.º João Gomes pe-
dindo o preenchimento com subsídios
do museu deste Instituto, quer tãdo
o respectivo formulario; officio do Dr.
Herachito Freitas, datado de 9 de junho de
1937, de Pirangi (Estado de Bahia) com-
unicando ter recebido a collecção da Revista

Revista publicada com recursos do Governo do Estado de Mato Grosso,
através da Lei de Incentivo à Cultura

